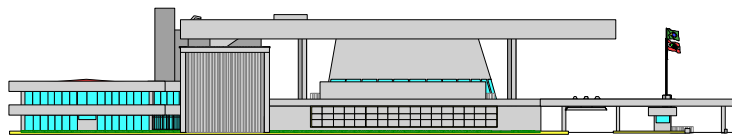


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 20 DE FEVEREIRO DE 2008

NÚMERO 5.852

16ª Legislatura  
2ª Sessão Legislativa

**MESA**

Julio Cesar Garcia

**PRESIDENTE**

Clésio Salvaro

**1º VICE-PRESIDENTE**

Ana Paula Lima

**2º VICE-PRESIDENTE**

Rogério Mendonça

**1º SECRETÁRIO**

Valmir Comin

**2º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro

**3º SECRETÁRIO**

Antônio Aguiar

**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Herneus de Nadal

**PARTIDOS POLÍTICOS**

(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**

Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO**

**DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**

Líder: Gelson Merísio

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Líder: Padre Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL**

**DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA**

**BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO**

**BRASILEIRO**

Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**

Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO**

**TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice Presidente  
Darci de Matos  
Gelson Merísio  
Pedro Uczai  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Herneus de Nadal  
**Terças-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Serafim Venzon  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Jean Kulmann  
**Terças-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente  
Odete de Jesus - Vice Presidente  
Darci de Matos  
Herneus de Nadal  
Jandir Bellini  
Jorginho Mello  
Genésio Goulart  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente  
Reno Caramori - Vice Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dirceu Dresch  
Marcos Vieira  
Gelson Merísio  
Romildo Titon  
**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice Presidente  
Elizeu Mattos  
Dirceu Dresch  
José Natal Pereira  
Renato Hinnig  
Professor Grandó  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente  
Gelson Merísio - Vice Presidente  
Décio Góes  
José Natal Pereira  
Jandir Bellini  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Odete de Jesus  
Sílvio Dreveck  
**Quartas-feiras, às 09:00 horas**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Edson Piriquito  
Edison Andrino  
Kennedy Nunes  
Nilson Gonçalves  
**Quartas-feiras às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA**

Sílvio Dreveck - Presidente  
Renato Hinnig - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Elizeu Mattos  
Marcos Vieira  
Pedro Uczai  
Professor Grandó  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente  
Edson Piriquito - Vice Presidente  
Edison Andrino  
José Natal Pereira  
Cesar Souza Júnior  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Genésio Goulart - Presidente  
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente  
Edson Piriquito  
Gelson Merísio  
Kennedy Nunes  
Serafim Venzon  
Odete de Jesus  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ada de Luca - Presidente  
Pedro Uczai - Vice Presidente  
Genésio Goulart  
Kennedy Nunes  
Elizeu Mattos  
Serafim Venzon  
Odete de Jesus  
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente  
Pedro Uczai - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Manoel Mota  
Jorginho Mello  
Professor Grandó  
Sílvio Dreveck  
**Quartas-feiras às 08:00 horas**

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice Presidente  
Ada de Luca  
Jandir Bellini  
Elizeu Mattos  
Moacir Sopelsa  
Jailson Lima da Silva  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Odete de Jesus - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice Presidente  
Jailson Lima da Silva  
Moacir Sopelsa  
Joares Ponticelli  
Nilson Gonçalves  
Jean Kuhlmann  
Romildo Titon  
Manoel Mota

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XII - NÚMERO 1865**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 004ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 14/02/2008.....2  
Ata da 002ª Sessão Solene da  
16ª realizada em 15/02/2008...18

**Publicações Diversas**

Audiência Pública.....25  
Aviso de Licitação.....33  
Extrato.....33  
Ofício.....33  
Portarias.....34  
Projetos de Lei.....35  
Redação Final.....36

**PLENÁRIO**

# ATA DA 004ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Professor Grando - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

**SUMÁRIO****Breves Comunicações**

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Refere-se a projetos de lei de sua autoria de legalização da cobrança de 10% para os garçons, e outro que concede título de Cidadão Catarinense ao presidente Lula.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Mostra preocupação com a suspensão da exportação de carne para a União Soviética.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Reporta-se a recursos que destinados a São Bento do Sul na área da saúde e em outras áreas, mas que não foram cumpridos por parte do governo estadual.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (aparte) - Concorda com o deputado Silvio Dreveck com relação aos compromissos do governo estadual.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Comenta os convênios firmados pelo governo estadual.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito e do secretário da administração do município de Princesa.

**DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA** - Faz um relato de sua agenda do final de semana; faz referência aos municípios de Ituporanga e Taió pela comemoração de aniversário de emancipação política.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Cumprimenta o deputado Rogério Mendonça pelo trabalho que tem feito nas regiões que visita.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA** - Faz referência ao governo Luiz Henrique da Silveira, pela abertura de concurso na área da Segurança Pública e ao programa que está sendo lançado pela secretaria da Educação.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL** (aparte) - Cumprimenta o deputado Rogério Mendonça pela agenda extensa que irá cumprir; registra a presença do ex-prefeito de Belmonte e dos líderes do município de Cunhataí.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Comemora abertura de concurso público na área da Segurança Pública.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Cumprimenta o deputado Rogério Mendonça pelo seu pronunciamento referente às ações do governo estadual.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Mostra preocupação com o projeto de lei, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que trata da colocação de pardais nas rodovias.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Agradece a manifestação do deputado Nilson Gonçalves sobre o projeto de sua autoria.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** - Elogia o governo Lula pelos investimentos em todos os setores do país; convida para sessão solene em alusão à Campanha da Fraternidade.

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Registra que Santa Catarina precisa de empreendimentos energéticos.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (aparte) - Cumprimenta o deputado Valmir Comin pelo trabalho que tem desenvolvido nos últimos anos, em especial à questão energética.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** - Comunica que o seu partido PPS entrou com uma ação no Supremo para a derrubada do sigilo das contas públicas.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** - Agradece a indicação para a coordenação do Fórum Permanente da duplicação da BR-470.

**Ordem do Dia**

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** (pela ordem) - Aborda a despedida emocionada do nosso tenista catarinense Gustavo Kuerten.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** - Pede desculpas ao pedir a palavra pela ordem, quando o objetivo era a discussão do requerimento.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Marcos Vieira que parabeniza Guga Kuerten.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Marcos Vieira; registra a presença do vereador Isaltino Pedron, do município de Blumenau.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Pede autorização ao deputado Marcos Vieira para subscrever seu requerimento; registra a presença de várias lideranças de Canoinhas e de vereador do município de Santa Terezinha.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** - Aborda requerimento de sua autoria, que trata sobre da malha viária estadual catarinense.

Explicação Pessoal

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Fala sobre a importância dos 40 deputados no Parlamento catarinense.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (aparte) - Elogia o trabalho dos parlamentares de Santa Catarina.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Parabeniza o deputado Elizeu Mattos na questão das telefônias fixa e móvel.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Parabeniza o deputado Elizeu Mattos por apresentar projetos importantes e fundamentais que irão beneficiar o cidadão catarinense.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Convida os parlamentares e a população catarinense para a festa dos caminhoneiros em Balneário Arroio do Silva.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** - Mostra indignação com o descaso, por parte do governo federal, com a comitiva catarinense que esteve em Brasília para uma audiência com o ministro da Integração Nacional.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Faz críticas ao comandante da Polícia Militar; fala sobre proposta do governo para a categoria dos professores.

**DEPUTADO EDSON PIRIQUITO** - Enaltece o senador Raimundo Colombo pela brilhante carreira pública.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** - Crítica o ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima, por não atender bem os catarinenses.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (pela ordem) - Crítica o ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima pelo atendimento dado à comitiva catarinense.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Aborda sobre a questão dos pardais nas nossas rodovias.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Pede a reativação das lombadas eletrônicas já existentes.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar a deputada Ana Paula Lima e o deputado Rogério Mendonça, que presidem e coordenam a sessão, os demais deputados, telespectadores da TVAL e os funcionários desta Casa.

Faço uso desta tribuna para salientar dois projetos de lei que apresentei na Casa, que passarão a tramitar nas comissões, sobre os quais solicito o empenho dos colegas deputados para que possamos dar vida, vez e voz a essa nossa defesa.

Um dos projetos refere-se à oficialização, à legalização dos 10% de cobrança para os garçons do estado de Santa Catarina. Tive o desprazer de presenciar em um restaurante, um cidadão questionando o garçom sobre a cobrança de R\$ 3,00, referentes aos 10% na conta.

Santa Catarina é um estado que, principalmente no período de verão, em decorrência dessas nossas belas praias do nosso litoral, acaba sendo um chamariz para diversos turistas do país e do exterior e hoje a taxa dos 10% é usada no mundo inteiro. E uma das reclamações também que me fizeram alguns garçons é que alguns restaurantes cobram e não repassam esse valor para eles.

Por isso, a exemplo do que ocorre no Rio de Janeiro, estamos propondo nesta Casa a oficialização da cobrança desses valores, pois, principalmente no período de verão contribuem com uma complementação salarial desse povo, que muitas vezes só tem esses dois ou três meses de trabalho para melhorar a sua renda. E não são os 10% ou os R\$ 3,00 que vai deixar esse turista mais rico ou mais pobre. Mas, com certeza, estará representando distribuição de renda para milhares de trabalhadores do estado de Santa Catarina.

Outro projeto que está tramitando na Casa, deputada Ana Paula Lima, é o de conceder ao presidente Lula o título de Cidadão Catarinense. Este estado não pode deixar de conceder esse título ao cidadão que mais tem designado recursos para o nosso estado e de reconhecer o papel fundamental que o nosso governo está tendo. Se observarmos as manchetes dos jornais de hoje veremos o seguinte: "Caixa tem R\$ 1 bilhão para a habitação em Santa Catarina". Em 2006 foram R\$ 514 milhões; em 2007, R\$ 639 milhões e em 2008 a previsão é de R\$ 1 bilhão para implementar a nossa economia, gerar empregos e principalmente fazer com que o desenvolvimento do nosso estado continue tendo as nuances que tem.

Srs. deputados, se observarmos os dados dos empregos neste país e em Santa Catarina, em 2007 o Brasil registrou a maior geração de empregos formais desde 1992, chegando a 1,6 milhões de postos de trabalho, fruto de uma política econômica que permite ao povo brasileiro e ao povo catarinense ter o desafio de mostrar que não é o problema da economia americana que está intervindo no cenário econômico brasileiro, a ponto de W. Bush estar copiando o nosso presidente, como aqui eu disse ontem, pois também está fazendo o chamado Bolsa Família nos Estados Unidos.

Então, se formos observar as obras do governo Lula no estado de Santa Catarina, podemos citar a duplicação que ao todo soma 336 quilômetros, sendo só em Santa Catarina 248 quilômetros, com um investimento R\$ 1,5 bilhões no estado. No Plano de Aceleração do Crescimento, uma previsão de recursos para a duplicação da BR-470 do trecho que vai de Navegantes a Timbó, com R\$ 98 milhões; previsão da BR-280, com 62 quilômetros que vai de Jaraguá do Sul a São Francisco do Sul, investindo R\$ 120 milhões. E tantas outras obras como as obras portuárias, que só no porto de São Francisco são em torno de R\$ 180 milhões. Todas essas obras estão inundando Santa Catarina de recursos federais! A previsão de investimentos da malha ferroviária ligando Joinville ao porto de São Francisco, com mais R\$ 52 milhões.

O Plano de Aceleração do Crescimento tem demonstrado que o governo Lula tem sido e é um grande parceiro do estado de Santa Catarina. E continuará sendo, porque se formos observar os recursos investidos em Santa Catarina, já com contratos assinados para a área de saneamento básico, vamos ver que a vida inteira se fez discurso de saneamento básico, e costuma-se dizer, nos meios políticos, que a maioria dos prefeitos não enterra tudo porque o povo não vê.

O nosso governo está investindo na área de saneamento básico e já assinou vários convênios com prefeituras de Santa Catarina, como a de Blumenau, que não é do PT; de Criciúma, que não é do PT; de Joinville, que não é do PT. Mas, independente de partido, o nosso governo tem feito uma política republicana olhando o cidadão comum, porque na ponta tem que haver esse tipo de atendimento. E o governo do Partido dos Trabalhadores é que está tendo essa sensibilidade.

Por isso, deputada Ana Paula Lima, estamos dando ao presidente Lula o título de Cidadão Catarinense e esperamos contar com o apoio de todos os parlamentares, reconhecendo esse papel definitivo de mudança no contexto sócio-econômico do nosso Brasil, que lá fora nossa bandeira tem desfraldado verdadeiras percepções na conduta deste país.

Não poderia deixar também de parabenizar o grande atleta brasileiro, o grande desportista catarinense que ontem se despediu das quadras mostrando, através das suas lágrimas, que sente e que defende os seus brios, e o Guga, nas quadras do mundo afora, mostrou os brios e a fibra do atleta, do desportista catarinense e do desportista brasileiro.

Parabéns, Guga, as suas lágrimas são as lágrimas da sensibilidade do povo catarinense que lhe reconhece. Se o seu corpo, como disse ontem, não conseguiu mais dar conta do recado, o seu coração tem mostrado que tem recado pelo resto da vida para mostrar ao povo brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Digital, vou abordar uma questão que certamente aflige toda a nação brasileira, que não é apenas de hoje.

A grande vocação brasileira é justamente a venda de produtos agroindustriais, da soja, do milho, especialmente. E recentemente aumentou, nos últimos anos, a venda de carne bovina, suína e de frango.

Em compensação nós, brasileiros, compramos das diversas partes do mundo, especialmente dos Estados Unidos e da União Européia, grande quantidade de produtos industrializados. E essas compras sempre colocaram a balança comercial brasileira, de certa maneira, desfavorável para nós, ou seja, sempre compramos mais que vendemos.

Nos últimos anos, graças a um conjunto de reformas que o governo brasileiro vem fazendo, que foram implementadas depois da Constituição de 1988, nos governos de Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e hoje do presidente Lula, essas mudanças naturalmente deram condições ao nosso investidor brasileiro, ao nosso industrial, ao nosso produtor de competir e vender melhor no exterior.

Ocorre que repetidamente os nossos parceiros internacionais buscam maneiras, como já vêm fazendo há muito tempo, de emprestar dinheiro para o Brasil a juros altos, muitas vezes com necessidades questionáveis. No entanto, descobrimos depois que uma das opções que temos para pagar a dívida seria através da exportação daquilo que sabemos fazer melhor e mais fácil, que são justamente os produtos agroindustriais, especialmente o milho, a soja e as nossas carnes.

Hoje, a imprensa está divulgando várias notícias destacando que agora a União Européia encontrou ou busca repetidamente encontrar maneiras para diminuir, para suspender a compra desses produtos, como já fez a Rússia com as nossas carnes de suíno. E até agora o ministro Reinhold Stephanes acabou concordando que de repente em algum lote de carne que foi vendida para o exterior não teria sido feito o controle desse rebanho.

Mas eu quero cumprimentar a bancada federal, vários deputados e os nossos senadores porque eles estão justamente se mobilizando nesse sentido.

Nós temos, sim, que suspender, como é proposta de alguns, a compra de inúmeras mercadorias que o Brasil faz, e se eles não comprarem a nossa carne, vamos parar de comprar as mercadorias deles.

Parabéns, então, a esses deputados que se têm empenhado para reverter essa situação. Isso é meramente desculpa que as autoridades européias estão dando para não comprar do Brasil, para cobrar de outra forma as nossas dívidas.

Por isso, sra. presidente, eu quero pedir aqui aos parlamentares do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado para que se mobilizem, usando de todas as armas em prol da defesa da nossa agroindústria ligada ao frango, às carnes suínas e bovinas. Justamente porque essa é a maneira que temos não só de pagar a nossa dívida como também de controlar a balança comercial. Inclusive outras notícias de hoje destacam que em Santa Catarina, por exemplo, no mês passado ou recentemente, estamos tendo um *déficit*, ou seja, estamos comprando mais do que vendendo.

Um dos jornais que eu li aqui destacou que no mês passado o valor das importações superou em 119 milhões. Compramos 119 milhões a mais do que vendemos. É bem verdade que aqui em Santa Catarina, no caso, muitos produtos brasileiros são importados pelos portos catarinenses e depois distribuídos para diversas regiões brasileiras. Mas o que nos está chamando a atenção é a balança comercial brasileira que, nos últimos dez anos, vinha sendo favorável; estamos acendendo aqui uma luz amarela, uma luz vermelha alertando que precisamos nos mobilizar.

Em segundo lugar, quero saudar aqui a comitiva do governo do estado que ontem esteve em Brasília também para bater pé naquilo que é nosso direito. Lamentavelmente, o tributo brasileiro é extremante mal distribuído. Mas esperamos que através da reforma tributária possamos fazer uma divisão mais igualitária, precisamos usar de todos os subterfúgios da lei para buscar aquilo que é nosso, aquilo que temos direito.

Santa Catarina, como outras regiões brasileiras, foi gravemente acometida pelas enchentes das últimas semanas em mais de R\$ 400 milhões, e é o que foi encaminhado para o ministério da Integração Nacional. Por isso saudamos aqui a comitiva do governo de Santa Catarina, inclusive parlamentares desta Casa que fazem parte da mesma, que para lá foram buscar aquilo que é nosso direito, uma vez que Santa Catarina tem contribuído muito com o bolo tributário nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sílvio Dreveck, líder do PP, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sra. presidente, srs. deputados, ontem, tivemos a oportunidade de fazer uma introdução a respeito de um assunto do planalto norte, em especial, quando o deputado Antônio Aguiar falava, desta tribuna, a respeito dos recursos que foram destinados a São Bento do Sul.

Fiz essa introdução reconhecendo esses valores, esses recursos para a saúde. No entanto, deputado Valmir Comin, fazendo um comparativo com o que foi dito aqui por parlamentares da região sul, da base governista, para o hospital daquela região foram destinados R\$ 5 milhões e para Jaraguá do Sul foram destinados R\$ 4 milhões. Em São Bento do Sul foi assinado um convênio há quatro anos, deputado Serafim Venzon, de R\$ 600 mil e foram pagos R\$ 300 mil. E foi pago pelo atual secretário da Saúde Dado Cherem, a quem queremos reconhecer e render a nossa gratidão, pois depois de muito esforço conseguiu pagar esse convênio com o hospital de São Bento do Sul.

Mas o que aconteceu é que quando se propagou, se anunciou um valor de R\$ 600 mil para o hospital de São Bento do Sul, a população veio cobrar do próprio hospital o que foi feito com esse dinheiro. Então, se não se consegue fazer um convênio para honrar esses R\$ 600 mil, não se deve anunciar, através da imprensa, à população, porque isso na verdade cria uma expectativa e quem paga esse ônus é o próprio hospital, que não tem como explicar sobre um convênio que não se realizou.

Também quero reconhecer um trabalho que foi feito pelo atual governo, junto com o parlamentar Antônio Aguiar, que foi a implantação da cooperativa Aurora, em Canoinhas, bem como da Sadia, que está para se instalar no planalto norte catarinense. Mas também devemos reconhecer que esse trabalho para recuperar um pouco a região do norte do planalto catarinense já vem acontecendo alguns anos pelos governos anteriores, como o de Esperidião Amin, pelo governo anterior ao de Esperidião, que se está consolidando, o que é bom para a nossa região, porque o planalto norte catarinense é considerado uma das regiões mais pobres do estado de Santa Catarina.

Então, certamente para São Bento do Sul, para a microrregião de Campo Alegre e de Rio Negrinho, que são municípios basicamente industriais e que estão passando por uma crise sem precedentes, esses investimentos da iniciativa privada, da Aurora, da Sadia pelo menos vão amenizar um pouco os prejuízos dessa região, como a questão dos 4.000 desempregados desses últimos três anos.

É uma situação preocupante. E aliado a isso nós vemos que Santa Catarina, depois de muitos anos, está importando mais do que exportando, o que não é bom para o nosso estado, pois é melhor vender mais do que importar mais. Infelizmente, se há outros estados utilizando o nosso estado de Santa Catarina para importar produtos por incentivos fiscais, devo dizer mesmo assim que para o nosso estado importar mais do que exportar não é bom. E nós, em São Bento do Sul, passamos por essa situação muito crítica no setor moveleiro, mas não vejo nenhuma ação mais forte do governo no sentido de recuperar aquele setor produtivo.

Srs. deputados, como eu já falei anteriormente, o convênio de R\$ 600 mil que foi feito com o hospital de São Bento do Sul foi pago somente R\$ 300 mil graças ao secretário Dado Cherem. Por isso quero aqui fazer alguns registros, deputado Nilson Gonçalves, para ver como as coisas muitas vezes são anunciadas. Cria-se uma expectativa na população e nada se concretiza. Isso não é bom para a classe política, independente de partido, pois não deve ser criada essa falsa expectativa na população.

Segundo um jornal local do dia 7 de fevereiro de 2008, temos o seguinte:

(Passa a ler.)

"...Até ontem, Campo Alegre só tinha recebido as chaves da nova viatura de polícia, prometida no último dia 31 em Mafra, quando o vice-prefeito Vilmar Grosskopf, se fez presente na solenidade de entrega.

...Na ocasião Mauro Mariani, secretário da *Infra-estrutura* e Deodato Hruschka 'pousaram' para a foto entregando a chave. E o veículo quando vão mandar?" [sic]

Mais uma vez confirma-se o que eu disse: faz-se propaganda enganosa, lamentavelmente. Campo Alegre espera o veículo e não a chave, deputado Pedro Baldissera. A chave não vai resolver o problema da polícia, não há como conduzir qualquer atividade só com a chave do veículo. Mas, enfim, a imprensa foi utilizada para divulgar.

Outro assunto que vem se arrastando por muito tempo em São Bento do Sul: há uma nota, publicada em jornal do dia 10 de fevereiro, que diz o seguinte: "Adquirido acerca de sete meses pelo Fundo de Reestruturação do Corpo de Bombeiros, Funrebom, por R\$ 140 mil, segue sem uso o novo caminhão da Companhia Sãobentense por falta de caracterização.

Promessa do secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedet, em outubro, os R\$ 150 mil dos cofres estaduais ainda não foram liberados.

Também segue uma incógnita sobre a força-tarefa anunciada pelo secretário da Segurança para patrulhar a fronteira com o estado do Paraná.

Quando esteve em São Bento do Sul, em outubro, Benedet estabeleceu um prazo de 15 dias para o início das operações com efetivo policial deslocado em Joinville, entre Mafra e Campo Alegre. A PM local identificou pelo menos dez passagens clandestinas de gado."

Eu penso, deputado Nilson Gonçalves, que quando é possível fazer, deve-se anunciar e fazer, mas não se pode criar essas expectativas. Esse caminhão do corpo de bombeiros é uma parte do que o governo do estado prometeu. Já faz três anos que o governador esteve lá e disse: "Essa é uma fatura liquidada." Só que essa fatura não entrou em cobrança.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Sílvio Dreveck, sou vice-líder do governo, e naturalmente v.exa. está imaginando que venho aqui para fazer a defesa desses itens que acabou de citar. É por isso que já disse várias vezes que não tenho muita vocação para isso, pois sou obrigado a concordar com v.exa., porque já passei por situações muito parecidas como essa que v.exa. acaba de citar.

Lembro que passei por mentiroso algumas vezes, já como deputado estadual, e as pessoas diziam: "Você promete as coisas, vem aqui dar risadinha para bater fotografia e depois desaparece". Não desapareço, o que desaparece é o compromisso que fui assinar, e isso me parece uma vocação dos governos.

Sou obrigado a confessar e a concordar com v.ex.a., já que esse governo tem feito isso em muitos lugares. No governo de Esperidião Amin, e eu era base daquele governo também, aconteceu a mesma coisa. Muitos convênios que assinamos junto com o governador, com prefeitos e tudo mais não foram cumpridos e passei por mentiroso.

Parece-me que esse é um mal que aflige...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos.

O SR. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, sra. presidente, é só para complementar. Esse é um mal que parece que aflige os governantes, independentemente de sigla partidária. Não sei se eles olham no papel ou se perguntam para o caixa se tem dinheiro, se dá para fazer, e eles dizem para ir firme, que não tem problema. Aí assinam, prometem, só que depois o dinheiro não é suficiente. Realmente, é uma coisa que parece vocação de governantes, independentemente de siglas partidárias. Não vamos crucificar aqui o governador Luiz Henrique da Silveira, porque ele é mais ou menos como os demais. Vai dar, está tudo bem, assina e depois não dá. O que se tem de rever, principalmente, é o secretário da Fazenda. É preciso chegar lá e dizer: "Escute, você falou que dava, vai ter que cumprir ou vou ter que o demitir." O que não pode é ficar nessa festa de faz de conta. Não só desse como tantos outros...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Eu quero apenas registrar, deputada presidente Ana Paula Lima, a presença do vice-prefeito de Princesa, Décio Pancotte, do extremo oeste do estado de Santa Catarina, e do secretário de Administração, André Primaz. Quero desejar a eles boas-vindas e boa estada na Capital e que possam não só ser acolhidos, mas atendidos nas demandas que vêm pleitear e buscar.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Pedro Baldissera.

Houve uma inversão na ordem de inscrição: o próximo orador é o deputado Rogério Mendonça, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado, sra. presidente.

Na seqüência, quando adentrarmos ao horário reservados aos Partidos Políticos, irei utilizar o horário os 15 minutos destinados ao PMDB; portanto, vocês terão que me aturar por 25 minutos. É tempo, não é deputado Pedro Baldissera? Estou pior do que o deputado Nelson Goetten. Quando era deputado estadual ele usava a tribuna três vezes, quatro vezes por dia, porque naquele tempo podia usar quanto quisesse.

Saudando a sra. presidente e todos os srs. deputados, inicialmente gostaria de fazer referência à minha agenda.

Eu, desde o ano passado, todas as quintas-feiras tenho vindo a esta tribuna e aqui colocado a minha agenda do final de semana. Faço isso, deputado Nilson Gonçalves, porque as pessoas, muitas vezes, imaginam que o deputado só trabalha aqui nesta Casa nas terças, quartas e quintas-feiras e que no final de semana vai para a praia, vai descansar em casa, porque não tem trabalho, quando é exatamente o contrário, pois, deputado Serafim Venzon, é nos finais de semana que é feita a grande parte do trabalho dos deputados, porque aqui temos 40 parlamentares responsáveis, com uma atuação exemplar. Inclusive, sobre isso, assisti a algumas entrevistas, na televisão, do deputado bispo Rodrigues, quando ele falava sobre os abraços dos eleitores, dos finais de semana, que ele deixava a mulher e tal. Mas acho que não é bem dessa forma como ele colocou, porque exerce a minha atividade de deputado, como representante do Alto Vale e de muitos municípios de Santa Catarina e faço isso porque gosto. Eu trabalho aos sábados, aos domingos, nos fins de semana, à noite e faço-o com prazer, porque gosto de estar presente junto à minha base, junto aos meus eleitores, além do trabalho legislativo aqui.

Bem, hoje à tarde saio da Assembléia e vou direto para Trombudo Central, onde tenho uma reunião com a liderança do meu partido, às 19h. Na seqüência, às 21h, tenho outra reunião, no município de Ituporanga, com lideranças do meu partido, onde estaremos conversando sobre a eleição municipal, deputada Ana Paula Lima. Inclusive há a possibilidade de coligarmos com o seu partido, o PT. A deputada Ana Paula Lima perguntava-me como estava em Ituporanga. Existe, sim, uma possibilidade muito real de estarmos lá coligados com o PT.

Na sexta-feira estarei, pela manhã, no município de Leoberto Leal, onde estará sendo entregue um veículo para a Polícia Militar daquele município. Aliás, Leoberto Leal era um município que não tinha ligação asfáltica, mas agora está sendo concluída, e o governador Luiz Henrique deverá inaugurar provavelmente no próximo mês ou no outro, a ligação do município de Imbuia - a terra do deputado Sargento Amauri Soares - a Leoberto Leal.

Estarei na sexta-feira no município de Imbuia, e ao meio-dia haverá uma reunião com lideranças do meu partido, quando estaremos definindo a nossa candidatura a prefeito daquele município.

No período da tarde estarei em Vidal Ramos, visitando lideranças, conversando com o prefeito Nabor José Schmitz, até porque já foi iniciada a construção da fábrica de cimento daquele município, com o apoio do governo do estado, uma empresa que vai revolucionar o Alto Vale do Itajaí em termos de geração de emprego e renda, para toda aquela região.

À noite estarei em Botuverá, deputado Serafim Venzon, onde participarei de uma assembleia da Cresol, Cooperativa de Crédito, que hoje está em todo estado de Santa Catarina fazendo um bellissimo trabalho. Portanto, na sexta-feira à noite estarei participando dessa assembleia, apoiando essa Cooperativa de Crédito tão importante para o pequeno crédito no estado de Santa Catarina.

No sábado, no período da tarde, às 14h, estarei numa reunião com lideranças, no município de Petrolândia, e às 17h estarei em Atalanta, em reunião com lideranças do meu partido, na localidade de Rio Caçador. À noite estarei participando do casamento do meu amigo Leandro com a Ivana, também no município de Ituporanga.

Domingo estarei novamente em Vidal Ramos, porque aquele município estará comemorando 51 anos de emancipação político-administrativa, onde teremos diversas festividades em comemoração ao seu aniversário. Na segunda-feira estarei em Imbuia. Na parte da manhã farei algumas visitas, às 12h haverá uma reunião com lideranças, para tratar sobre as questões das eleições. Com certeza este ano, para todos nós, deputados, as eleições, nos diversos municípios, irão tomar grande parte do nosso tempo e das nossas preocupações. E logo que sair de Imbuia retorno, segunda-feira, para Florianópolis, para continuar as nossas atividades na Assembléia Legislativa.

Mas gostaria também, aproveitando este espaço, de fazer referência, deputado Sargento Amauri Soares, ao aniversário de emancipação político-administrativa de Ituporanga, que está fazendo 49 anos hoje, 14 de fevereiro, e no último dia 12 o município de Taió, no Alto Vale de Itajaí, também fez aniversário. Os dois municípios estão fazendo 49 anos.

Ituporanga vive um bom momento com o preço da cebola, que permite uma remuneração justa ao produtor, que já passou muitas dificuldades em anos anteriores, mas neste ano está tendo uma comercialização tranqüila, o que, sem dúvida, vai permitir alavancar em muito a economia da região, como também a cultura do fumo.

Portanto, parabéns a todo o povo de Ituporanga, pelo crescimento e desenvolvimento que a cidade vem tendo ao longo da história, parabéns a Taió e parabéns Vidal Ramos, que no dia 17 também estará fazendo aniversário.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois Não! Com muito prazer, com muito orgulho, concedo um aparte ao nosso conterrâneo, que nasceu em Imbuia e que representa a nossa Princesinha do Vale.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Peninha. Gostaria de ressaltar e aproveitar, também, para parabenizar toda a população dos municípios de Ituporanga, Taió e Vidal Ramos, que também aniversariou recentemente, e pedir que v.ex.a. leve um abraço fraterno aos conterrâneos, especificamente da cidade de Imbuia, onde vai estar por duas vezes durante o final de semana.

Pedi este aparte para me somar com v.ex.a. nessa posição, aos pronunciamentos que v.ex.a. tem feito várias vezes às quintas-feiras, para mostrar que deputado não trabalha

só três dias por semana. Inclusive, em um dia desta semana, em uma entrevista em um canal de televisão, nos intervalos, não ao vivo, mas nos intervalos da programação, o jornalista, que não cito o nome por ética, achava que isso era fazer campanha. Fazer um jornal do mandato é também fazer campanha. Visitar as bases é fazer campanha, na verdade, não é trabalhar para a sociedade. É preciso que analisemos a coisa, e eu busco analisar por outro ângulo no seguinte sentido: se não formos onde está o nosso eleitor, como vamos saber o que vamos defender aqui? É assim, o trabalho e a tarefa do parlamentar é estar nas bases o máximo que puder, e v.exa. está de parabéns pelo trabalho que tem feito visitando aquelas regiões.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares. Como, deputado Herneus de Nadal, ocuparei, na seqüência, o horário do Partido, ainda tenho mais alguns segundos e ouvirei v.exa.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado Rogério Mendonça, eu só queria ajudá-lo nesse roteiro que é muito...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Rogério Mendonça, por até 17 minutos, para terminar o seu pronunciamento. E tenho certeza que concederá, com muita honra, um aparte ao deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Concedo, com muita honra um aparte ao deputado Herneus de Nadal. Eu até brincava, anteriormente, dizendo que usaria 10 minutos, mais os 17 do nosso Partido, que seriam 27 minutos. Estarei pior do que o ex-deputado Nelson Goetten. V.Exas. devem lembrar que ele usava três ou quatro horários seguidos naquele tempo.

Com muita honra ouço o nosso líder do governo, deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Deputado Rogério Mendonça, primeiro quero cumprimentá-lo pela agenda extensa que v.exa. irá cumprir, e de uma forma descontraída, alegre e positiva, vários deputados aqui estão se colocando à disposição para acompanhá-lo, se for necessário, porque realmente é um trabalho muito árduo. Por isso quero cumprimentá-lo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Agradeço, inclusive convidado todos para participarem comigo, até porque sou candidato a deputado federal e todos os candidatos a deputado estadual serão bem-vindos para me acompanhar nessa agenda.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Estaremos juntos com o senhor para poder, deputado, colher os frutos e procurar, na carona de deputado federal, chegar ao Parlamento novamente.

Mas, deputado Rogério Mendonça, se me permite v.exa., gostaria de registrar as presenças do Silvestre, ex-prefeito de Belmonte, e dos líderes do município de Cunhataí, os srs. Herno e Dirceu, que vêm à reunião do Desenvolv, que vai ocorrer hoje à tarde.

Agradeço a bondade, a compreensão e a paciência no aparte que v.exa. me concedeu.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado, deputado Herneus de Nadal. Neste horário do Partido, deputado Manoel Mota, v.exa. que é o líder do nosso Partido, quero fazer referência a duas ações do governo do estado, o governo Luiz Henrique, qual sejam, ao concurso que a Polícia Civil está abrindo, permitindo que 900 vagas sejam abertas através de concurso para delegado, escrivão, comissário, escrevente e para investigador, aumentando o número de policiais civis e melhorando a segurança em Santa Catarina, assim como tem sido feito com a Polícia Militar. Nunca nenhum governo contratou tanto nas questões de segurança como está fazendo Luiz Henrique.

Quero fazer referência também à outra ação de governo, a um programa que está sendo lançado pela secretaria da Educação de Santa Catarina, liderada pelo secretário Paulo Bauer. Tenho três filhos, deputado Sargento Amauri Soares, dois são formados em Direito e o meu filho mais novo está se formando em Administração de Empresas. Lá em casa sempre tive um princípio: quem, dos meus filhos, quiser comprar um livro, eu pago e não economizo. Mas eu fazia isso porque a minha condição financeira me permitia.

As pessoas, muitas vezes, vêm me dizer: "Eu quero fazer um curso para aprender português, e quero uma ajuda". E eu respondo: "Querem uma ajuda para aprender português? Essa ajuda é a leitura! Compre um livro e leiam"! A leitura é a melhor forma de desenvolver o português, os conhecimentos, mas, principalmente, na fase de criança, de adolescência, que é o grande momento em que as pessoas assimilam os conhecimentos.

E a secretaria de estado da Educação está lançando um programa para adquirir um milhão de livros para beneficiar 250 mil alunos do ensino médio de Santa Catarina até março de 2008, deputado Manoel Mota. E digo isso com muita emoção. Quando soube desse programa até me emocionei, porque realmente é um programa no qual acredito, e é isso o que está faltando no nosso jovem: a leitura. Cada jovem vai ter direito a quatro livros de literatura, que serão utilizados tanto em sala de aula como na sua casa. E lá ele poderá socializar a leitura desse livro com a irmã, pai, enfim, a sua família.

Portanto, esse Programa de Incentivo à Leitura, que vai adquirir um milhão de livros, merece os nossos parabéns. Não sei se em outros estados da nação já houve um programa semelhante a esse. E são todos autores brasileiros: Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, José de Alencar e, inclusive, um escritor catarinense, Cruz e Sousa.

Com certeza, esse programa vai ter um grande alcance e farei questão de assomar à tribuna para parabenizar o governo. E haverei de fazer referência a esse programa em todas as rádios e locais em que eu estiver porque, sem dúvida, vai permitir que se melhore a qualidade de ensino, bem como os conhecimentos dos nossos estudantes da rede estadual de Santa Catarina.

Com disse, tive dinheiro para pagar os livros para os meus filhos e, graças a essa leitura, hoje eles estão bem formados, têm conhecimento, escrevem bem o português, e lêem frequentemente, pois adquiriram o hábito da leitura. Aqueles pobres catarinenses muitas vezes não têm dinheiro para adquirir um livro, mas isso está sendo resolvido pelo governo do estado, através da secretaria da Educação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado, não quero atrapalhar o seu pronunciamento, nem ser inoportuno com o telespectador, mas venho ao microfone porque no aparte anterior não consegui dizer tudo, até porque estava terminando o seu tempo. Mas como v.exa. está novamente se pronunciando, darei seqüência ao que dizia.

Como é bom podermos ver, no nosso alto vale, os agricultores vendendo a cebola a R\$ 0,80 o quilo e até a R\$ 1,00 o quilo. E essa expectativa otimista passa também para o preço do fumo, até por questão de competição das empresas fumicultoras, que vão ter que garantir que o plantador de fumo continue plantando no ano que vem.

Então, é muito bonito ir lá, pois todas as festas e eventos sociais estão lotados de agricultores, que são a maioria dos trabalhadores daquela região.

Ontem também citei a questão do concurso público já aberto para a Segurança. Serão 700 novos policiais militares e 900 policiais civis. E o nosso alto vale que v.exa. representa tão bem - e sou nascido lá, mas moro aqui nesta região há 20 anos - era a região mais desfalcada em termos de efetivo. E agora, nos dois concursos, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil, é a região que está sendo melhor atendida.

Por exemplo, aqui na Grande Florianópolis, a única cidade que vai receber efetivo novo será Palhoça. Serão 24 novos policiais militares. E lá no alto vale vamos receber 56 novos policiais militares, sendo 53 masculinos e 3 policiais femininas.

Então, essa é mais uma boa notícia, apesar de ainda ser insuficiente, já que são 12 anos de paralisia nessa área. Nos três governos anteriores praticamente não se contratou ninguém, e agora 700 vagas da Polícia Militar e 900 da Polícia Civil darão um refresco. Se todos os anos tivéssemos esse número, com certeza não teríamos um décimo dos problemas de segurança que temos no nosso estado.

Muito obrigado pela paciência e por ter-me concedido este aparte!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Até como brincadeira, quero dizer que o deputado José Natal passou por aqui e disse que a cebola está nesse alto preço em função da propaganda que eu fiz no final do ano, distribuindo réstias de cebolas para todos os deputados. Tomara que tenha sido! Quem sabe até ajudou realmente a aumentar o consumo e, com isso, a melhorar o preço para o nosso produtor.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Ouço v.exa. que, aliás, como caminhoneiro, foi um grande transportador e comerciante de cebola para as diferentes regiões do Brasil.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa., eminente deputado Rogério Mendonça, que já foi líder várias vezes neste Parlamento, é deputado estadual e busca, na próxima legislatura, uma cadeira federal. Portanto, é um deputado trabalhador, competente, superequilibrado e preparado para qualquer missão que lhe for delegada.

Gostaria de dizer que a questão da cebola faz parte de um pedacinho da minha vida. Durante muitos anos eu trabalhei com esse produto que não tem um mercado equilibrado, o preço tanto sobe quanto desce.

Hoje Ituporanga é a Capital da Cebola em Santa Catarina, e até do Brasil. Lá está a melhor cebola existente hoje - e estamos ganhando até da cebola de Tavares. Eles estão aperfeiçoando cada vez mais, e aquela cebola com a casquinha vermelha é o que o paulista e o carioca gostam de comprar. Portanto, parabenizo todos aqueles agricultores dessa área que têm produzido tanto.

Gostaria de dizer aqui da alegria de poder fazer parte de um governo que tem um grande compromisso com Santa Catarina, mas que investe na prática, neste momento, na segurança pública. Foi aberto o concurso com mais de 700 vagas para a Polícia Militar e 900 vagas para a Polícia Civil. Isso mostra o compromisso de Luiz Henrique com a sociedade catarinense, para que haja cada vez mais segurança e tranquilidade, e assim as nossas famílias e os nossos turistas possam viver bem aqui em nosso estado.

Por isso não poderia deixar de fazer esse registro importante e de dizer a v.exa., deputado, que a secretária da Educação tem feito um trabalho extraordinário e relevante na preparação e na qualificação de professores, nos cursos. O secretário Paulo Bauer, com toda a sua visão, coloca a educação num patamar elevadíssimo. Eu não tenho dúvida de que já estamos pertinho do teto e alcançaremos uma educação de qualidade, levando o estado de Santa Catarina ao primeiro lugar na federação, pelo seu trabalho.

Agora a compra desses livros dará condições de prepararmos as crianças desde pequeninas para terem um conhecimento profundo sobre tudo aquilo que precisam como cidadãs.

Também quero dizer o seguinte: ontem o eminente deputado Joares Ponticelli colocou que o governo e o secretário deveriam comprar os uniformes pelas Regionais. Eu tinha a certeza de que não demoraria muito tempo para o eminente deputado vir aqui defender as Regionais. Já está defendendo! Quer que as compras sejam feitas pelas Regionais! Eu sabia que isso não demoraria muito tempo.

Gostaria de dizer ainda que a empresa ganhadora dos uniformes tem uma fábrica em Santa Catarina, em Blumenau. Agora, não poderia ser feito por muitas fábricas porque tem que haver um padrão. E fico orgulhoso por saber que os filhos do rico e do pobre irão usar o mesmo uniforme. Então, o governo de Santa Catarina dá condições de igualdade para a sociedade. É aí que se começa um novo momento!

Por isso quero cumprimentar v.exa., parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que teremos um estado onde a participação da sociedade estará integrada. E conhecemos isso através das ações do governo: descentralização, educação, segurança pública como um todo; é uma integração da sociedade para buscar, com certeza, a segurança agora, amanhã e no futuro.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Obrigado, deputado Manoel Mota, pelo aparte.

Gostaria também, usando este horário do partido, de fazer referência à proposta que aqui foi encaminhada pelo deputado Jailson Lima e que me parece estar subscrita por todos os deputados do PT, para dar o título de Cidadão Catarinense ao nosso ilustre presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Quero ser o primeiro a dizer, deputada Ana Paula Lima, que votarei favorável a esse encaminhamento. Realmente o presidente Lula merece o título de Cidadão Catarinense, uma vez que está fazendo um grande governo, e o nosso partido, o PMDB, faz parte desse governo. E não é só isso, deputado Manoel Mota: inclusive está melhorando muito a sua equipe. Agora a vinda do ex-governador Paulo Afonso para ser diretor administrativo e financeiro da Eletrosul sem dúvida acrescenta muito ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, até porque conheço muito o Paulo Afonso. Fui prefeito de Ituporanga quando o Paulo Afonso foi governador.

Luiz Henrique da Silveira realmente está revolucionando e é *hors-concours* em relação a recursos públicos nos diferentes municípios de Santa Catarina. Agora, sem dúvida, o governo de Paulo Afonso também foi municipalista e não discriminava. Lembro-me que, quando fui prefeito nos dois primeiros anos, deputado Manoel Mota, houve um governador que nunca me recebeu e que não recebia prefeitos adversários. Ele usava muito uma famosa frase: "Urubu e adversário comigo é só na pedrada". Ele dizia isso e não atendia prefeitos adversários. Mas com Luiz Henrique é diferente, assim como também foi diferente com Paulo Afonso, que fez um grande governo.

Inclusive, na última sexta-feira, estive no alto vale acompanhado do governador Luiz Henrique, e lá fomos visitar as cidades de Laurentino e Dona Emma. A prefeitura de Laurentino é administrada por Ivete Terezinha Losi Dalpiaz, do PP, e aquela prefeita não economizou em elogios ao governador Luiz Henrique. Ela falou, em alto e bom som, sobre a forma como está sendo atendida por este governo. Lá inauguramos creches, liberamos recursos para o posto de saúde recém-inaugurado, entregamos um veículo para a Polícia Militar, com a presença de toda a população e com a prefeita elogiando o governo do estado pelas suas ações sem discriminar.

Da mesma forma, fomos a Dona Emma inaugurar obras. Novamente são ações do governador Luiz Henrique no alto vale do Itajaí. As pessoas têm dito, e é verdade, que o melhor governador que já surgiu no alto vale do Itajaí é o Luiz Henrique.

Por isso, deputada Ana Paula Lima, quero aqui parabenizá-los em relação à iniciativa de dar esse título de Cidadão Catarinense a Luiz Inácio Lula da Silva, o nosso presidente, que, aliás, já esteve na minha cidade, Ituporanga, passando praticamente um dia lá na Festa da Cebola.

De igual forma, quero parabenizá-lo também pela escolha do ex-governador Paulo Afonso, com certeza com grande mérito, para fazer parte da sua equipe e ocupar uma das suas dependências...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Rogério Mendonça.

Gostaria de agradecer a presença dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público do Estado de Santa Catarina, que estão na luta contra o Fundo de Aposentadoria. Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GOLÇALVES - Quero agradecer, inicialmente, ao deputado Pedro Baldissera, que gentilmente consentiu que invertêssemos o horário.

O deputado Elizeu Mattos, no dia de ontem, fez um pronunciamento na tribuna, eu diria até de uma forma emocionada, defendendo o seu projeto que dispõe sobre a contratação de medidores de velocidade do tipo fixo para as rodovias estaduais.

Ao olhar de grosso modo o projeto do deputado Elizeu Matos, eu imediatamente falei: Deputado, não me leve a mal, mas nessa eu não posso estar com v.exa.!. E tentei ponderar com ele algumas colocações, mas ele me disse que eu não tinha lido o seu projeto. Confessei que tinha lido somente o cabeçalho, que dispõe sobre a contratação de medidores de velocidade do tipo fixo para as rodovias estaduais.

Não! Não quero! Foi essa a primeira reação não só minha, como de tantos outros companheiros também. E há um histórico nisso tudo. Eu estava nesta Casa quando trabalhamos para a derrubada desses medidores de velocidade fixos, os chamados pardais, quando aqui estava o então deputado estadual Paulinho Bornhausen. Foi ele que encabeçou a luta, entrou com o projeto, e eu me irmanei a ele lutando para derrubar essa lei estapafúrdia, esse verdadeiro caça-níqueis que nós tínhamos em Santa Catarina.

Não sei se v.exas. se lembram, mas para irmos de Itajaí a Blumenau, nós nos arrastávamos até Blumenau, esta é a verdade. Para ir de Joinville a Blumenau, por aquela rodovia que entra em Guarimirim e vai para Blumenau, passava-se por inúmeros pardais e vinha-se arrastando até chegar a Blumenau. Em determinados locais eram verdadeiras arapucas. A pessoa não tinha nem ideia de que havia lá um pardal. Não havia lá nenhuma fiscalização e, quando se via, estavam lá aquelas duas coisinhas de olho em você, como se diz.

Quando vi o projeto do deputado Elizeu Mattos, de imediato disse ao nobre deputado: Eu tenho muita consideração por v.exa., que está fazendo um trabalho bonito na Casa, mas não vou nessa com v.exa. Depois, a pedido, ele me passou uma cópia do seu projeto e, ao analisar, vi que realmente não tem a ver com aquilo que tanto nós temíamos, que era a volta dos verdadeiros caça-níqueis aqui em Santa Catarina, as verdadeiras arapucas. Realmente não tem nada a ver; é outro procedimento, é outro caminho para se evitar que tenhamos aqui - e essa é a sua preocupação - tantas mortes em Santa Catarina. Trata-se de um instrumento a mais para se evitar tantas mortes que ocorrem em Santa Catarina.

Se bem que, para diminuir essa mortandade toda ou tirar Santa Catarina do pódio da catástrofe neste país em matéria de rodovias, teríamos que ter outras iniciativas também. Por exemplo, temos em Santa Catarina a nossa honrada Polícia Rodoviária Federal, mas, se formos olhar, não veremos o policial federal nas rodovias, não encontraremos uma viatura parada olhando ou um policial de pé, dando uma olhada. Ao passar nos postos de fiscalização, raramente vemos um policial rodoviário na pista; normalmente estão lá dentro.

Então, o que acontece? A nossa honrada Polícia Rodoviária Federal é mais uma catadora de cadáver, como diz o ditado; está lá mais para atender ao chamado do motorista, no caso de um acidente. Mas aquilo que todos nós queremos, que é a fiscalização na pista, não se vê. E eles têm uma alegação muito simples para isso: de que faltam policiais suficientes e equipamentos para fazer esse tipo de trabalho. Eu até concordo com eles porque me parece que são dez ou 11 mil policiais para atender este país inteiro. Portanto, é quase que humanamente impossível também fazer outro tipo de trabalho que não seja esse que eles estão fazendo.

Mas o mínimo que queremos é o que vemos acontecer lá na Argentina e no Chile: a polícia parada na estrada, fiscalizando, pois daí o motorista diminui a velocidade. Eles não estão lá na beira da pista para mandar o carro parar, mas apenas para fiscalizar, dar uma olhada. E daí o que acontece: ao avistar o policial de longe, o motorista já tira o pé do acelerador. E é isso que também gostaríamos de ver por aqui.

Srs. deputados, indo para Joinville, como o deputado Silvio Dreveck vai daqui para São Bento do Sul, vemos uma ou duas viaturas paradas no caminho e podemos pensar que pode ter outra lá na frente e resolvemos ir mais devagar. Mas, infelizmente, não tem! Só nos feriados!

Mas quero me referir, deputado Elizeu Mattos, ao seu projeto, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"A instalação dos medidores de velocidade fixos deverá ser realizada após estudos que comprovem a necessidade de fiscalização de velocidades dos locais adequados para a sua instalação, visando a redução do índice de vítimas de acidente de trânsito.

Art. 3º É vedada adotar como base de cálculo para o pagamento do objeto do contrato..." (contratar pessoas terceirizadas para atender isso aí) "percentual vinculado à receita arrecadada com a cobrança de multa de trânsito".

Quer dizer, aí já mata a sede da arrecadação, porque normalmente essas contratações são feitas assim: vocês ficam com 30% do que for arrecadado e estamos conversados. Quer dizer, haja multa! Vamos multar, mete pardal aí no povo! E aqui a lei já não permite isso.

(Continua lendo.)

"Art. 5º Os medidores de velocidade somente poderão ser ativados nas rodovias onde o departamento estadual de infraestrutura tenha realizado a revisão e a atualização da regulamentação do limite de velocidade".

Quer dizer, o limite de velocidade será revisado, atualizado, assim como essa questão da sinalização.

Eu vejo, deputado Elizeu Mattos - e não estou preocupado em fazer média, porque v.exa. é meu amigo e não tenho necessidade de jogar confetes, até porque v.exa. nem precisa disso - muito mérito no seu projeto. Mas preocupo-me que possam utilizar este seu projeto, depois de aprovado, para começar a semear, como se diz, pardais por este estado inteiro. Mas se for observado o que v.exa. pretende realmente através desta lei, com certeza absoluta, colaboraremos de alguma forma para diminuir a mortalidade nas estradas de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Quero agradecer suas palavras e o seu reconhecimento, nobre deputado, porque, na verdade, não podemos criticar por criticar, sem interpretar ou ao menos ler a lei. Às vezes até o cabeçalho desperta uma dúvida na interpretação. E a nossa vontade não é multar ninguém, mas, sim, salvar vidas. E para isso, às vezes, temos que tomar algumas decisões, mas não pode ser a ferro e a fogo. Não queremos multar ninguém porque o estado já ganhará muito evitando acidentes e mortes. O estado gasta por ano R\$ 127 milhões com acidentes, deputado Nilson Gonçalves. Então, sairíamos ganhando.

Agradeço sua manifestação, a interpretação de v.exa. e a leitura que fez sobre a matéria. E nós podemos melhorar muito esse projeto, porque ele não está pronto, podemos melhorá-lo ainda mais.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Fiquei até sensibilizado quando vi ontem v.exa. defendendo o seu trabalho de maneira eloquente e até de certo modo emocionado por causa das reações, deputado. Compreendo o seu entendimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - A Presidência gostaria de registrar a presença do sr. Pedro Costa, presidente do HSBC.

Também registramos a presença do vereador Nikolas Reis Moraes dos Santos, que está acompanhado de Rafael Cruz e Carlos Cruz e de Rogério Eccel e Keila Nunes Martins, empresários do município de Itajaí.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, srs. deputados, aproveito este espaço reservado ao Partido dos Trabalhadores para trazer presente os dados que fazem parte de todos os encaminhamentos do nosso governo, do presidente Lula, e dizer que se percebe na sociedade em que vivemos e convivemos que nesses últimos tempos existe um acentuado processo de desenvolvimento de todos os setores e de todas as regiões deste nosso país.

Nós percebemos, gradativamente, nos últimos anos, um processo que vai gerando riqueza, inclusão social, oportunidades, e até de um certo modo, diferenciadas à nossa população. Estamos vivendo, sim, um momento altamente positivo de inclusão social, e são muitas ações de diferentes regiões deste nosso país que vão incrementando, através das diferentes políticas, essas oportunidades.

Eu fazia no dia de ontem referências aos investimentos, através do Programa de Aceleração de Crescimento, do presidente Lula, do governo federal, e às inúmeras ações que têm dado reflexos profundos no estado de Santa Catarina e em outros estados. Fiz referência aos convênios assinados pela Casan, com o governo federal, através de recursos que estão sendo disponibilizados para diferentes municípios do nosso estado, num primeiro momento, numa primeira etapa, ultrapassando a cifra dos R\$ 500 milhões, para atender uma demanda extremamente importante e significativa para o povo, que é a questão do saneamento básico.

Srs. deputados, fiz referência de que a cada real que investimos em saneamento básico, economizamos R\$ 4,00. São dados estatísticos da saúde. Portanto, é importante, é prioridade de todo e qualquer governo fazer os investimentos na área do saneamento básico. Pena que ao longo de todos esses anos o estado de Santa Catarina tenha investido pouco. Isso é histórico! Não é deste ou daquele governo, é histórico. E se formos olhar também para os nossos municípios, não existe uma priorização desta importante política pública, que é o saneamento básico.

Portanto, essa iniciativa é extremamente importante, porque gera qualidade de vida, bem estar para o nosso povo, e esta é a principal razão da existência do poder público, é a principal razão para dignificar, qualificar a vida desse nosso povo, a existência do ente público, do poder público, senão perde sua importância, seu significado. E, neste sentido, quero realçar esse importante investimento.

Agora, além deste, existem outros investimentos que estão acontecendo em nível de estado de Santa Catarina, mas quero aqui me reportar e fazer referência que, também na questão da geração de emprego, que é extremamente importante, nós avançamos muito em nível de estado e em nível de país, avançamos muito!

Eu estava olhando um pouco os dados e percebi que só em 2007, o Brasil, nosso país, registrou a maior geração de empregos formais desde 1992, isto não é pouca coisa, isto é importante, quer dizer, oportunizar aos seres humanos, às pessoas, o espaço, a oportunidade de ter o seu emprego e a sua renda para qualificar a sua vida, a vida da família. Automaticamente isso tem reflexos em nível de sociedade a qual as pessoas fazem parte, gerando economia e, diante dessas condições, todos saem ganhando.

Em 2007 foram criados 1.600 milhão de empregos com carteira assinada, este número significa 31% a mais do que aconteceu em 2006. Então, isso mostra que o país está passando para o desenvolvimento, para o crescimento, gerando oportunidades, riqueza, diminuindo a distância entre a riqueza e a pobreza, isso é importante e estratégico para que um país tenha uma sociedade desenvolvida. Isso é aproximar a distância entre os que mais têm daqueles que menos têm. E o poder público do estado quer justamente diminuir a concentração da riqueza que, automaticamente, é a exclusão de outros. Um país não pode crescer e se desenvolver se concentrar a riqueza e o poder! Não pode crescer, para se desenvolver é preciso diminuir estas distâncias. Mas desta forma estamos proporcionando às pessoas uma melhor condição de vida.

Essa é, sem dúvida nenhuma, a prioridade, a obrigação do estado. É em cima disso que nós também somos colocados como agentes políticos, ou seja, para proporcionar essas oportunidades à sociedade em que vivemos.

Portanto, trago estas reflexões nesta manhã, no horário do nosso partido, e que elas possam também ajudar, contribuir para que juntos possamos construir uma sociedade melhor para se viver, na qual as pessoas sejam valorizadas e tenham oportunidades e, ao mesmo tempo, conseguiremos elevar a auto-estima das pessoas servindo como impulso para levar adiante a sua caminhada, a sua vida.



Quero, ao terminar, fazer um convite para, na próxima segunda-feira, dia 18, podermos estar aqui reunidos, fazendo alusão à Campanha da Fraternidade de 2008, cujo tema é "Fraternidade e defesa da vida", e o lema "Escolhe, pois, a vida". Portanto, segunda-feira teremos a nossa sessão solene em alusão à Campanha da Fraternidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, faço uso da tribuna nesta manhã de quinta-feira para falar aqui sobre um assunto que considero de relevância para Santa Catarina, vinculado ao setor da matriz energética do nosso estado.

(Passa a ler.)

"Empreendimentos energéticos em Santa Catarina, tendo como base a biomassa de cama aviária e esterco de porco.

O atual sistema de desenvolvimento brasileiro, em especial o estado de Santa Catarina apresenta uma crescente necessidade de disponibilidade de energia elétrica, necessidade premente para o desenvolvimento econômico e social, com severas implicações no bem-estar da população. Assim, no ritmo atual, Santa Catarina carece anualmente de uma injeção de aproximadamente 250 megawatts de potência - um terço de um complexo Jorge Lacerda.

A expansão da capacidade de geração de energia elétrica do Brasil tem sido definida com base em estudos de planejamento que abrangem diferentes horizontes temporais. Estes estudos, consolidados em documentos como o plano 2015 e o Plano Decenal de Expansão 1996/2005 definem a seqüência de construção de projetos de geração e interligações regionais, necessárias ao atendimento do mercado consumidor. Entretanto, nos últimos anos os investimentos em geração de energia elétrica no Brasil não acompanharam o crescimento da demanda. O Brasil é um país em desenvolvimento, mas o crescimento da capacidade de geração não foi proporcional, aumentando assim os riscos causados pelo déficit de energia elétrica.

Estima-se que o crescimento do consumo de energia elétrica no Brasil deverá situar-se em torno de 5% ao ano, nos próximos cinco anos. Esta estimativa de crescimento do consumo poderá sofrer variações motivadas principalmente pelas seguintes causas: variação na renda *per capita*, variação do contingente populacional, necessidade de racionamento, excesso de capacidade ou preço baixo da energia elétrica, surgimento de novos produtos ou serviços consumidores de energia elétrica, surgimento de novos setores industriais ou de serviços eletrointensivos, novas tecnologias de geração de energia elétrica com custos menores. A queda de investimentos do governo no setor, que até a década de 80 recebia apenas US\$ 13 bilhões e que nos anos 90 passou a receber apenas US\$ 7 bilhões, é apontada como um dos maiores motivos da crise energética do país.

Os movimentos privados - única saída imediata para o setor - vêm ao encontro para solucionar a falta de investimentos no campo energético por parte das estatais, e assim suprir em curto prazo a crescente demanda nacional. Tem-se a dizer que o Brasil possui ainda um grande potencial energético não explorado, não apenas de origem hídrico, mas também do tipo térmico com o uso do carvão ou com emprego de combustíveis alternativos, dentre eles a cama de galinha, o esterco de porco, e o cavaco de madeira, produtos bastante abundantes no estado de Santa Catarina, em especial nas regiões oeste e sul do estado.

Ao nosso estado estão afluindo empreendedores buscando a implantação de usinas, a biomassa, na certeza de lucros garantidos e atendimento social e ambiental a contento em acordos com as normas governamentais existentes.

A implantação de unidades geradoras de energia elétrica com utilização de biomassa como fonte primária oriundas de camas de aves e esterco de porcos representará um avanço significativo na solução de problemas ambientais de grande magnitude. Atualmente esses resíduos são utilizados como fertilizantes *in natura* nos solos da região, causando desequilíbrio ecológico devido à grande concentração de carga orgânica na superfície, contaminando o lençol freático e os rios, através de rede de drenagem, liberando ainda gás metano à atmosfera, corroborando com o efeito estufa.

Outro elemento a ser considerado é de caráter legal e diz respeito à Medida Provisória n. 2.198, de julho de 2001, que cria e instala a Câmara de Gestão de Crise de Energia Elétrica, que estabelece as diretrizes para o programa do enfrentamento da crise. Nesse sentido podemos considerar a célere implantação das usinas termelétricas e biomassa, uma ferramenta a mais para essa Câmara de Gestão, no sentido de minimizar a carência energética, porventura causada pela escassez de chuvas.

Outro aspecto a considerar que vem sendo observado pelo empreendedor é a escolha, dentro da região de uma área localizada em um município com menor desenvolvimento econômico, contribuindo desta forma com uma injeção significativa na dinâmica da economia local, o que representa um impacto ambiental positivo de grande importância.

As usinas termelétricas previstas (entre quatro e seis) apresentam capacidade individual de 30 mw de potência líquida, consumo específico de aproximadamente 1,54 kg de cama de frango para gerar 1,0 kwh e previsão de operação comercial de 18 meses após a obtenção da licença de instalação. Assim, espera-se algumas delas já em operação a partir de junho de 2010.

A filosofia para a operação e manutenção da usina atenderá aos bons padrões internacionais. Usinas similares aos projetos propostos operam com aproximadamente 25 funcionários e manutenções não rotineiras contratadas por fora. Calcula-se entre mão-de-obra direta e indireta um número de 150 pessoas.

Durante a fase de construção serão alocadas aproximadamente 200 pessoas, atingindo no pico um valor de 250.

Finalizando, é importante ressaltar que a implantação dessas usinas proporcionará também à região criadora de frangos e porcos uma possibilidade de selo verde internacional, arrastando no seu bojo maiores probabilidades de negócios." [sic]

Meu amigo líder, deputado Kennedy Nunes, futuro prefeito de Joinville, isso é fruto de um trabalho que foi desenvolvido no final do ano passado, numa comitiva governamental capitaneada pelo vice-governador Leonel Pavan em Minneapolis e Minnesota, ocasião em que pudemos constatar na prática a operação de uma usina de 55 megawatts de energia gerada a partir de dejetos de frango e de peru. O complexo de três unidades gerando 90 megawatts a partir de dejetos de frango e de peru vai ser empreendido em meados de julho e agosto na região de Presidente Castelo Branco, no meio-oeste de Santa Catarina. Outra de 30 megawatts também será implantada paralela e simultaneamente à implantação no meio-oeste e vai ser um investimento feito na região sul, mais especificamente no município de São Ludgero.

É uma atitude importante, pois vejo um problema crucial, porque a maior parte dos mananciais nessas regiões produtoras de frango e de suínos que têm 72 metros de profundidade está contaminada com coliformes fecais.

É uma vertente promissora que vem ao encontro do Ministério Público, dos organismos ambientais e dos organismos de fomento que têm caráter social, econômico e ecológico, o que vai possibilitar, meu amigo deputado e líder Silvio Dreveck, agregação de valor e renda na propriedade rural, fixando o nosso homem no campo, integrando-o ao agronegócio, possibilitando o selo verde para promover as exportações, a qualidade de vida e, com certeza, evitar o êxodo rural.

Eu entendo ser esse um projeto de um grande alcance social, econômico e ecológico, de agregação de fontes de valores e renda, de oportunidades de emprego ao nosso homem e, principalmente, ao pequeno agricultor que está situado numa menor propriedade rural.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Concedo um aparte ao nobre deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Quero cumprimentar e parabenizar v.exa porque tenho acompanhado o seu trabalho e sei que ao longo dos anos tem-se dedicado a muitas atividades, em especial à questão energética e ao aproveitamento de dejetos tanto de aves quanto de suínos. E, como v.exa. diz com muita propriedade, vai além da sustentação econômica e social, do saneamento ambiental.

Então, parabéns a v.exa. por essa conquista e por ter percorrido não só o Brasil como outros países.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Isso tudo gerenciado pela empresa Contour Global, que está fazendo todo esse empreendimento.

Era isso que eu gostaria de falar, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grando, ex-prefeito da capital de Santa Catarina, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, o sábio alemão Goethe nos disse que matar o monstro é uma tarefa difícil, mas muito mais difícil é remover as entranhas desse monstro.

Nós derrotamos a ditadura, mas vamos descobrindo com o tempo que as entranhas, os atos dessa ditadura ficaram e temos que removê-los passo a passo. Por isso que no aperfeiçoamento democrático do nosso regime o PPS, diferentemente de outros partidos, entrou com uma ação no Supremo para a derrubada do sigilo das contas públicas, porque um dos itens constitucionais nos aponta que para todas as contas públicas deve-se dar publicidade.

Então, através do nosso líder nacional Roberto Freire e através do nosso líder que também nos representa na Câmara Federal Fernando Agostini, popular Coruja, como é conhecido, foi empreendida essa ação para a qual peço o máximo de atenção.

(Passa a ler.)

"O PPS ingressou, na tarde desta terça-feira, no Supremo Tribunal Federal, com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), com pedido de liminar, requerendo o fim do sigilo em despesas do governo. A ação foi entregue pelo presidente nacional do partido Roberto Freire. O objetivo do partido é que a corte declare a não-recepção do Decreto-lei 200, de 1967, pela Constituição de 1988" (a nossa Constituição cidadã não deu recepção, ou seja, a inscrição desse decreto-lei 200, em 1967, em plena ditadura), "o que retirará o artifício que tem sustentado a argumentação do governo para manter em segredo gastos do Poder Executivo, como o cartão corporativo.

O sigilo não pode ser decretado sem que haja fundamentação que respalde a exceção à regra geral da publicidade, observa o PPS no texto. "No contexto da ordem constitucional inaugurada em 1988, não há que se falar em sigilo nos gastos da administração pública", diz o texto. Além disso, segurança nacional envolve questões militares e relações internacionais, entre outras.

[...]

No regime democrático, ressalta Freire e Fernando Coruja, é preciso prestar contas de tudo por causa do princípio da publicidade. O presidente do PPS disse ainda que buscou a Justiça agora porque surgiu "essa esdrúxula tese do governo de que gastos com dinheiro público não precisam ser transparentes, não precisam de prestação de contas". Freire considerou "lamentável" que o governo Lula utilize instrumentos da ditadura como o Decreto 200."

Portanto, a nossa luta é pelo aperfeiçoamento democrático naquilo que estamos removendo, que são os entulhos que ficaram durante tantos anos de ditadura; removendo as entranhas desse monstro que surge a cada momento como um fato novo e esdrúxulo, como foi colocado, em que nós podemos nos manifestar e fazer com que a cidadania brasileira através da Justiça, que é um Poder tão igual quanto os Poderes Legislativo e Judiciário...

Também, sr. presidente, no horário partidário, quero noticiar a recondução para líder do PPS, em nível nacional, do catarinense Fernando Coruja.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até oito minutos, que representa nesta Casa Blumenau e todo o vale do Itajaí.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e toda a comunidade catarinense que nos acompanha neste instante.

Sr. presidente, quero aproveitar esta manhã em que assomo à tribuna para representar o nosso partido para falar de três assuntos. Primeiro, quero trazer um assunto, já que ontem estávamos falando sobre o prefeito João Rodrigues, que trouxe a sua iniciativa, que é um grande exemplo para Santa Catarina.

Quero dar mais um exemplo de um democrata, que é o prefeito João Paulo Kleinübing, que trabalha de uma forma diferente, uma forma democrata de trabalhar com as prefeituras, aonde o cidadão vai lá e protocola o seu pedido, deputado Manoel Mota, quando quer fazer uma análise do seu IPTU, quando quer um alvará. Agora, o atendimento ao cidadão em Blumenau vai receber nota.

(São apresentadas imagens do atendimento ao cidadão.)

E aí é interessante que quando o servidor, deputado Professor Grandó, vai lá fazer um trabalho com o cidadão ele é avaliado pelo cidadão. E a avaliação que ele vai receber vai ser justamente analisada e pode trazer de retorno ao servidor uma melhoria na questão da sua remuneração.

Por isso quero aqui aproveitar este momento para agradecer as imagens projetadas e realmente parabenizar o prefeito João Paulo Kleinübing, parabenizar o suplente de vereador Fábio Filler, que hoje inclusive está na Câmara de Blumenau, por terem adotado esse sistema. E quero parabenizar, acima de tudo, os servidores públicos, porque como temos aqui também o deputado Sargento Amauri Soares que representa os servidores em coisas que vão ajudá-los) tenho certeza de que também será algo positivo para eles, pois é através da avaliação que o servidor que atender bem o cidadão vai ser mais bem remunerado.

É esse tipo de iniciativa encabeçada pelo prefeito João Paulo Kleinübing que merece o exemplo, que merece a nossa consideração, e tenho certeza absoluta de que com o andar da carruagem, como as coisas vão acontecendo em Blumenau, o estado todo vai passar a adotar esse sistema como avaliação do servidor e como remuneração também para o servidor, melhorando ainda mais o salário do funcionário público municipal.

Outra questão partidária que eu gostaria de trazer nesta tarde, deputado Peninha, v.exa. conhece muito bem o secretário Regional de Timbó, nosso amigo Luiz Polidoro, ex-prefeito de Indaial, que foi injustamente, no final do ano passado, acusado por alguns jornais de forma leviana. Mas eu tenho aqui em mãos, pena que não pude falar sobre isso no final do ano passado, algumas moções de apoio ao secretário pelo trabalho que vem desempenhando no município, não só em Timbó como também em Indaial e em toda região de Timbó, ouvindo os prefeitos, ouvindo as lideranças e trazendo as reivindicações.

O secretário já conseguiu, no ano passado, aumentar a quantidade de recursos destinados àquela região por parte do governo do estado, mostrando que a secretaria Regional de Timbó foi criada com êxito, foi criada com razão, pois deu retorno à população. E ninguém melhor do que o ex-prefeito de Indaial para representar aquela comunidade, deputado Elizeu Mattos, aquela região, trazendo recursos do estado, mostrando que efetivamente não se deve trabalhar a secretaria Regional como picuinha política e sim como forma de trazer o recurso que o cidadão paga de imposto de volta para a sua comunidade, de volta para a sua região.

Por último, srs. deputados, quero aqui agradecer - ontem conversamos com alguns parlamentares, como os deputados Jandir Bellini, Marcos Vieira, Moacir Sopelsa e outros a respeito - a indicação para podermos agora, de uma vez por todas, coordenar e tocar, juntamente com esses parlamentares, o trabalho da comissão do Fórum Permanente em prol da duplicação da BR-470.

Deputado Rogério Mendonça, v.exa. conhece o problema e sabe que esta Casa, em fevereiro do ano passado, criou o Fórum Permanente através de uma ação do então deputado Gilmar Knaesel, deste deputado e do deputado Jailson Lima, também do PT de Rio do Sul. Por isso nós sabemos quanto é fundamental que este fórum possa agir em prol da comunidade, em prol daquela região, em prol da BR-470.

E nós vamos agora ao coordenarmos este fórum, trabalhar com os srs. parlamentares, pedir o apoio desta Casa e pedir o apoio de toda a comunidade, não só do vale do Itajaí, mas de toda a comunidade que é envolvida pela BR-470. Para v.exa. ter uma idéia, deputado Dagomar Carneiro, que também faz parte deste Fórum Permanente, nós temos garantidos recursos no PAC da ordem de aproximadamente R\$ 80 milhões para que sejam iniciadas as obras da duplicação da BR-470. Mas são necessários mais de R\$ 200 milhões para que somente o trecho entre Navegantes e Indaial seja concluído.

Nós precisamos garantir esses recursos e quero aqui realmente tranquilizar a comunidade que nós parlamentares não poderemos, em nenhum momento, utilizar este fórum de forma política. Temos que fazer com que ele trabalhe de forma partidária e aí, sim, louvando o governo federal por já ter incluído cerca de R\$ 80 milhões no PAC, mas dizendo que nós temos que trabalhar mais, independente de partido, independente de governo! Hoje, o processo está parado na burocracia por causa das questões ambientais e isso não é culpa de um governo, não é culpa de um partido.

Por isso este fórum é fundamental para tocar esta questão que nós entendemos, srs. deputados, vital não apenas para as vidas na BR-470, como aqui foi defendido por vários parlamentares no que diz respeito à questão dos radares, do controle da velocidade, da sinalização, como também para a economia da região.

O deputado Rogério Mendonça sabe muito bem quanto é difícil nós trazermos uma empresa para aquela região, o quanto é importante a duplicação - como vai agora se desenvolver o sul do estado, Criciúma, depois da duplicação da BR-101? - e quanto o vale do Itajaí precisa para garantir as vidas e garantir emprego, garantir o desenvolvimento econômico, garantir saúde, garantir para as famílias uma forma de sobrevivência nas rodovias com a duplicação da BR-470.

Para v.exas. terem uma idéia, a luta da BR-470 já é muito antiga. Há mais de 11 anos acontecem atos públicos em favor da duplicação, em favor da melhoria da BR-470. Mais de 80 atos públicos já foram feitos, desde a distribuição de panfletos até a paralisação da rodovia. Nessa região que hoje está sendo estudada para que seja feita a duplicação, no ano de 2006 ocorreram 89 mortes, deputado Marcos Vieira. Em 2007 2.701 acidentes aconteceram, com 92 mortes. Ou seja, é fundamental não só como eu falei para a vida, para a economia, para a família, mas para toda a região do vale do Itajaí que nós possamos garantir a duplicação da BR-470.

Por isso quero aqui agradecer aos srs. parlamentares que fazem parte deste fórum pela indicação na coordenação desse Fórum Permanente da duplicação da BR-470 e também pedir o apoio da Casa, o apoio dos catarinenses e o apoio dos cidadãos do vale do Itajaí que eu tenho certeza absoluta que têm essa preocupação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do deputado Professor Grando, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Escola de Samba Copa Lord, cumprimentando-o pelo título de campeã do Carnaval 2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Professor Grando, que solicita o envio de mensagem telegráfica à jornalista Renata Moreira, do jornal *Diário Catarinense*, cumprimentando-a pela série de reportagens "Cidadão do Bem".

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos presidentes da Associação Catarinense de Imprensa, do Sindicato dos Jornalistas e do Sindicato dos Radialistas de Santa Catarina, cumprimentando-os pela passagem do Dia do Repórter.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Ituporanga, Capinzal, Vidal Ramos, Piratuba e São Miguel d'Oeste, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

Solicito à deputada Ada Luca autorização para também subscrever esses requerimentos.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Professor Grando, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Escola de Samba Protegidos da Princesa, cumprimentando-o pelo belíssimo desfile de carnaval.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Professor Grando, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Escola de Samba Unidos da Coloninha, cumprimentando-o por sua apresentação no Carnaval de 2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Professor Grando, que solicita o envio de mensagem telegráfica à ministra do Meio Ambiente, cumprimentando-a pela ação transparente e seu posicionamento em relação ao desmatamento da Amazônia.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Professor Grando, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Escola de Samba Consulado, cumprimentando-o pela distinta apresentação no Carnaval 2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao tenista Gustavo Kuerten, cumprimentando-o pelo encerramento de sua carreira profissional.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Marcos Vieira, mas antes quero dar os parabéns pelo seu requerimento. Todos nós ficamos emocionados ao ver o tenista Gustavo Kuerten chorando, juntamente com seu técnico, Larri Passos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, muito obrigado pela oportunidade que me dá de me manifestar em razão do requerimento que apresentei.

Sr. presidente, é claro que todos nós, catarinenses, ficamos emocionados, ontem, quando ao final do *Jornal Nacional* o nosso estimado amigo catarinense, o irmão Gustavo Kuerten, despedia-se de sua carreira.

Vejam a importância que Gustavo Kuerten tem no cenário nacional e internacional, eis que fazia anos que eu não via a Rede Globo de Televisão, no seu principal programa, que é o *Jornal Nacional*, destacar tanto tempo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, estou discutindo o requerimento e o tempo não é de apenas um minuto, o tempo para discutir uma matéria, pelo Regimento Interno, são dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra por mais trinta segundos o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Regimentalmente o tempo para discutir requerimento são dez minutos. Sou o autor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Pois não, deputado!

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, veja a importância de Gustavo Kuerten, eis que a Rede Globo, no seu principal programa, que é o *Jornal Nacional*, destacou um tempo enorme a essa figura extraordinária. E foi Gustavo Kuerten que ajudou a fazer com que Santa Catarina aparecesse no mapa mundi, pois ele, com a sua habilidade, levou o tênis às classes mais humildes. Aqui em Florianópolis, em razão da sua atuação como um grande tenista, Gustavo Kuerten fez com que crianças das classes menos abastadas pudessem também participar de um esporte que até então era considerado de elite.

Parabéns ao Gustavo Kuerten por ter dado a Santa Catarina a condição de ter sido o estado número um no tênis mundial. Parabéns à família do Gustavo, à dona Alice, que tem feito um trabalho social extremamente importante, pois partiu dela a iniciativa de trazer, também para Santa Catarina, um hospital do grupo Sarah Kubitschek, como há em Brasília, no Rio de Janeiro e no Maranhão, e que por certo será instalado em Santa Catarina, para que também possamos ter, todos nós catarinenses e os estados vizinhos, Rio Grande do Sul e Paraná, a oportunidade de ver os nossos irmãos recuperados num hospital de referência nacional e internacional. E esta Casa deve também cumprimentar Gustavo Kuerten pela sua extraordinária passagem no campo esportista.

Muito obrigado pela oportunidade, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Apenas para informar, deputado Marcos Vieira, v.exa. havia pedido a palavra pela ordem, se houvesse pedido para discutir o requerimento poderia ter-se conduzido à tribuna; por isso, eu lhe concedi apenas 30 segundos, conforme o seu pedido, pela ordem.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Muito obrigado, sr. presidente, e desculpe eu ter, ao iniciar as minhas palavras, pedido a palavra pela ordem, quando na verdade o objetivo era a discussão do requerimento.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero cumprimentar o eminente deputado Marcos Vieira por esse requerimento.

Acho que esse é um momento que mexe com cada brasileiro que é ligado ao esporte. O Brasil viveu, através do Guga e de Santa Catarina, por muito tempo, como campeão mundial de tênis, o que é um orgulho para nós todos. Vermos a sua despedida, ele lembrando-se daqueles momentos e as lágrimas descendo, mexeu com o coração de cada um.

Por isso, quero cumprimentá-lo e pedir para subscrever o requerimento.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Da mesma forma, sr. presidente deputado Rogério Mendonça, eu gostaria de subscrever esse requerimento, porque o Guga sempre nos emocionou com suas vitórias e também com o depoimento do dia de ontem.

Sr. presidente, eu gostaria de agradecer a presença, nesta Casa, do vereador da cidade de Blumenau, Isaltino Pedron, que muitos nos orgulha pelo belíssimo trabalho exercido na Câmara de Vereadores.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Nós também gostaríamos, sr. presidente, de subscrever esse requerimento, para que realmente se faça justiça ao catarinense Guga, o brasileiro que mais se destacou na sua jornada, no tênis.

Neste momento, agradeço a presença dos meus conterrâneos, dos aposentados de Canoinhas, e também aquelas outras pessoas que pertencem ao Sintesp, que estão aqui reivindicando a sua posição frente o projeto de lei que será apresentado nesta Assembleia Legislativa.

Gostaria de parabenizar e agradecer a presença do vereador Ambrósio Bencz, do município de Santa Terezinha, e dizer-lhe que esta Casa sente-se honrada e que a presença de todos ficará registrada nos anais deste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Vou conceder-lhe mais 30 segundos, deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, tinha certeza de que a benevolência do presidente deputado Peninha não poderia deixar de faltar.

Gostaria de dizer a vocês, como representante do planalto norte, que nos temos dedicado à nossa região, principalmente com a instalação da Aurora, e agora da Sadia, em Mafra, e vamos fazer, sim, daquela uma região forte, diferente do antigo planalto norte esquecido. Muito obrigado pela presença.

Era isso, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - A Presidência defere as subscrições ao requerimento.

Pedido de informação de autoria do deputado Marcos Vieira, a ser enviado ao secretário de estado da Infra-Estrutura e ao presidente do Deinfra, solicitando informações sobre a malha viária estadual catarinense.

Em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, o tema rodovias federais e estaduais é um assunto que irá mobilizar o Parlamento e a sociedade catarinense no transcorrer deste ano, com certeza absoluta. Inclusive, no dia de ontem esta Casa aprovou requerimento solicitando informações sobre a situação das rodovias federais em Santa Catarina, para que possamos levar ao conhecimento das sras. deputadas e dos srs. deputados que farão parte do Fórum Permanente que fará o debate das rodovias no nosso estado.

O pedido de informação que apresento e dirijo ao sr. secretário de Infra-Estrutura e ao presidente do Deinfra é no sentido de também obter informações sobre a malha viária estadual catarinense. É um pedido de informação acerca do total de quilômetros que temos de rodovias estaduais, de quantas rodovias têm pavimentação asfáltica, de quantos municípios não tinham pavimentação asfáltica, de quantas foram construídas a partir de 1º de janeiro de 2003, enfim, é uma série de informações que farão parte do acervo para debate do Fórum Permanente que vai tratar da situação e dos investimentos das rodovias federais e estaduais em Santa Catarina, posto que a maioria dos deputados, já no início deste ano legislativo, tem tratado, na tribuna, deste assunto. Hoje mesmo o eminente deputado Jean Kuhlmann tratou da BR-470; em aparte, no dia de ontem, o deputado Gelson Merísio, tratou das questões da BR-282, e o deputado líder do governo Herneus de Nadal, apresentou duas moções ao governo federal e ao Tribunal de Contas, para que sejam feitas auditorias na recuperação das rodovias BR-282 e BR-163.

Então, sr. presidente, é no sentido de fazer com que esses documentos cheguem a esta Casa e passem a fazer parte do acervo do Fórum Permanente de debates das rodovias federais e estaduais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) -

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao presidente da Fatma, solicitando informações sobre as providências tomadas em relação ao dano ambiental causado pela Avita - Indústria Avícola Itaiópolis Ltda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, que representa a cidade de Lages, a região serrana, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. Presidente e srs. deputados, hoje vamos falar da grandeza de nosso Parlamento, deputado Romildo Titon, porque às vezes, as pessoas criticam os deputados. Mas vamos falar sobre a grandeza de uma ação do Parlamento catarinense, que está beneficiando e que irá beneficiar, deputado Serafim Venzon, mais de 106 milhões de brasileiros.

A grandeza deste Parlamento são os 40 deputados. E o deputado Nilson Gonçalves, quando viu o projeto, disse que era contra aquela matéria, mas depois, analisando, interpretando, leu melhor o projeto e reconsiderou. Essa é a grandeza dos nossos parlamentares, que estudam, lêem e pesquisam. Por isso, sejamos, talvez, o diferencial deste Brasil em termos de Parlamento estadual. Temos um povo sábio que soube escolher os seus 40 representantes.

Em 28 de junho do ano passado a Assembléia Legislativa realizou a maior audiência pública já feita na história deste Parlamento, deputado José Natal. Foram cinco horas e meia de audiência pública nesta Casa, com a participação de parlamentares, autoridades e o povo, para discutir a questão da telefonia móvel e fixa do nosso estado. A audiência foi aprovada pela comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. Inclusive, fui o proponente, e ela foi presidida pela deputada Ada De Luca.

Naquela audiência levantamos uma série de indagações à direção da Anatel - compareceram dois diretores e representantes de todas as operadoras de telefonia em Santa Catarina - sobre questões cruciais que afetam o dia-a-dia do usuário de telefonia. E tivemos, no início de setembro, uma resposta da Anatel, cumprimentando a Assembléia Legislativa pela audiência, pela maneira, pelo tipo que foi realizada e por ter dado a oportunidade de conversar com o cliente, pois aquela audiência pública, na verdade, foi um verdadeiro balcão de diálogo, de conversa.

Hoje os brasileiros, mais de 106 milhões, estão recebendo notícias que irão ajudar no atendimento ao cliente graças ao trabalho - tem que ser reconhecido - da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, porque as questões, deputado Manoel Mota, os avanços publicados e as decisões tomadas pela Anatel nasceram na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, numa grande audiência pública. E é preciso que seja reconhecido o nosso trabalho, porque estamos aqui para ajudar ao povo.

Lembra da reclamação, deputado Professor Grando, que fiz nesta tribuna porque não conseguia desligar o meu telefone? Fazia seis meses que eu estava tentando desligá-lo e não sabia mais o que fazer. Pois bem, agora a obrigação é desligar um telefone em 24 horas, baseado naquilo que foi dito.

Brigávamos, discutíamos, pedíamos e não conseguíamos achar ninguém para nos atender. Ligávamos e não sabíamos com quem estávamos falando. Agora haverá prazo, todas as micro e médias regiões vão ter um atendimento ao cliente e não mais apenas um atendimento comercial. São várias conquistas. E é lógico que podemos fazer mais. Mas são várias conquistas que nasceram dentro deste Parlamento. Por isso, todos nós - quero fazer esse desabafo, sr. presidente deputado Peninha -, todos nós, os parlamentares catarinenses, neste momento, estamos de parabéns. E gostaria que a imprensa nacional tivesse publicado que as mudanças que a Anatel determina nasceram no Parlamento catarinense, na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Foi um dia memorável aquela audiência pública com os diretores da Anatel presentes, que realmente ficaram espantados pela veemência com que foram colocados os assuntos. Primeiro, o Procon afirmava, naquela audiência, que o maior número de pedidos de ações, de queixas, era contra o sistema de telefonia.

O Ministério Público já está querendo se manifestar, através de uma ação pública, também contra o sistema de telefonia. Porque a pessoa comprava um número "x" de créditos, usava uma parte e depois eles anulavam a outra parte, apropriando-se dessa quantia financeira. Quando pedíamos que fosse desativado o telefone em 24h, demorava dois, três, seis meses, como v.exa. falou. E o que é mais grave: quando a pessoa ligava, sempre aparecia aquele sistema automático, e não sabíamos com quem estávamos conversando. Agora, não! Com as novas normas, porque a Anatel acatou as sugestões, todos nós iremos fiscalizar: a população, o Ministério Público, o Procon, para que esses números colocados à disposição para as mudanças e as queixas realmente funcionem.

Então, digo com toda a tranquilidade que o Parlamento de Santa Catarina está de parabéns porque foi o primeiro a se manifestar, e daí iniciou-se o processo dessas reivindicações, tendo sido atendidas integralmente. E v.exa. é testemunha disso com publicações na imprensa. Esperamos que a imprensa ressalte a importância do nosso trabalho.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o seu aparte, deputado Professor Grando.

Na verdade, talvez as pessoas, ao olharem para nós, políticos, só enxerguem defeitos e não qualidades. Acho que esse é o momento de a própria imprensa dizer que essas conquistas do estado de Santa Catarina nasceram pela ousadia, persistência e participação dos deputados catarinenses. Sinto-me bastante feliz de ter sido autor desse requerimento solicitando essa audiência pública, pois pelo menos com relação a isso tivemos um resultado.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado, agradeço por me conceder um aparte.

Quero parabenizá-lo e dizer que, graças aos procedimentos dos parlamentares e da sociedade em geral, houve todo esse contexto da audiência que surtiu todo esse resultado que deveria surtir. Mas isso, com certeza absoluta, custou a todos nós, deputados, muitas horas de trabalho.

E temos um problema gravíssimo que precisamos solucionar urgentemente: a questão da telefonia rural. Não entendo que na região da Grande Florianópolis, em Antônio Carlos, um cidadão tenha que gastar aproximadamente de R\$ 6 mil a R\$ 7 mil com cabos para que o telefone fixo chegue a sua residência. Isso está acontecendo e é um assunto que devemos encampar também para, juntamente com a Anatel, tentar solucionar os assuntos mais prementes da telefonia.

Há a questão também dos telefones celulares. As empresas ainda não querem instalá-los em pequenos municípios por causa do custo, e ainda ontem foi lido um requerimento de minha autoria nesta Casa nesse sentido.

Parabenizo v.exa. e toda sua equipe de trabalho, pois foi dada à sociedade catarinense e a muitos brasileiros a oportunidade de poder facilitar a sua vida na questão das telefonias fixa e móvel.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço a v.exa. o seu aparte, deputado José Natal.

Deputado, a universalização que defendemos aqui também já foi aprovada, já está a caminho e tem prazo.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero parabenizá-lo, deputado. Era preciso fazer alguma coisa, v.exa. teve a coragem de fazê-lo e trouxe um projeto importante e fundamental para ser discutido. Agora cabe a nós discuti-lo e aprimorá-lo ainda mais para que tenhamos, no mínimo, a segurança do cidadão catarinense, que é o que v.exa. quer.

Parabéns, deputado! Creio que está no caminho certo!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e visitantes que nos prestigiam com sua presença no Parlamento catarinense no dia de hoje e que acompanham os trabalhos dos parlamentares, venho a esta tribuna para discutir algumas questões importantes. Uma delas é a da BR-101, que recebeu em janeiro uma ação um pouco diferente do que estava acontecendo. Por quê? Em razão do fluxo de turistas, as empresas diminuíram o seu ritmo. Mas a partir de fevereiro a retomada dos trabalhos é visível.

Então, trata-se de uma obra desejada, conquistada e que vem acontecendo. O presidente Lula, que tinha assumido o compromisso com essa obra, vem honrando cada lote. Temos, é verdade, alguns problemas, alguns gargalos que irão ficar fora do planejamento. Cito a questão do Morro dos Cavalos, a ponte de Cabeçadas e o Morro do Formigão. Esses são projetos ainda não concluídos, não licitados, mas que, posteriormente, com certeza, haverá a sua conclusão. Assim, irá atrasar um pouco a obra, mas tenho convicção de que até o final do ano de 2008 vamos ter em torno de 80% dela, ou até mais, já concluída. Portanto, o governo federal vem cumprindo a sua missão e eu não poderia deixar de, neste instante, registrar isso.

Foi dito aqui que este Parlamento irá dar um título a sua excelência, o presidente da República, e evidentemente que eu assinarei junto esse título, em razão da sua palavra assumida conosco num documento feito em Tubarão. Disse-nos lá no aeroporto de Navegantes que começaria essa obra e que não precisaria haver mais nenhuma paralisação. E fomos responsáveis por mais de 50 paralisações, inclusive paralisações das 6h às 16h, das 9h às 15h. Esse era o instrumento que tínhamos para fazer com que se assumisse, de fato e de direito, a duplicação da BR-101 que estava levando vidas e mais vidas, uma atrás da outra. E isso continuará a acontecer até que a obra esteja totalmente concluída.

Mas, na verdade, há esperança e perspectiva de dias melhores ao usuário da BR-101, já que a obra está acontecendo com rapidez e cuidado para que tenha qualidade - e é isso que desejamos. Estamos fiscalizando, junto com os vereadores, cada lote para buscar qualidade, porque isso é fundamental. Sabemos que houve muitos defeitos técnicos na duplicação do lado norte da BR-101, e estamos trabalhando para que esses defeitos técnicos não ocorram também no lado sul.

Então, há uma ação permanente de acompanhamento. Nós, junto com 40 vereadores, fizemos um levantamento de Osório até Palhoça, e depois fomos a Brasília levar o resultado daquele trabalho. Isso é importante para que possamos, no final, comemorar uma obra conquistada com muito trabalho, com muita luta, mas que orgulha o povo catarinense e brasileiro, assim como também o Mercosul, já que será também o corredor do Mercosul.

Sr. presidente, mas com certeza o movimento de caminhoneiros na BR-101 irá diminuir muito neste final de semana, porque o sul inteiro estará participando do grande evento que se inicia hoje, dia 14, e irá até o dia 17, domingo. Trata-se de uma das maiores festas de Santa Catarina, do Brasil e do mundo na sua categoria. Não há festa maior do que o Quilômetro da Arrancada de Caminhão em Balneário Arroio do Silva, lá na terra de meu amigo Paulo Pedrosa Victor, que deve estar orgulhoso de receber 150 mil pessoas que, com certeza, participarão efetivamente do grande evento que hoje desponta em todo Mercosul e alcança o Brasil inteiro. E quando fui prefeito, já tive a honra, através da CBN, naquela época, de mandar informações até para Washington, nos Estados Unidos.

Então, essa festa vem alcançando a cada ano uma dimensão maior. A Petrobras participa efetivamente como principal patrocinadora, assim como outras empresas brasileiras de renome estão lá fazendo a exposição e contribuindo para o sucesso dessa grande festa dos caminhoneiros, que se realiza neste final de semana na região do extremo sul, em Balneário Arroio do Silva. É na areia, sim, que esses caminhoneiros, que carregam o PIB deste país nos tapetões pretos dessas BRs, mostram a sua habilidade e competência.

Eu já participei dessa festa inúmeras vezes e ontem o eminente deputado Professor Grandó perguntou-me sobre os meus títulos, mas acabei não falando sobre eles. E gora quero dizer que tenho, sim, alguns títulos: o de primeiro, segundo e terceiro lugares. Já comemorei nove vezes esses títulos. Sempre tive habilidade na areia para arrancar com rapidez, sem errar - porque se errar, perde, cai fora.

Então, para chamar a atenção dos telespectadores de todo o estado de Santa Catarina, peço que a assessoria exiba um vídeo para que todo o estado, e não só a Assembléia, veja o coração bater, a adrenalina aumentar e a emoção que se arrancará, no sábado e domingo, lá no Balneário Arroio do Silva, dos caminhoneiros e dos caminhões.

(Procede-se à exibição de um vídeo.)

Então, isso é só para fazer o coração bater. Para quem não sabe, é o seguinte: a adrenalina vai a mil porque não se pode cometer um erro sequer. Se cometer um erro, está fora. Não há tempo para corrigir um erro cometido. Portanto, é preciso ter competência e habilidade para alcançar esse objetivo, e é isso que eles estão esperando no domingo.

Assim, queremos convidar os parlamentares e a população catarinense para conhecer a maior festa do Balneário Arroio do Silva, que se inicia hoje e terminará no domingo. E o sábado e domingo são os grandes dias em que acontecem os rancos dos caminhões e pode-se presenciar a habilidade dos pilotos que têm a responsabilidade de carregar a riqueza deste país. E lá mostrarão o quanto é importante para o Brasil a questão dos caminhoneiros.

Por isso espero que possamos receber lá mais de 150 mil pessoas ligadas ao transporte. E os deputados estão também convidados para se fazerem presentes e sentirem essa emoção que é bonita e marca uma história muito linda em Santa Catarina, no Brasil, no Mercosul e, evidentemente, no mundo, porque o transporte faz parte de tudo isso!

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência parabeniza o deputado, que, além de brilhante deputado, é um excelente piloto que deverá participar da grande festa dos caminhoneiros.

Esta Presidência gostaria de anunciar a presença do vereador de Witmarsum, o sr. Darci Spancerki, que é também presidente municipal do PDT e está aqui acompanhado pelo sr. Cleones Kempers. Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa de Santa Catarina!

Inscrito para falar o deputado José Natal, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, com certeza absoluta, deputado Manoel Mota, o Arrancadão já faz parte do calendário de eventos de Santa Catarina. É uma festa realmente bonita e o povo vai prestigiá-la, com certeza absoluta.

Mas quero justificar aqui a minha ausência no plenário desta Casa, ontem, uma vez que estive em Brasília para, junto com uma comitiva catarinense, nela estavam os deputados Dagomar Carneiro e Renato Hinnig, participar de uma audiência com o ministro da Integração Nacional para discutir o problema das enchentes que atingiram algumas regiões da Grande Florianópolis e outros municípios do estado.

Mas, srs. catarinenses e srs. deputados, eu já passei por diversas situações hilariantes na minha vida política, mas, igual a vivida ontem em Brasília, confesso que jamais pensava realmente em assistir. Eu tinha pelo governo federal uma decepção muito grande já de muito tempo, mas ontem, podem acreditar, catarinenses, foi uma frustração muito grande.

Sairam de Florianópolis diversos prefeitos das regiões atingidas, o governador do estado, enfim, a comitiva para uma audiência com o ministro Geddel Vieira Lima, já agendada há bastante tempo, para levar um relatório sobre a calamidade sofrida com uma precipitação enorme de chuvas na região. Ele sabia que o governador e a sua comitiva estaria com ele no dia de ontem.

Mas antes dessa audiência com o ministro, a comitiva catarinense e todos os prefeitos se reuniram para colocar uma pauta de reivindicação para que o assunto não se estendesse de diversas formas. A minha frustração já começou ali, quando o competente capitão Márcio, que coordenou os trabalhos junto com os prefeitos na tarde de ontem, dava-nos informações sobre a posição do governo federal na questão de calamidade pública.

Os prefeitos, tendo em vista algo que não estava previsto, para não deixar os seus municípios com problemas graves de calamidade ou em total abandono, o que fazem? Eles realmente atendem, dentro das suas possibilidades, as reivindicações da sociedade. E muitos prefeitos da região fizeram isso; recuperaram pontes para as pessoas poderem sair de casa; tiraram as pessoas das suas residências danificadas e levaram-nas para um ginásio de esportes ou para uma escola. E para isso houve investimento do município. Mas, para o governo federal, ontem ficou esclarecido e entendido que isso não adianta. O governo federal não costuma ressarcir dinheiro colocado na frente, como se diz, para a recuperação de qualquer calamidade pública.

E qual é a forma que temos para tentar resolver a questão? Volto a reiterar que o capitão Márcio e a sua equipe, para que o governo federal pudesse, num menor espaço de tempo possível - o que não era certo ainda -, repassar os recursos por eles solicitados, sugeri repassarem, num primeiro plano, ao Exército brasileiro, que daí recuperaria os problemas da cidade. Depois, se não quisessem ao Exército brasileiro, repassaria recursos ao Inmetro ou a outro órgão do governo federal, como a Caixa Econômica Federal.

Mas o problema é que a Caixa Econômica Federal exige projetos detalhados das situações e se isso se viabilizar, a burocracia é tão grande que leva cinco, seis meses ou mais e, além disso, o dinheiro que ele conseguir captar, ele ainda vai ter que ressarcir o prefeito dentro do que conseguir, em 3% de custo de investimentos da Caixa Econômica Federal. Um absurdo!

A frustração foi muito grande dos srs. prefeitos na reunião, volto a dizer, com a comitiva catarinense antes de irmos ao ministro.

Então, diversas situações foram levantadas e foi feito um documento, deputado Dagomar Carneiro, assinado pelos prefeitos para analisar as possibilidades. Alguns optaram pelo repasse de recursos, provavelmente pelo Exército, pela Caixa Econômica Federal, pelo Inmetro ou até pela Conab, que foi o outro órgão que foi levantada a situação, para analisar desses qual seria o mais fácil e partimos para a audiência com o ministro.

Volto a dizer, uma audiência que já estava pré-agendada. Todo o relatório feito, a imprensa local e nacional mostrou o que aconteceu em Santa Catarina. Simplesmente o ministro Geddel recebeu o governador do estado de Santa Catarina, os deputados federais, estaduais e os prefeitos, de pé, e disse o seguinte: "Eu tenho um compromisso logo em seguida porque amanhã vou ao senado federal para uma audiência pública. Tenho que estudar o que vou dizer amanhã na audiência pública".

Ora, srs. deputados e catarinenses, se ele sabia que tinha essa audiência com a questão de calamidade pública do estado de Santa Catarina, ele jamais poderia ter marcado essa audiência pública ou marcado com o governador Luiz Henrique da Silveira aquele horário para atender a todos.

Ele, deselegantemente, de pé, não falou com todos mais do que dez minutos e disse o seguinte: "Quem vai conversar com os senhores é a minha assessoria e vamos ver o que podemos fazer".

Achei e acho que foi um grande desrespeito com o governador Luiz Henrique da Silveira e principalmente com toda Santa Catarina, porque a partir de amanhã os municípios vão começar a cobrar dos srs. prefeitos a recuperação dos seus municípios e isso não vai acontecer. Lamentavelmente tenho que dizer aqui: aguardem que isso só irá acontecer se houver por parte da bancada catarinense, lá em Brasília, uma ação muito forte em cima do ministério para repassar o recurso para o governo do estado, para depois repassar às prefeituras, numa questão burocrática muito grande. Porque senão esqueçam! Foi o maior engodo que já vi na minha vida!

Eu perguntei ao coordenador da Defesa Civil nacional: Nunca houve um estado de calamidade pública neste país antes, já que v.exa. diz que faz parte há 16 anos da comissão de Defesa Civil e é assim que acontece? Não tem como repassar o recurso de imediato, um valor insignificante aos prefeitos para aquelas questões mais prementes e depois viabilizar através de projeto e outras coisas? E ele respondeu: "Não, não existe"! Mas como!

Então, é preciso reunir todos os presidentes das associações de prefeitos do país, no meu entendimento, e resolver esta questão. Fazer-se uma lei na Câmara com o próprio presidente da República, com o próprio ministério para resolver este caso, porque o dinheiro que foi gasto ontem para ir a Brasília com toda essa comitiva, com certeza absoluta resolveria o problema de pequenos municípios da região que sofreram danos de pouca monta, no valor de R\$ 100 mil, R\$ 150 mil, que para um prefeito do interior, como o caso de São Bonifácio, é muita coisa. O prefeito de Antônio Carlos está lá com diversas pontes danificadas e não tem condições de resolver. Eles já fizeram provisoriamente com madeira de eucalipto aquelas famosas pontes as quais, com certeza absoluta, se houver outra calamidade, irão todas embora novamente. Colocarão o dinheiro da sua administração na frente e não terão o ressarcimento do seu recurso.

Volto a dizer: Saí frustrado! Jamais imaginaria que o ministro fosse receber toda a sociedade de Santa Catarina, aqueles que vivem na carne os problemas do povo, do jeito que nós fomos recebidos em Brasília ontem.

Quero também deixar o meu registro, com certeza absoluta, da...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, servidores e servidoras deste Poder Legislativo, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, trabalhadores aposentados que aqui estiveram e os que estão ainda aqui nesta Casa discutindo com os parlamentares a questão do Iprev que, em breve entrará em discussão neste Poder Legislativo. E quero dizer, de antemão, que somos aliados e companheiros na busca de uma saída, se houver saída, para que não haja prejuízos para os trabalhadores aposentados atuais e para os futuros trabalhadores que se aposentarão.

Senhores, recebemos, ontem, em nosso gabinete a reposta do comandante-geral da Polícia Militar sobre a Indicação n. 693/2007, de autoria deste parlamentar, que buscava garantir junto às instituições da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros a possibilidade de promoção com a metade do interstício para os atuais terceiros-sargentos, uma vez que nós temos vagas em aberto para segundo-sargento, tanto na Polícia Militar quanto no Corpo de Bombeiros. E a Lei n. 318, aprovada nesta Casa, que trata do plano de carreira dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, coloca essa possibilidade, ou seja, havendo vagas poderão ser promovidos com a metade do interstício. E já faz um tempo que estão sobrando vagas para segundo-sargento, nas corporações.

Srs. deputados, um grupo de quase 200 terceiros-sargentos da Polícia Militar completou a metade do interstício no dia 14 de dezembro. Assim, naqueles dias encaminhamos essa indicação, buscando garantir a possibilidade desta promoção para o dia 31 de janeiro, a última data da promoção ou para a próxima, agora no mês de maio. E a resposta da indicação, do comando-geral da Polícia Militar foi negando essa possibilidade, argumentando que esse sargento tem dois anos de serviço e que, portanto, seria injusto promovê-lo e que desestruturaria a carreira.

Em primeiro lugar, é verdade que metade deles possui dois anos e meio ou três anos de serviço. Mas a metade deles já era policial militar antes de fazer o curso de sargento, já eram soldados, já eram cabos. E, portanto, têm alguns, muitos, aliás, com mais de dez anos de serviço e alguns, inclusive, com mais de 15 anos de serviço. Poderiam, deveriam e têm possibilidade estrutural de vaga, através da Lei n. 0318, para serem promovidos. Essa mesma negativa já existe por parte do Corpo de Bombeiros desde o ano passado.

Nós que ficamos muitos anos parados, existem terceiros-sargentos que ficaram 12 ou 14 anos, na condição de terceiro-sargento, para depois ser promovido a segundo-sargento. Eu próprio fiquei dez anos. A nossa turma Olívio, ficou de nove a 12 anos na condição de terceiro-sargento. E se nós não tivéssemos nos organizado enquanto categoria, se não tivéssemos saído da inércia e da subserviência de 170 anos, nenhum governador jamais saberia dos nossos anseios.

Mas, como saímos da inércia e levamos as demandas para os governos, para os deputados, para as ruas da nossa cidade, então os governantes souberam e tivemos, sim, avanços nos últimos três ou quatro anos neste sentido. Como o governador tem falado, e é verdade, pois sempre falamos, foram mais de quatro mil promoções ao longo dos três últimos anos, o que é um avanço. Mas, poderíamos ter mais!

Deputado Manoel Mota, infelizmente, agora já foi vetado, mas a responsabilidade não é do governador e nem do secretário, porque basta o comandante dos Bombeiros e da Polícia dizer que, considerando que existem vagas disponíveis de segundo-sargento, estarão encaminhando para promoção e colocando na lista tais e tais terceiros-sargentos. E se quiserem critérios, nós podemos até concordar, como um determinado tempo de serviço, ou seja, seis, oito ou até dez anos, porque muitos deles têm mais de dez anos de serviço.

Tenho aqui em minhas mãos também o Boletim Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, o Sinte, do dia 12 deste mês, e passo a ler algumas partes deste documento, que fala sobre a proposta do prêmio educação de R\$ 200,00, sendo R\$ 100,00 em março e R\$ 100,00 em agosto, para os trabalhadores que estiverem em sala de aula.

O documento diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"[...]

"Este prêmio se caracteriza como verba indenizatória para evitar a sua identificação como novo abono, impedindo assim sua extensão aos aposentados e aos professores em licença, como também a sua incorporação. Apesar do nome pomposo 'Prêmio Educar', trata-se de mais um abono piorado!

A proposta consiste em dois 'prêmios' proporcionais à carga horária, sendo o primeiro pago em março e o segundo em agosto. Para os professores em sala de aula o prêmio é de R\$ 100,00 e para os especialistas, Assistentes em Educação e Técnico Pedagógico é de R\$ 75,00. Tal proposta depende de aprovação de lei na Assembléia Legislativa. Além da questão salarial, a proposta do governo inclui o seguinte:

a) hora atividade cumprida na escola;

b) alteração da lei de licitações para facilitar a terceirização da merenda, limpeza e vigilância;

c) transformação em Fundação dos Cedups e IEE, tirando a responsabilidade direta do governo;

d) plano de saúde para os ACTs apenas para consultas e exames laboratoriais;

e) municipalização dos CEIs - Centro de Educação Infantil e pré-escolar sem a preocupação com os profissionais que atuam nessas unidades;

f) a terceirização das merendeiras inicia em 2008, com 33% das escolas; em 2009 será 75% e 2010 completaria o processo, isso implica em demissões desde já; 'Prêmio Educar'

Novo ataque à Educação Catarinense Na avaliação da executiva do Sinte/SC, foi a deliberação da categoria de entrar em greve a partir de 05 de março de 2008 que forçou o governo a apresentar uma proposta à categoria. No entanto a proposta apresentada segue a lógica de enxergar o magistério de forma matemática e desumana, não se preocupando com a qualidade de ensino e com a verdadeira situação da escola pública, onde a violência, as condições de trabalho pioram a cada dia e os problemas de saúde se agravam cada vez mais.

O governo pretende desmobilizar a greve apresentando um 'abono piorado' e ilusório de R\$ 200,00 e se aproveita disto para implementar um pacote de medidas que pioram ainda mais a situação da educação no estado e caminhando para sua privatização. Vejamos:

1) O governo apresenta uma proposta que desmonta a nossa tabela salarial desvalorizando aqueles profissionais que estão mais tempo no magistério;

2) Quem estiver de licença tratamento-saúde, licença-gestação, licenças para estudos não receberá o 'prêmio', ou seja, quando o professor mais necessitar de toda a sua remuneração o governo cortará em torno de R\$ 432,00 para quem tem 40h, porque nestes casos o atual abono e o vale-alimentação também são cortados;

3) Aqueles que estão para se aposentar também terão corte de no mínimo R\$ 432,00; os atuais aposentados não receberão este 'prêmio' implementando o fim da paridade;

4) Outra forma de discriminação é que os especialistas, os ATPs e AEs receberão apenas R\$ 50,00 a menos dividindo e diferenciando a categoria;

5) Esta proposta não será chamada de abono para que o Sinte não consiga garantir, via ação judicial, que seja estendido aos aposentados e aos professores em licença como vem sendo feito com o atual abono; e também não será possível incorporar, como o próprio governo já informou".

Então, está aqui todo o arrazoável do Sinte e sua posição com relação à proposta do governo marcando assembleia estadual para o dia 05 de março, provavelmente com o início de uma greve se não houver uma melhor proposta...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Edson Piriquito por até dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, nosso nobre e grande amigo deputado Dagomar Carneiro, srs. deputados, pessoas que estão aqui nas galerias da Assembléia, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital Alesc, minha saudação.

Em momento de reflexão como agora nós falávamos aqui com o colega deputado Joares Ponticelli no ano do bico doce, que é o ano eleitoral. Estávamos divagando sobre diversos entendimentos de histórias que coincidiram com o que eu tinha preparado para um momento de reflexão na minha cidade de Balneário Camboriú, sobre a situação política e sobre como uma pessoa simples, uma pessoa comum consegue envolver um número significativo de pessoas que passam a ser seus seguidores; o que essa pessoa tem de diferente; porque que alguns conseguem e outros tantos tentam e não conseguem, mesmo tendo virtudes, e que é uma coisa indecifrável a questão da luta eleitoral, pois uma vez investido no poder você pode ir lá apresentar aquilo que fez, a sua luta, os seus projetos, as suas realizações e isso servirá como referência para o crivo que as pessoas fazem, para poderem fazer suas análises e decidirem, ou seja, votar ou não neste ou naquele candidato.

Srs. deputados, enfim, existe uma energia muito grande em torno das pessoas quando elas se dispõem a servir a população, seja na esfera municipal, estadual ou federal. E tenho o entendimento de que um homem feliz é aquele que consegue conciliar a sua história, os seus amigos, a sua família e a sua honra sem se apartar da sua vida. Olhem a dedicação de um homem público, ou seja, conseguir conciliar os seus trabalhos políticos com o seu ritmo de vida, sem se apartar principalmente da sua família, o que é um grande desafio, haja vista a indigência da dedicação integral que tem hoje o homem público. Mas se esse homem for portador de ódio, se ele fizer aquela política antiga, da raiva, do rancor, de tentar destruir os projetos, de desconstruir aquele que trabalha, pode ter certeza que ele está perdido.

Segundo o dramaturgo e pensador Willian Shakespeare, o ódio é igual a tomar veneno e esperar que o outro vá morrer. Quer dizer, você está cheio de ódio, cheio de rancor e já acorda dizendo o que vai fazer para destruir tal agente político. Então, ele toma uma dose de veneno e fica torcendo para o outro morrer. Vejam só ao que o ódio submete as pessoas.

Quero dizer a todos que o nosso estado, o nosso país e os nossos municípios estão cheios de loucos, de pessoas enlouquecidas que buscam o poder pelo poder, que fazem qualquer coisa para permanecer no poder, qualquer tipo de acordo, qualquer tipo de negociata e ficam brincando com a vida das pessoas, através de suas peripécias. E se julgamos os donos da verdade, os paladinos da Justiça; julgam-se estar acima do bem, mas destilando, como disse, o ódio, a raiva, o rancor, tentando comprometer, envolver, desmerecendo a construção das pessoas que trabalham. Não tenho mais tempo para isso.

Nessas minhas reflexões, eu acabei tendo o mesmo entendimento do nosso grande Ulisses Guimarães, que dizia que nos Paramentos, na vida pública não há bobo. Bobo não consegue nem se candidatar, dizia Ulisses Guimarães, nosso grande líder, nosso grande mestre.

Então, nós estamos nos preparando, pois o trabalho é contínuo para servir a população. Se estamos aqui, ou somos hipócritas, demagogos ou estamos para servir a população. Estamos nessa luta do aprimoramento, do conhecimento, da busca do relacionamento, da convivência com a diversidade, com a contrariedade das idéias, das opiniões. E esta Casa está dando um grande exemplo para o Brasil em termos de relacionamento entre os deputados. Divergimos muito em diversos momentos, mas não temos problema de relacionamento. Conseguimos dignamente conversar, dialogar, tentar fazer o convencimento para fazermos com que os trabalhos políticos avancem.

Outro pensamento muito interessante é do ex-imperador Constantino, o grande fundador de Constantinopla, hoje Istambul, na Turquia, que viveu no século III d.C., que disse: "Para fazer um julgamento justo de um homem pergunte a seus inimigos uma qualidade dele, depois pergunte a seus amigos um defeito". Ai está a grande diferença de você ter essa isenção, essa condição, esse desprendimento para fazer com que a justiça, se não alcançada, possa pelo menos ser contemplada em uma parte significativa da população.

E pensava eu como é que um homem simples, um homem comum, como todos somos, como a nossa população é, conseguiu a proeza de receber praticamente dois milhões de votos? Vocês sabem de quem estou falando, é de Raimundo Colombo. O que ele tem de diferente para conseguir isso? E daí eu pensei: será que foi a força da tríplice aliança - PFL, PMDB e PSDB - que deu a ele os dois milhões de votos? Isso ficou martelando na minha cabeça, deputado Manoel Mota. E eu fui lá a legadária Lages para saber o que esse homem tem para ter recebido dois milhões de votos num estado e na minha cidade fazer praticamente 30 mil votos, que é Balneário Camboriú. O que ele fez no estado de Santa Catarina para conseguir dois milhões de votos? E eu fui a Lages, percorri diversos bairros e até anotei: na Coxilha Rica, Guarujá, Centenário, Penha, Pandolfo, no bairro atrás do batalhão, no Coral, no morro do posto, depois no centro e fui conversando com as pessoas. E para esclarecer o meu pensamento, está ali um exemplo de homem público, de homem brilhante, que prestou um grande trabalho àquela comunidade.

Lá em Lages não foram somente as ruas que foram pavimentadas. Ele deixou pavimentado o acesso à prefeitura, trabalhava de portas abertas, com complicitade com a comunidade e com esse povo serrano que está espalhado pelo estado, levou o seu nome por toda Santa Catarina. E aliado a sua força, ao seu brilhantismo, a sua estrela, a sua luz, está aí o resultado da fórmula de sucesso de um homem que se condicionou a servir a população catarinense.

Não tenho amizade com o senador Raimundo Colombo, mas me causou espécie saber como pode um homem alcançar a votação que ele alcançou, e o tenho hoje como exemplo na minha vida.

Depois da visita que fiz a Lages, depois do que o povo de Lages me falou sobre Raimundo Colombo, hoje o tenho como exemplo a ser seguido nos municípios. E digo aqui às pessoas e aos amigos que se candidatarem à prefeitura nos seus municípios que vão até Lages para conhecer a história de um homem correto, dedicado, que devolveu não somente o desenvolvimento a Lages, mas a dignidade ao povo serrano.

Fica aqui o meu abraço e os meus parabéns, de público, ao senador Raimundo Colombo.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, irei dar continuidade ao pronunciamento do deputado José Natal.

Eu fiquei muito triste quando, ontem e hoje, tomei conhecimento de que o governo federal não está dando atenção para Santa Catarina, que o governo federal deixa para segundo plano os interesses da sociedade catarinense. Mas chegar ao absurdo de tratar mal os catarinenses é o fim! Ele foi muito mal-educado!

Deputado José Natal, eu gosto de receber bem as pessoas que me procuram no meu gabinete. Eu me levanto da cadeira para cumprimentá-las, peço para sentarem e depois as conduzo até a porta. Mas um ministro de estado fazer o que fez ontem com Santa Catarina é um absurdo! Um ministro de estado, que é pago pelo povo que sofre, que é pago pelo povo que não tem condições de reconstruir aquilo que perdeu numa enxurrada, que foi um caso específico!

Você, telespectador e telespectadora que está me vendo e você, ouvinte da Rádio Digital: Santa Catarina sofreu muito nas últimas enchentes, 41 municípios foram afetados e o governo do estado decretou situação de emergência. Onze mil pessoas ficaram desalojadas; 2.500 pessoas ficaram desabrigadas; quase 10 mil residências foram danificadas; houve quase 500 atendimentos hospitalares; mais de 20 pessoas tiveram ferimentos graves e uma pessoa está desaparecida. O governador do estado, prefeitos, vice-prefeitos, deputados foram para lá para defender os interesses daqueles que tiveram prejuízos com as enxurradas.

Você, que mora em Santo Amaro da Imperatriz, em Águas Mornas, em São Bonifácio, em Rancho Queimado, em Anitápolis, em Angelina, em Antônio Carlos, em Biguaçu, em Palhoça, em São José, em Florianópolis, em Leoberto Leal, em Brusque, foi desrespeitado por um mal-educado que não atendeu bem Santa Catarina! E não venham me dizer que o ministro é do partido "x". Para nós, catarinenses, não interessa! Ele está lá representando o governo federal e tem que atender bem as pessoas!

Quando o governador Luiz Henrique da Silveira afirmou ao ministro que os estragos causados pelas recentes chuvas

eram uma catástrofe nos municípios atingidos, ele respondeu da seguinte maneira, sras. deputadas e srs. deputados: "governador, catástrofe é ter que viabilizar R\$ 360 milhões".

Ministro Geddel Vieira Lima, o senhor tem de voltar para os bancos escolares para aprender o que é educação. Não responda dessa maneira! O primeiro ato seu, ministro, era de pelo menos pedir às pessoas para que sentassem. O ministro recebeu de pé todo mundo! E foram 48 horas de chuvas intensivas, ininterruptas, destruindo lares, causando pavor! E v.ex.a. sabe em quanto tempo o ministro recebeu a comitiva, deputado Joares Ponticelli? Em dez minutos, para tratar de uma situação grave, urgente; para liberar recursos para gente simples, que teve a sua casa perdida, que teve a geladeira inundada, que teve a televisão queimada; para atender os municípios que tiveram pontes destruídas, onde os acessos nas mais diversas localidades foram obstacularizados. Isso é impressionante! É impressionante!

Presidente Lula, puxe a orelha desse ministro! Faça ele atender melhor as pessoas! Que esse fato acontecido com os catarinenses sirva de exemplo para todo o restante do país!

Vou me permitir dizer ainda, sr. presidente, até em respeito àqueles que sofreram, que se o ministro não é solidário com a gente catarinense, os catarinenses são solidários entre si.

Deputado José Natal, quero cumprimentar o Corpo de Bombeiros, tanto o militar quanto o voluntário; a Polícia Militar; a Defesa Civil; os prefeitos, os vice-prefeitos, os vereadores e quero cumprimentar sobretudo aquele que de forma solidária, de forma espontânea, não dormiu, passou dois, três dias acordado ajudando um parente, ajudando um vizinho, ajudando aquele que necessitava.

O voluntariado em Santa Catarina é sempre muito latente. Estender a mão para um amigo, estender a mão para um necessitado, aceitar um pedido de alguém que precisa ser atendido, isso, sim, que é ser educado! Isso, sim, que é ser uma pessoa esclarecida! Isso, sim, que é dar tratamento igualitário àqueles que necessitam. Nós, catarinenses, que temos uma diversidade de etnias, somos muito solidários. A prova disso são aquelas festas de final de semana, nas mais diversas comunidades, onde naqueles salões grandes, em mesas cumpridas, famílias e mais famílias se sentam e se servem com alimentos preparados por outras famílias que voluntariamente vão para as cozinhas.

Então, esses voluntários, como a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Polícia Civil, todos que colaboraram, merecem o nosso respeito. Mas não merece o nosso respeito o ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima, que relegou a segundo plano o interesse de Santa Catarina, pois, infelizmente, não foi educado o suficiente não atendendo bem os catarinenses. Ministro, quando receber uma pessoa, mande-a sentar, é bom, faz parte da educação! Educação faz parte da nossa vida. Eu aprendi a ser educado, ministro!

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)



O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, deputado Marcos Vieira e catarinenses, a título só de mais uma informação, eu quero informar que o ministro disse ao seu assessor o seguinte: "Vira-te, o nosso ministério não tem dinheiro para isso! Vai atrás do dinheiro!" Estas foram as palavras e lá estavam diversos prefeitos e deputados. Foi isso que ele disse, deputado: "Vira-te, esse ministério não tem dinheiro, procura onde é que tem!"

O SR. PRESIDENTE (Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital, a matéria trazida pelo deputado Elizeu Mattos sobre as questões dos pardais movimentou o plenário ao longo desta semana. Essa triste estatística colocando Santa Catarina na viced liderança no *ranking* nacional de acidentes e mortes em rodovias preocupa toda a sociedade catarinense e, consequentemente, esta Casa, que representa os anseios da comunidade.

As novas medidas enérgicas anunciadas pelo governo federal devem produzir efeitos. Eu acredito, deputados Marcos Vieira e Sargento Amauri Soares, que elas possam ajudar a reduzir e quem sabe tirar Santa Catarina, especialmente, dessa estatística, porque ela tem uma malha rodoviária muito pequena mas ocupa, vergonhosamente, essa posição no *ranking* nacional que não é compatível com a malha rodoviária que temos.

Entendo que sejam necessárias medidas mais enérgicas de punição, mas isso não basta. Uma providência é que o DNIT faça com urgência a renovação dos contratos de licitação dos serviços de lombadas eletrônicas. Eu não sei nas outras rodovias, porque não circulei agora no mês de janeiro, mas na BR-101, no trecho sul, todas as lombadas eletrônicas estão desativadas. A informação que tenho é de que em diversas outras rodovias federais, por conta também do vencimento do contrato, é que uma nova licitação estaria em andamento.

Assim sendo, as lombadas estão desativadas, mas as placas continuam mandando reduzir a velocidade, mas alguns veículos reduzem, outros não. Ou seja, hoje o risco é maior de acidente onde estão instaladas as lombadas e não funcionando do que se tivessem sido retiradas. Então, repito - não sei se isso acontece em todas as rodovias, deputado Elizeu Mattos -, na BR-101 as lombadas eletrônicas estão desativadas desde dezembro e a informação que temos é de que o contrato com a empresa prestadora de serviço teria vencido e uma nova licitação estaria em curso.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Joares Ponticelli, na nossa região também. Aqui é bom deixar claro que a lombada eletrônica tem efeito em rodovias de baixa velocidade e perímetro urbano, já houve gente defendendo lombada em rodovia de alta velocidade, o que não funciona.

Na verdade, na entrada de Lages não está funcionando, e ela tem efeito porque é na entrada da cidade, mas aqui dentro do perímetro urbano de Santo Amaro da Imperatriz e em Palhoça também não estão funcionando. Elas têm efeito muito grande dentro dessas rodovias, onde se passa com baixa velocidade e na entrada de cidade. Isso deve ser cobrado e com urgência, já que o assunto que estamos tratando é a violência no trânsito.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Elizeu Mattos, a cobrança que fazemos é que sejam tomadas providências urgentes, porque há mais de 30 dias que essas lombadas não estão funcionando e é preciso que sejam reativadas imediatamente.

Outra matéria que apresentamos no ano passado acerca deste assunto, deputado Elizeu Mattos, e também na tentativa de buscar meios para reduzir o número de acidentes e mortes no trânsito, é o projeto de lei que apresentamos e estamos desarquivando agora, que pretende conceder desconto no IPVA para os motoristas que durante o ano todo não cometerem nenhuma infração de trânsito.

Precisamos mudar um pouco o foco, deputado Sargento Amauri Soares. Evidentemente que punir o mau motorista é necessário, e punir com rigor. Defendo a punição com rigor do mau motorista, mas e os bons? Também precisamos reconhecer os bons motoristas, porque na medida em que vamos endurecendo as medidas punitivas, por conta dos infratores, acabamos prejudicando também os bons motoristas.

O que pretendemos com esse projeto é fazer com que aquele motorista que durante o ano inteiro não cometeu nenhuma infração possa, quando da renovação do IPVA no ano seguinte, perceber um desconto de 10%, e se passar dois anos seguidos sem receber nenhuma multa, sem ser autuado por nenhuma infração, que esse desconto possa ser de 15%. Isso já existe, deputado Sargento Amauri Soares, em seis ou sete estados, em seis já foram implementados e em um está em implementação.

Alguns funcionários da assessoria jurídica desta Casa preocupam-se com a questão da constitucionalidade: será que esse projeto não afronta a Constituição, porque uma iniciativa parlamentar pretende a redução de tributos? Mas não entendo dessa forma. Entendo que essa questão da constitucionalidade pode ser superada na medida em que esta lei, quando for implementada, vai fazer com que na prevenção de um acidente o estado evite custos no SUS, com os bombeiros, com o setor de segurança pública como um todo. Quanto custa para o estado atender um acidente? Os bens materiais, os bens físicos? Deputado Elizeu Mattos, o gasto chega a 127 milhões/ano.

Então, é muito mais barato para o estado abrir mão de 10%, 15% do IPVA, como forma de incentivo, de prêmio, aos bons motoristas, do que apenas punir os maus e gastar tanto para remediar um acidente. E quando custa uma vida? Se essa medida implementada economizar, poupar, preservar uma só vida já terá valido a pena qualquer desconto que se conceda, porque uma vida não tem preço.

Por isso quero fazer um apelo aos colegas, para que possamos debater essa matéria, fazê-la voltar à tramitação, ao debate, com a realização de audiências públicas, para que possamos estender isso também para a renovação da carteira de motorista. Que não seja contemplado apenas o proprietário do veículo no desconto do IPVA, mas que quando da renovação da carteira de motorista, se o titular não cometer nenhuma infração, que possa também perceber um desconto por ser um bom motorista.

Quero também que o estado olhe por esse ângulo, por essa ótica, para premiar, para reconhecer, para valorizar os bons motoristas. Neste sentido penso que devemos implementar esse debate.

Conversava agora há pouco com uma servidora desta Casa, que também é policial militar, que dava conta - e é a terceira reclamação que recebo em 90 dias - de outro assunto que precisamos debater nesta Casa.

Um cidadão, quando furtado ou quando extravía ou perde os seus documentos - e aí o caso mais grave é quando o cidadão é furtado, quando os documentos são furtados -, no caso de roubo de um veículo com os documentos juntos ou então com os documentos pessoais, primeiro ele tem que pagar, independentemente ser responsável ou não pelo extravio dos documentos, todas as taxas novamente. O estado cobra essas taxas todas novamente. Segundo, ele não pode mais circular com o seu veículo como antigamente, deputado Sargento Amauri Soares, se não for portador da segunda via do documento, quer seja o boletim de ocorrência ou um documento autorizativo que possa ser expedido pelo departamento de trânsito, para que num determinado período, como era antigamente, durante 30 dias, ele possa circular livremente com o veículo, até que consiga efetivar a segunda via dos seus documentos.

É um debate que vamos preparar. Sei que o deputado Nilson Gonçalves já discutiu essa matéria, mas queremos também voltar a esse tema, porque as reclamações...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) -

Esta Presidência registra a presença, na Assembléia Legislativa, da presidente do Sindicato dos Vestuários do município de Brusque, Marli Leandro.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 108 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas para a Ordem do Dia da 005ª

sessão ordinária, do dia 19 de fevereiro de 2008: discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0501/2007, 0523/2007 e discussão e votação em primeiro turno dos Projetos Lei n.s: 0044/2007, 0065/2007,

0146/2007, 0456/2007, 0650/2007.

Antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência convoca outra, solene, para amanhã, às 19h, em Chapecó. Está encerrada a presente sessão.

# ATA DA 002ª SESSÃO SOLENE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA PASSAGEM DOS 40 ANOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA - AMOSC SUMÁRIO DEPUTADO PEDRO UCZAI - ENFATIZA A IMPORTÂNCIA DA AMOSC. CELSO MALDANER - AGRADECE A AMOSC PELO TRABALHO REALIZADO. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - ABORDA A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - COMENTA O PAPEL DA AMOSC NO OESTE CATARINENSE. VALDIR COLATTO - RESSALTA A CONTRIBUIÇÃO DA AMOSC NAS CONQUISTAS DO OESTE.

**DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO** - Parabeniza todos que contribuíram para o sucesso da Amosc.

**DEPUTADO JANDIR BELLINI** - Ressalta a importância da Amosc para a região oeste.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL** - Registra quanto a Amosc é importante para o desenvolvimento da região oeste.

**SADI JOSÉ DE MARCO** - Refere-se ao trabalho realizado pela Amosc.

**DELCI ANTÔNIO VALENTINI** - Agradece as homenagens recebidas em nome da Amosc.

**LUCIANO BULIGON** - Agradece o trabalho realizado pela Amosc na região oeste.

**JOÃO RODRIGUES** - Enaltece o trabalho da Amosc como exemplo para Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido os srs. deputados Herneus de Nadal e Narcizo Parisotto para conduzirem à mesa as excelentíssimas autoridades.

Excelentíssimo sr. Luciano José Buligon, digníssimo secretário de estado de desenvolvimento regional de Chapecó, neste ato representando o excelentíssimo sr. governador Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo sr. João Rodrigues, digníssimo prefeito municipal de Chapecó;

Excelentíssimo sr. Nilso Macieski, digníssimo presidente da Câmara Municipal de Chapecó;

Excelentíssimo sr. Delci Antônio Valentini, digníssimo presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - Amosc;

Excelentíssimo sr. Odilon Poli, digníssimo reitor da UnoChapecó;

Excelentíssimo sr. Celso Maldaner, digníssimo deputado federal;

Excelentíssimo sr. Dirceu Dresch, digníssimo deputado estadual;

Excelentíssimo sr. Jandir Bellini, digníssimo deputado estadual e ex-prefeito municipal de Itajai;

Excelentíssimo sr. Professor Grando, digníssimo deputado estadual e ex-prefeito da Capital do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Herneus de Nadal, digníssimo deputado estadual;

Excelentíssimo sr. Narcizo Parisotto, digníssimo deputado estadual.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação do sr. deputado Pedro Uczai, com aquiescência dos demais deputados, em homenagem à Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - Amosc, pelos seus 40 anos de fundação.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional pela banda da Polícia Militar de Chapecó, sob a regência do maestro Sargento Botega.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A TV Sul Brasil está transmitindo ao vivo a nossa sessão solene, através do canal 20, da NET, para a cidade de Chapecó. Obrigado pelo prestígio a este evento.

Registramos a presença do major Altair Salésio Rodrigues, comandante do 6º Batalhão de Bombeiros Militar, do tenente-coronel Aldo Antônio dos Santos Júnior, chefe do Estado Maior, neste ato representando o sr. coronel Lúcio Pires, comandante do 4ª Região Policial Militar, do sr. Milton Sander, diretor da Casan da região oeste do estado de Santa Catarina, e do sr. Rui Rolin de Moura, prefeito do município de Águas Frias.

Registramos ainda a presença do sr. Luiz Signori, vereador do município de São Carlos e presidente da Acamosc - Associação das Câmaras do Oeste de Santa Catarina, do sr. Valter Alessi, secretário de Saúde do município de Jardinópolis, neste ato representando o sr. prefeito Sadi Gomes Ferrera, e do sr. Velonir Balen, presidente da Câmara Municipal de União do Oeste.

Anunciamos a presença do sr. Elio Pedro Hoss Godoy, prefeito municipal de São Carlos, do sr. Elói Vicente Herrmann, vereador do município de São Carlos, do sr. Joarez Bedin, vereador do município de São Carlos, do sr. Jair Werlang, vereador municipal de São Carlos, e do sr. Lenoir José Pelizza, prefeito municipal de Coronel Freitas.

Registramos a presença do sr. Luiz Ferdinando Pacazza, prefeito municipal de Santiago do Sul, do sr. Leocir Zanella, presidente da Câmara de Vereadores de Concórdia, do sr. Antônio Mário Scherer, presidente do Instituto Saga, do sr. Gilmar Onghero, vereador do município de Sul Brasil, e do sr. Olide Vani, vereador do município de Sul Brasil.

Anunciamos a presença do sr. Antônio Mário Tasca, vice-prefeito do município de Sul Brasil, do sr. João Amann, vereador do município de Sul Brasil, do sr. Elloy José Ranzi, ex-prefeito de Maravilha, ex-deputado estadual e ex-presidente da Amosc, do sr. Antoninho Luiz de Souza, vereador do município de Sul Brasil, e do sr. Earle Serrano, gerente do presídio regional de Chapecó.

Registramos a presença do sr. João Luiz Goulart Nunes, gerente regional da Cidasc de Chapecó, do sr. Milton Bitdinger, presidente da Câmara Municipal de Pinhalzinho, do sr. Arlindo Rama, presidente da União da Comunidade de Chapecó - Unichap, e do sr. Alceu Mazzioni, prefeito municipal de Cordilheira Alta.

Anunciamos a presença do sr. Carlos Eduardo Camargo, empresário do ramo de turismo, do sr. Wilson Luiz da Silva, secretário municipal de Agricultura e vereador do município de Cordilheira Alta, da sra. Estelamaris Zanchet, neste ato representando o sr. Raul Perizolo, vereador municipal de Chapecó, do sr. Valdir Sebastiani, gerente regional da Fazenda estadual de Chapecó, e do sr. Nêdio Antônio Cassol, prefeito municipal de Nova Erechim.

Anunciamos ainda a presença do sr. Gabriel Knakiewicz, secretário municipal da Agricultura de Nova Erechim, da sra. Neusa Raen, neste ato representando a Associação de Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina, do sr. Lido Isoton, vereador municipal de Águas Frias, do sr. Sérgio Luiz Matte, prefeito em exercício do município de Pinhalzinho, e do sr. Oscar Barella, prefeito em exercício do município de Águas de Chapecó.

Registramos a presença do sr. Ledonio Migliorini, ex-prefeito de Chapecó e ex-presidente da Amosc, da sra. Rita Orlandi, diretora-geral da secretaria de Saúde do município de Chapecó, neste ato representando o sr. secretário Nêdio Concip, do sr. Edgar Rohrbeck, prefeito municipal de Planalto Alegre, do sr. Claudinei Senhor, prefeito do município de Serra Alta, e do sr. Lenoir Bigolin, presidente da Câmara de Vereadores do município de Quilombo.

Anunciamos a presença da sra. Márcia Regina Sartori Damo, secretária nacional de Programas Regionais do ministério da Integração Nacional, da sra. Cleuni Goreti Raduntz, neste ato representando o Lions Club de Chapecó e a Casa do Artesão, do sr. Vilso Casagrande, prefeito em exercício do município de Formosa do Sul, e do sr. Francisco Cardoso de Camargo Filho, diretor presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - Agesc.

Registramos, ainda, a presença do sr. Adelmo Luiz Braatz, prefeito do município de Paial, neste ato representando a Associação dos municípios do Alto Uruguai catarinense Amauc;

Registramos a presença do sr. Alípio Alves, neste ato, representando o excelentíssimo sr. Cláudio Vignatti, deputado federal;

Registramos a presença do sr. Vicenzo Francesco Matrogiacomo, diretor-presidente da Associação Comercial e Industrial de Chapecó - Acic.

Recebemos mensagem do deputado Moacir Sopelsa, que nos ligou justificando sua ausência e parabenizando-nos pelo encontro;

Recebemos mensagem do sr. Casildo Maldaner, agradecendo o convite e parabenizando a Amosc pelos seus 40 anos.

E também os srs. deputados Reno Caramori e Valdir Colatto justificam as suas ausências e parabenizam a Amosc. Assim como o presidente da Fecam e o sr. prefeito de Massaranduba justificam a ausência e felicitam a Amosc, nos seus 40 anos.

Na continuidade, anunciaremos outras lideranças. Mas não poderíamos deixar de anunciar e mostrar o prestígio dessa solenidade já, pelas próprias lideranças que tornamos públicas e visíveis, neste momento.

Neste momento, faço uso da palavra, na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

Convido o sr. deputado Herneus de Nadal, ex-prefeito desta região, ex-presidente da Amosc e deputado estadual, para que assuma a presidência dos trabalhos, neste momento.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Agradeço a deferência.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Cumprimento o sr. deputado Herneus de Nadal que coordena os trabalhos nesta mesa, nesta sessão solene. E em seu nome cumprimento os meus colegas deputados estaduais, o prefeito municipal de Chapecó, o presidente da Amosc, todos os prefeitos dos municípios que compõem a Amosc, os ex-prefeitos, os prefeitos das demais associações de municípios que prestigiam esta solenidade, o presidente da Câmara municipal, todos os vereadores que participam desta solenidade tão importante para os seus municípios, o deputado federal Celso Maldaner, as lideranças do governo federal, do Parlamento, do Congresso Nacional, o deputado federal Cláudio Vignatti, o reitor da UnoChapecó, os representantes das diferentes entidades que participam desta noite, desta solenidade.

Não quero me estender nos cumprimentos, porque todos percebem a importância política deste momento. Por que homenagear a Amosc nos seus 40 anos? Por que a Assembléia Legislativa, o Parlamento catarinense, deslocou-se para Chapecó para homenagear a história de uma entidade que completa nesta semana 40 anos? E quero de forma muito sincera dizer que organizamos inclusive um discurso por escrito, mas vou abandoná-lo. Quero tecer aqui algumas idéias centrais.

Quando homenageamos entidades, instituições, por trás dela queremos homenagear pessoas concretas, de carne e osso, que têm nome, que têm endereço, que têm história, que se misturam com a própria história da Amosc.

Poderíamos aqui, nas homenagens que vão ser feitas em seguida, trazer a história dos presidentes, como poderíamos trazer as histórias dos secretários municipais, dos vice-prefeitos, dos prefeitos, a história dos funcionários da Amosc, dos técnicos da Amosc, nos seus 40 anos. Assim como poderíamos dizer que são 40 anos de história de uma instituição que se misturam com história de prefeitos, com a história dos municípios e com a história e as lutas de uma região.

Cada um dos ex-prefeitos dos prefeitos atuais poderiam mostrar a sua história pessoal interligada com a história da Amosc e com a história da região, lá da luta de 1969, do plano de desenvolvimento regional, da luta da ponte do Goio-Em, da luta da Fundeste, da luta da pavimentação da rodovia 282, que era uma estrada de chão, das lutas do aeroporto municipal, da luta dos projetos de desenvolvimento de infra-estrutura para os municípios, das lutas mais atuais e contemporâneas, das lutas da assessoria técnica da Amosc nos últimos tempos, das lutas dos projetos de desenvolvimento regional, dos seminários, dos debates, da construção de todas essas lutas. Enfim, a referência da Amosc não é só para o desenvolvimento da região, mas para o estado, para o país.

A maior alegria de eu ter sido prefeito de Chapecó foi em Brasília, na marcha dos prefeitos, lutando por direitos dos municípios, quando lá eu vi os prefeitos da Amosc por unanimidade, quase sempre, todos os anos, na luta do municipalismo, na luta por direitos dos municípios, nas referências de projetos de desenvolvimento regional, nas referências dos projetos de desenvolvimento local. E quais os desafios futuros? E aí não quero me estender, até porque existem muitas falas hoje aqui e não quero monopolizar esta noite.

Qual é o futuro da Amosc, qual é o futuro da região? Se voltarmos à década de 70, a luta foi pelo ensino superior, e agora a luta é para termos a nossa universidade federal pública e gratuita aqui na região, com sede dessa universidade onde está a sede da Amosc, em Chapecó. Quanto à luta da Udesc, que iniciou em Pinhalzinho, Palmitos, Chapecó, agora foi votado o art. 171, com o apoio de todos os parlamentares da Casa, e 10% do art.171 vai ser destinado para expandir a Udesc. Então, quem sabe, um dia teremos não a Udesc para o oeste, mas a nossa Universidade Estadual do Oeste de Santa Catarina independente, soberana. Quem sabe possamos sonhar para o oeste novos projetos de desenvolvimento, como a experiência do mercado público, com outras experiências servindo de exemplo e modelo para este país, que mostra o espírito de solidariedade entre os prefeitos, não de disputa, mas de solidariedade, para fazer o desenvolvimento da região, o desenvolvimento de cada município. Quem sabe o sonho de tantos de vocês seja integrar essa região na área do transporte não só rodoviário, não só aéreo, mas também ferroviário, pelo qual tantos de vocês ex-prefeitos lutaram e sonharam juntos e acreditam que é possível.

Estou vindo de uma experiência de 12 dias na Europa. Cheguei hoje à tarde, juntamente com o Vicenzo Matrogiacomo. Estivemos conversando e estou convencido de que o futuro das nossas regiões num processo mundial se integra pelos processos também de transporte, de logística, ou não se integra. Portanto, tem que haver integração rodoviária, ferroviária. E no PPA, Plano Plurianual está contemplado um projeto de integração ferroviária. As regiões têm ferrovia ou hidrovía, têm rodovia, e assim vão-se integrando com o projeto de desenvolvimento regional.

Por isso, a Amosc está de parabéns pelos seus 40 anos. Parabéns para os funcionários, parabéns para os prefeitos, parabéns a todos que acreditam que esta região está em primeiro lugar. E nós, que nascemos aqui ou escolhemos esta terra para viver, façamos dela a melhor terra para viver. Façamos deste lugar o melhor lugar do mundo para vivermos. Este é o nosso lugar. Foi este lugar que construímos. Esta história que estamos construindo tem que ser a melhor história para as nossas vidas, para as nossas entidades, para a nossa região e para o nosso país.

Por isso, parabéns Amosc, parabéns presidente atual. E em seu nome parabenizo todos os ex-presidentes, os prefeitos, todos os funcionários e os técnicos que ajudaram a construir os 40 anos da Amosc.

Quicá daqui a 40 anos homenagearemos muitas outras conquistas e muitas outras vitórias para os nossos filhos e para os nossos netos, porque o espírito público é construir uma região cada vez mais digna para todos os que vivem aqui.

Parabéns a todos vocês, à Amosc, pelos seus 40 anos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR.)

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Convido o sr. deputado Pedro Uczai para reassumir os trabalhos na condução deste evento solene.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Registramos também a presença de Amarildo Damo, vice-prefeito do município de Serra Alta, do sr. Valmor Fosqueira, vereador municipal de Nova Itaberaba, do sr. Vanderlei Bedim, vereador municipal de Nova Itabereba, do sr. Celso Vedana, diretor-executivo da Fecam e ex-secretário executivo da Amosc, da sra. Irma da Costa, secretária da Educação do município de Nova Itaberaba, do sr. Lizeu Mazioni, neste ato representando a excelentíssima senhora senadora Ideli Salvatti, do sr. Antônio Ferrarini, prefeito em exercício do município de Nova Itaberaba, da sra. Terezinha Schindwein, neste ato representando o gerente regional do INSS.

Srs. deputados, pedimos a gentileza e a sensibilidade dos nobres parlamentares no uso da palavra, porque temos muitos oradores para fazer uso da tribuna.

Convido, agora, o sr. Celso Maldaner, deputado federal, para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO FEDERAL CELSO MALDANER - Gostaria, com a permissão do protocolo, de cumprimentar aqui o presidente desta sessão solene da Assembléia Legislativa, deputado Pedro Uczai, e em seu nome cumprimentar também os colegas deputados Herneus de Nadal e Narcizo Parisotto.

Gostaria de cumprimentar, em nome do nosso prefeito de Chapecó, João Rodrigues, autoridade máxima deste município, o sr. Delci Antônio Valentini e as demais autoridades, deputado Dirceu Dresch, deputado Professor Grando, enfim, todas as autoridades já nominadas pelo protocolo.

Fico imaginando o que estão sentindo essas pessoas que aqui vão receber a homenagem. E não sei quem vai fazer uso da palavra. Então, lembro uma frase que sempre digo: o único pecado que Deus não perdoa é a falta de gratidão no coração.

O que eu quero com essas palavras é transmitir os meus sentimentos de gratidão à Amosc pelos seus 40 anos de fundação, por tudo que aprendemos nessa escola, diria nessa escola fora da escola, como se diz na Câmara Júnior, professor Eloy. Devo muito à Câmara Júnior e devo muito à Amosc. E vou dizer mais, todos somos empreendedores, todos empreendemos, não é, Luciano Buligon, você que representa o nosso governador? Somos empreendedores. Agora, empresário é aquilo que deixa a sustentabilidade, que deixa para a prosperidade, que deixa à segunda geração, à terceira e assim por diante o seu empreendimento. E a Amosc, eu diria, está nesse nível, a exemplo da descentralização em Santa Catarina, ela que é a nossa querida madrinha, nossa mãe, da Amerios e também da AMNoroeste, porque deu prosseguimento, quebrou paradigmas. E temos mais associações que surgiram da nossa querida Amosc.

Então, quero aqui externar a minha gratidão. Parabéns pelos 40 anos da Amosc, parabéns Celso Vedana, Márcia, por esse trabalho e por tudo que fizeram pela Amosc.

Muito obrigado e parabéns mais uma vez pelos 40 anos de fundação da Amosc.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Convido, agora, para fazer uso da palavra o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Boa-noite! Desejo muita saúde e felicidade a todos que aqui estão.

Os 40 anos da Amosc e as pessoas que estão sendo homenageadas hoje significam uma história. Por isso existe a homenagem. E a história é a força motriz de uma comunidade, é a força motriz de um povo. Essa história significa aos homenageados que ainda podem continuar lutando e colocando a sua experiência à disposição da comunidade. Falo isso porque fui presidente da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis e sei o quanto podemos fazer com a participação de todos. Mais do que isso, hoje vivemos num mundo moderno e sabemos que a solução para os principais problemas da população passa pelo poder local, para o qual temos eleições este ano.

O saneamento, que significa obras enterradas e de responsabilidade, o melhor investimento em saúde, porque cada real aplicado em saneamento economizaremos cinco em saúde, a geração de empregos, a educação, que é a maior herança que podemos deixar para os nossos filhos, a saúde, enfim, todos os problemas passam pela comunidade, porque nascemos, crescemos, trabalhamos e tornamo-nos cidadãos no município. E o mundo está aí para provar. Por mais que cresça a globalização, está crescendo o poder local.

As Nações Unidas estão pensando em unir todas as prefeituras do mundo, criar um organismo. Isso está sendo muito discutido. É um movimento de irmanamento das cidades que já existe em nível mundial, mas, principalmente, porque para tratar de epidemias que poderão ocorrer no mundo - e constantemente fala-se nisso - a solução passa pelo poder local. A questão ambiental passa pelo poder local. E pensar globalmente é agir localmente. A saúde passa pelo poder local, a cultura, enfim, a exemplo de outros organismos, como a Unesc, como a Organização Mundial da Saúde, a Organização Mundial do Trabalho, vamos ter sim, se soubermos trabalhar e avançar, e é responsabilidade de todos, um organismo que vai trabalhar sintonizado com os principais problemas da humanidade.

Hoje, as soluções têm que acontecer de forma compatível e mais amplamente possível. Esse é o exemplo que ocorreu com a descentralização, cada região criando a sua associação de municípios. Não é por acaso que Santa Catarina possui 220 mil universitários, a agricultura mais desenvolvida. Tudo isso significa que foram ouvir os principais agentes. E a descentralização do nosso governo, com prós ou contras, não importa, está cooperando para que possamos, de forma administrativa e financeira, ter a ajuda do poder público estadual, no sentido de esse trabalho que as associações estão fazendo torne-se com mais facilidade a realidade. Por quê? Porque em política cada dia é um dia a menos, e o povo precisa de nós, políticos. E por isso o exemplo está no fortalecimento do poder local e das prefeituras.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Gostaria de registrar a presença do deputado federal Valdir Colatto e de convidá-lo para fazer parte da mesa.

(Palmas)

Concedo a palavra ao deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Parabéns à Amosc por esses 40 anos. Quero cumprimentar todas as lideranças aqui presentes na mesa - e não vou citar todas para não demorar -, o deputado Pedro Uczai, pela iniciativa de prestar essa homenagem tão importante, o nosso secretário regional José Buligon, que representa o governador, os demais deputados, prefeitos e vereadores.

Gostaria de dizer que, ao acompanhar a fala do deputado Pedro Uczai, lembrei um pouco da história construída da Amosc, já que a acompanhei durante muitos anos - e não toda porque sou novo ainda, tenho aproximadamente a idade dela - como liderança do movimento social, do movimento popular, do movimento da agricultura familiar. Portanto, sei do papel que a entidade cumpriu também em muitos momentos de grandes conflitos nessa região.

Aqui, no oeste catarinense, lutamos por obras, por ações, mas também lutamos por uma vida digna para este povo que mora aqui, porque essa região, por muito tempo, foi vista como o fundo do quintal. E hoje, no bom momento que o país vive, estamos construindo uma nova perspectiva dos movimentos, com o crescimento e com a inclusão social, e estamos discutindo grandes obras - inclusive, estivemos há pouco em Xanxerê, discutindo o acesso a esta cidade -, com investimentos em infra-estrutura. E a região oeste, a região da Amosc, também tem participado ativamente dessa luta pelo desenvolvimento regional, mas ainda temos grandes desafios pela frente. Estamos debatendo as questões do crescimento e do desenvolvimento, juntamente com a questão da preservação ambiental para as futuras gerações. Portanto, temos grandes debates pela frente.

Eu sou um dos grandes críticos da estratégia do desenvolvimento que o país tem adotado durante muitos anos. Nós precisamos incluir, sim, todas as regiões do nosso país. E por isso entendo que o debate do desenvolvimento regional é importantíssimo, e os homens e mulheres públicos com certeza têm o grande papel de contribuir com essa estratégia para incluir o nosso povo que ainda continua excluído do processo produtivo, do processo de desenvolvimento do nosso país. Então, através da educação e de um conjunto de políticas de desenvolvimento, temos ainda grandes desafios pela frente.

Parabéns à Amosc, que sempre tem tido uma linha de frente no acompanhamento das lutas e do trabalho, colocando-se à disposição das grandes lutas dos movimentos sociais que ocorreram nessa região, principalmente Chapecó, que tem sido um pólo de grandes lutas dos trabalhadores e de grandes conquistas da região.

Um grande abraço e parabéns a todos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Neste momento, fará uso da palavra o deputado federal Valdir Colatto, com a brevidade sugerida.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Boa-noite a todos! Meus cumprimentos ao deputado Pedro Uczai, que conduz os trabalhos, e, em seu nome, a todos os demais deputados estaduais, ao colega Celso Maldaner, ao Delci Antonio Valentin, presidente da Amosc, ao João Rodrigues, prefeito de Chapecó, e em seu nome cumprimento todos os prefeitos e ex-prefeitos que estão aqui presentes - hoje é uma festa, na verdade, dos prefeitos -, ao Nilso Macieski e ao Luciano José Buligon, secretário Regional que representa o governo de Santa Catarina.

Na verdade, o dia está um pouco curto, porque a agenda está comprida. Estivemos lá em Concórdia, pela manhã, tratando da questão da crise da carne brasileira, juntamente com o Celso Maldaner e outros deputados. O deputado Cláudio Vignatti não pôde se fazer presente aqui e pede desculpas, mas estava conosco lá em Xanxerê também. Enfim, nós nos esforçamos para estar aqui e dar um braço a todos os prefeitos, ex-prefeitos, às equipes que compõem as administrações municipais importantes para o nosso oeste e para parabenizar a Amosc por mais esse aniversário e pelo trabalho que realizou, pela sua história e por tudo que representa de conquistas do nosso oeste, de Chapecó e de toda a região.

Pude acompanhar todo esse trabalho e sempre vi, srs. prefeitos, uma conquista muito grande da Amosc, que foi a elaboração de projetos, que é o caminho para se buscar recurso, realizar obras e fazer aquilo que a comunidade precisa. Então, queremos deixar aqui registrado o trabalho das administrações desses prefeitos e das suas equipes, colocando-nos à disposição, como certamente o meu colega Celso Maldaner já fez, para que possamos continuar trabalhando pela Amosc, pelo nosso oeste e por tudo aquilo que temos direito e precisamos. É claro que a luta é árdua, mas nada acontece por acaso e nada se faz sem muito trabalho.

Por isso deixo aqui os parabéns a todos e também à Assembléia Legislativa, por essa feliz iniciativa de homenagear a Amosc por mais esse aniversário.

Boa-noite a todos!  
Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Com a palavra o deputado Narcizo Parisotto, também para fazer o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Quero saudar todos aqui presentes e a mesa, e parabenizar o deputado Pedro Uczai pela feliz iniciativa de realizar aqui esta sessão solene deslocada da Capital, porque é muito importante homenagear a nossa Amosc.

Gostaria de saudar o prefeito municipal, João Rodrigues, e em seu nome todos os prefeitos, o presidente da Amosc - e em seu nome também quero saudar os ex-presidentes, que também devem ser lembrados no dia de hoje -, o nosso secretário regional Luciano José Buligon - e em seu nome saúdo os demais secretários -, o nosso reitor Odilon Poli - e em seu nome saúdo todos aqueles que trabalham na área do ensino -, o deputado Pedro Uczai, e em seu nome saúdo os demais deputados estaduais e federais aqui presentes.

Primeiramente, agradeço ao deputado Pedro Uczai, pois, por eu ser de Chapecó, concedeu-me uma hora e meia para falar, tempo suficiente para dizer que, ao ouvir os discursos anteriores sobre a Amosc, certamente 40 anos é uma história. Eu gostaria de ter aqui a nominata de todos os prefeitos, ex-prefeitos, vereadores, enfim, daqueles que batalharam para que a Amosc chegasse à idade de 40 anos. Imagino eu que naquela época foi como plantar uma pequena árvore, sem esperança de um grande crescimento. Mas vieram os que a regaram, cuidaram, podaram e jogaram terra. E agora é a época de colher os frutos dessa planta que tem 40 anos.

Parabéns aos prefeitos que presenciaram essa entidade. Quem sabe muitos já não estão entre nós, mas devem, com muito carinho e respeito, ser lembrados. Obrigado à Amosc, que é uma história de luta, de batalha, de sonhos, de projetos, com alguns sonhos já realizados e outros ainda aguardando para se tornarem realidade.

Parabéns ao oeste catarinense, a todos que se fazem parte dessa festa de hoje, aos prefeitos, que vieram de seus municípios, aos vereadores, às lideranças aqui nominadas e à Amosc. Desejo que Deus ilumine vocês no retorno às suas cidades, ao seu campo, à sua casa, para que cheguem lá protegidos, amparados, com muita paz, muita alegria, muita saúde e muita felicidade.

Um grande abraço aos componentes da mesa e a todos os que estão presentes. Muita felicidade, paz, alegria e saúde.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Concedo a palavra ao deputado Jandir Bellini, que também conhece bem esta terra. Seja-bem vindo também. Inclusive, v.exa. foi vereador em Chapecó e prefeito de Itajaí. Fique à vontade para fazer a sua saudação.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Quero, inicialmente, dar o meu boa-noite a todos e a todas. Gostaria de saudar o deputado Pedro Uczai, todos os colegas deputados, os deputados federais Celso Maldaner e Valdir Colatto, o prefeito de nossa querida cidade de Chapecó, João Rodrigues, os demais prefeitos, o presidente da Amosc e todos os ex-presidentes da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina.

A minha presença hoje aqui é muito gratificante. Muito me honra participar do Parlamento de Santa Catarina e poder vir aqui dar um testemunho da importância dos abnegados que, há 40 anos, criaram uma associação para representar a pujança econômica, a força da gente do oeste de Santa Catarina.

Eu na época aqui estava como vereador e também fazia parte da SAC - Sociedade Amigos de Chapecó -, demonstrando, através dela e de um grupo de empresários, a força econômica do município. E na ocasião criamos aqui, através da SAC - muitos de vocês lembram -, a Extra-fino, que buscava industrializar a laranja, que era abundante na costa do Uruguai e no oeste do estado. Depois veio o período da soja e mais tarde tornou-se a Ceval. Sou acionista até hoje da Ceval, ainda com as cotas na Extra-fino.

Então, muito me honra estar aqui, porque as lideranças empresariais mostravam a nossa economia. E as lideranças políticas, através dos nossos prefeitos, demonstravam, com a Amosc, a força e o quanto era necessário que o estado e a União olhassem para essa região que, como disse o deputado Dirceu Dresch, estava completamente esquecida. E hoje vemos essa beleza que muito nos orgulha.

Por isso, estou aqui para parabenizar todos e dizer que ainda tenho raízes aqui, porque tenho a minha filha e netas morando aqui. E sempre que posso, nos finais de semana fujo lá de Itajaí e venho aqui matar a saudade e rever os amigos.

Obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Neste momento, convido o colega deputado Herneus de Nadal para fazer também uso da palavra.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. deputado Pedro Uczai, ao saudá-lo quero dizer do acerto e da felicidade pela decisão da escolha de dedicar a homenagem à nossa Associação, Amosc.

Sr. prefeito João Rodrigues desta cidade de Chapecó;

Sr. prefeito Delci Antonio Valentini, presidente da Amosc;

Sr. secretário Luciano José Buligon, neste ato representando o governador;

Srs. vereadores, e eu os saúdo na pessoa do vereador Nilso Macieski;

Sr. reitor Odilon Poli;

Meus colegas deputados estaduais e federais;

Srs. prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e ex-prefeitos;

Corpo técnico da Amosc; senhoras e senhores.

As pedagas na areia do tempo não foram deixadas por aqueles que permaneceram sentados. Por isso mesmo, dentro da Amosc, temos várias e várias iniciativas para destacar e comemorar, desde o fortalecimento dos nossos municípios, obra de todos que dirigiram e que dirigem a entidade e de todos que nela contribuíram.

A Amosc também atuou, e ainda atua, como instrumento reivindicatório em prol de nossa região. Ela é um instrumento importante para o desenvolvimento socioeconômico de nossa região, contribuindo de forma decisiva, fomentando e animando todos os segmentos da sociedade, para que pudéssemos alcançar esse momento de aquecimento econômico, quem sabe jamais mais vivido em outro momento de nossa história.

Por isso mesmo, sr. presidente Delci Antonio Valentini, "talento e trabalho quem tem vence". Nirlando Negrão, em seu magistério, está coberto de razão quando faz essa afirmação. Vejam que 40 anos é uma data singular, é uma data especial para que comemorem e para que também possamos, finalmente ao encerrar, fazer a seguinte afirmação: vitorioso é aquele que cumpre com a sua tarefa, com o seu compromisso. Vitorioso é aquele que corresponde à expectativa de toda uma região. E a Amosc, sr. presidente Delci Antonio Valentini, com seus técnicos, junto com todos os seus dirigentes, com todos aqueles que contribuíram e participaram, é vitoriosa.

Parabéns a todos! Felicidades! E vamos continuar no caminho do desenvolvimento, buscando soluções para os problemas de nossa região, através desse instrumento importante que é a nossa Associação de Municípios, a nossa Amosc.

Boa-noite a todos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Convido, neste momento, o jornalista e radialista Valter Souza, para dar início à nominata dos homenageados desta noite, nos 40 anos da Amosc.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite! Neste momento, o Poder Legislativo presta homenagem à Amosc pelos seus 40 anos de planejamento municipal e desenvolvimento regional.

Na seqüência, o sr. deputado Pedro Uczai fará a entrega de placa, em nome do Poder Legislativo, ao excelentíssimo sr. Delci Antônio Valentini, prefeito do município de Sul Brasil, neste ato representando a Associação.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

A seguir, a Amosc fará a entrega da edição especial relativa à história dos 40 anos da Associação aos srs. deputados e também aos ex-presidentes.

Eu convido o sr. presidente da Amosc, Delci, para, por favor, fazer a entrega da homenagem ao deputado Pedro Uczai, que conduz esta sessão solene da Assembléia Legislativa.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Eu convido agora o sr. presidente da Amosc para fazer a entrega da homenagem ao deputado Narcizo Parisotto.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O presidente Delci fará a entrega da homenagem agora ao deputado Herneus de Nadal.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A entrega da homenagem, a seguir, será feita ao deputado estadual Professor Grando.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Eu chamo à frente para receber a homenagem o deputado estadual Jandir Bellini.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agora será entregue a homenagem ao deputado Dirceu Dresch.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, será entregue a homenagem ao deputado federal Celso Maldaner.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O presidente da Amosc, sr. Delci Antônio Valentini, fará a entrega da homenagem agora ao deputado federal Valdir Colatto.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Eu agradeço a presença do sr. presidente.

Dando continuidade à solenidade, o Poder Legislativo catarinense homenageia os ex-presidentes da Amosc.

Eu convido o sr. deputado Narcizo Parisotto para fazer a entrega da homenagem ao sr. Sadi de Marco, presidente da Amosc em 1968.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O sr. deputado Narcizo Parisotto e o presidente da Amosc continuam a fazer a entrega da homenagem agora ao sr. Saturnino Dadam, presidente em 1971, nesta oportunidade representado pelo sr. Almir Wincler.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será entregue ao sr. Germano Lunelli, presidente em 1975.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem a seguir será entregue ao sr. Rodolfo Bairith, presidente em 1977.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Na seqüência, agradeço a presença do deputado Narcizo Parisotto.

Chamo, por favor, o deputado Herneus de Nadal para continuarmos com a entrega das homenagens.

A homenagem agora será entregue ao sr. Eloy Ranzi, presidente da Amosc em 1979.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A próxima homenagem será entregue ao sr. Milton Sander, presidente da Amosc em 1981.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será entregue ao sr. José Wolschick, presidente em 1982, que está representado aqui pelo sr. Sérgio Matte.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido agora para receber a homenagem o sr. Valdir Baldin, presidente da Amosc em 1983.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Herneus de Nadal e chamo à frente, por favor, o deputado Professor Grando e o presidente da Amosc para fazerem a homenagem ao presidente da Amosc de 1986, sr. Ledônio Faustino Migliorini.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada ao sr. Avelino Basso, presidente da Amosc em 1987.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o presidente da Amosc de 1988, deputado Herneus de Nadal.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Julsemar Francisco Toazza, presidente da Amosc em 1991.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Adilson Zeni, presidente da Amosc em 1992.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. Silvano Grasel, presidente da Amosc em 1993, para receber a homenagem.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Celso Maldaner, presidente da Amosc em 1994, hoje deputado federal.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Antônio Rosseto, presidente da Amosc em 1996.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Agradeço a presença do deputado Jandir Bellini e chamo para o setor o deputado Dirceu Dresch.

Convido para receber a homenagem o sr. José Fritsch, presidente da Amosc em 1998, representado pelo vereador Marcelino Chiarello, de Chapecó.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. Sérgio Matte para receber a homenagem, presidente da Amosc em 1999.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. Lênio Aluisio Foresti, presidente da Amosc em 2000.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. Cláudio Alberto Campos, presidente da Amosc em 2002, para receber a homenagem.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado estadual Dirceu Dresch e chamo à frente, por favor, os deputados federais Valdir Colatto e Celso Maldaner para as três últimas homenagens.

Convido o sr. Pedro Francisco Uczai, presidente da Amosc em 2003, hoje deputado estadual, para receber a homenagem das mãos do sr. Delci, presidente da Amosc, e também dos deputados federais Valdir Colatto e Celso Maldaner.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. Sérgio Natal Furlan, presidente da Amosc em 2004, para receber a homenagem.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. Gilberto Ari Tomasi, presidente da Amosc em 2005, para receber a homenagem.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. João Rodrigues, presidente da Amosc em 2006 e atual prefeito da capital do oeste de Santa Catarina.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Anacleto Galon, presidente da Amosc em 2007, aqui representado pelo sr. Sérgio Luiz Matte.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Convido, agora, para receber a homenagem o sr. Delci Antônio Valentini, presidente atual.

(Procede-se à homenagem.)

(Palmas)

Vamos ter agora a apresentação de um número musical, com a Banda da Polícia Militar de Santa Catarina, de um pessoal que está sediado na capital do oeste do nosso estado.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, do seu presidente, deputado Julio Garcia, cumprimentamos todos que moram em Chapecó e nessa região.

Parabéns pelos 40 anos! Parabéns ao oeste de Santa Catarina!

(Procede-se à execução do número musical.)

(Palmas)

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Neste momento, convido o sr. Sadi José de Marco, primeiro presidente da Amosc, para fazer uso da palavra em nome dos ex-presidentes homenageados.

O SR. SADI JOSÉ DE MARCO - "O mais notável dos talentos é usar apenas uma palavra quando duas são demais." Assim se pronunciou Thomas Jefferson, ex-presidente dos Estados Unidos da América.

Sr. presidente desta sessão solene, deputado Pedro Uczai, na pessoa de v.exa. saúdo todos os srs. deputados estaduais.

Deputado Celso Maldaner, na pessoa de v.exa. saúdo todos os deputados federais, até porque tenho por v.exa. uma admiração especial, já que, juntamente com o seu irmão, iniciamos em 1968 uma notável caminhada por esse bravo e inóspito oeste do estado barriga-verde.

Quero saudar todas as autoridades e especialmente homenagear os ex-prefeitos e ex-presidentes desta notável associação de classe. Quero saudar a imprensa escrita, falada, televisada. Quero cumprimentar as mulheres e os homens e dizer que o nosso sentimento é de alegria, de conforto e de reconhecimento, porque são passados 40 anos quando, na condição de prefeito de Chapecó, tivemos a oportunidade de organizar essa associação de classe, contando na época com o beneplácito do governo central, que através daquela associação e da valorização da fronteira sudoeste, com sede em Porto Alegre, determinava que houvesse a congregação de forças das prefeituras municipais, a fim de obter as vantagens e as coordenações de trabalho tão imprescindíveis e tão necessárias naquela ocasião.

Efetivamente devo agradecer não apenas a v.exa., sr. presidente, pelo início, ou pela alternativa, ou pela sugestão desta Assembléia, como também ao presidente de 1998, porque já naquela ocasião buscava-se o resgate do nosso modesto nome, que eleito em 1968 e cassado no ano seguinte tinha o seu nome afastado da galeria de presidentes com a assunção de um outro nome não eleito naquele pleito de 11 de fevereiro de 1968.

Então, devo agradecer a v.exa. pela iniciativa de hoje e ao ex-prefeito José Fritsch, que no passado teve a coragem de resguardar os direitos inalienáveis daqueles que os conquistam democraticamente nas urnas, que foi o nosso caso.

Devo cumprimentar também, e o faço até com humildade, o prefeito desta gigantesca, bela e cativa cidade de Chapecó, meu amigo João Rodrigues, que também resgatou, no ano passado, algumas questões que a ordem política do país às vezes degenera. Ele, que havia sido eleito e havia organizado uma sociedade em Chapecó, em 1967, para que fossem realizados aqui os festejos do cinquentenário do município, teve também o seu nome cerceado, teve o seu nome retirado da galeria e não sei por quê.

Não somos tão importantes assim, apenas realizávamos o nosso trabalho, que foi resgatado em 5 de outubro do ano passado.

Muito obrigado, sr. prefeito municipal! A v.exa. a nossa homenagem.

A minha homenagem pessoal, e eu peço perdão se esquecer alguém, ao meu amigo Germano Lunelli, com quem eu, em 1963, ainda estudante dos bancos escolares, fizemos eleições em Caxambu do Sul. Era para termos perdido a eleição, mas Germano Lunelli a ganhou. Mas foi graças ao seu trabalho, à sua coragem, à sua altanaria e à sua vibração que ele nos levou à vitória. Minha homenagem a você, Lunelli.

Minha homenagem a Ledônio Migliorini, com quem ombreamos em 1982. Eu o respeito pelo seu trabalho.

Quero cumprimentar o Milton Sander, desculpe-me por assim tratá-lo, opositor no passado, parece-me que hoje nem tanto, muito embora a minha sigla não seja a sua, porque sou herdeiro do glorioso Partido Trabalhista Brasileiro, partido de Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, de Fernando Ferrari, partido que lá no Rio Grande do Sul fincou a marca do trabalho e da seriedade. É desse partido que sou legatário. Fui até preso e cassado, porque era um dos caudilhos de Leonel de Moura Brizola, mas não tem importância, porque continuo caminhando de cabeça erguida neste país.

Eu quero deixar aqui, sr. presidente, a minha mensagem aos políticos desta terra e dizer que no dia 18 de setembro de 1969, quando fui prestar novamente o meu compromisso como advogado deste país, lá em Florianópolis, tive a honra de naquela ocasião encontrar dois políticos irmãos fraternos: Francisco Roberto Dall'Igna e Evilásio Caon. Saímos os três de uma cassação de mandato. Francisco Roberto Dall'Igna, vice-governador, havia sido cassado em 1966, Evilásio Caon e eu, em 1969 - juventude do meu país! E à imprensa nacional, que vive criticando todo dia, toda hora, tanto a imprensa escrita, falada e televisada, os políticos da minha terra - e olha, sr. presidente, que eu falo de cadeira, porque dela estou afastado há tantos e tantos anos -, quero dar uma mensagem dizendo que a classe política neste país vem sendo injustiçada. É muito fácil pegar um canal de televisão e dizer que os políticos não fazem nada. Eu acho que é muito mais fácil esse mesmo jornalista descer do seu pedestal e candidatar-se a um cargo eletivo para mostrar não apenas a sua capacidade, mas, quem sabe, toda a sua arrogância. Aqui fica essa minha colocação, sr. presidente.

E agora, em nome do ex-prefeito de Quilombo, eu quero fazer aqui duas colocações: a primeira é aquela que eu já falei, que é o objetivo da fundação da Amosc. Nós falávamos naquela ocasião - e eu lembro bem, sr. deputado Pedro Uczaí, quando v.exa. falou aqui na BR-282, que foi uma das grandes mensagens que levantamos - sobre a implantação e asfaltamento da BR-282 de Curitiba até São Miguel d'Oeste. É verdade que existia um pequeno movimento para desviá-la de Xanxerê a São Miguel d'Oeste, mas o trabalho, a luta e a intransigência de Chapecó e dos outros municípios fizeram levar o traçado pelo caminho certo.

A outra questão, prefeito Antonio Rossetto, é o plano de desenvolvimento econômico de 1993, que foi tão importante e representou tanta repercussão, srs. deputados, que em 1996 se transformou no Fórum de Desenvolvimento Integrado, sendo adotado inclusive pelo governo catarinense. Portanto, aí está um pequeno trabalho da Amosc.

E aqui fica a v.exas. a minha homenagem e o meu agradecimento, às vezes até imerecido, mas noto que volto tantas e tantas vezes a Chapecó que me sinto feliz, profundamente desvanecido pela forma como sou tratado, recebido e homenageado.

E antes de encerrar, vejo ali Dorval Cansian, empresário desta terra, a quem gostaria também de fazer uma homenagem, porque ele foi de uma lealdade incomparável naquele pleito que disputamos em 1965. Eu fico feliz em revê-lo com saúde, com o semblante austero e alegre.

Eu gostaria de deixar aqui mais uma questão, para que os políticos lembrem que a SAC de que falou o deputado Jandir Bellini existiu porque nós organizamos. Foi um trabalho realizado pelo então prefeito, jovem que era combatido em todas as linhas, que contou na sua operosidade com dois pilares: Setembrino Zanqueti e Alcebiades Sperandio. Juntamente comigo, conseguimos formar uma comissão central, da qual participou inclusive Dorval Cansian e tantos outros, mas eu queria deixar claro, para fazer justiça, para que amanhã não se saia aí a dizer quem foram os grandes baluartes daquela associação de classe, hoje extinta, parece, que representou um papel relevante de progresso a esta terra.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI -

Passamos agora a palavra ao excelentíssimo sr. Delci Antonio Valentini, prefeito de Sul Brasil e presidente da Amosc, nos seus 40 anos de história.

O SR. DELCI ANTONIO VALENTINI - Saúdo, inicialmente o presidente da sessão de hoje, deputado Pedro Uczaí, e em nome de toda a Amosc queremos agradecer por trazer hoje a Assembléia Legislativa de nosso estado à cidade de Chapecó, para homenagear a nossa associação, pela história dos seus 40 anos de fundação.

Cumprimento também os demais deputados, especialmente aqueles que estão aqui nos dando o privilégio da presença nesta noite, que são os deputados Herneus de Nadal, Narcizo Parisotto, Jandir Bellini, Dirceu Dresch e o deputado Professor Grando.

Obrigado a todos em nome da associação. E queremos cumprimentar também todos os servidores da Assembléia Legislativa que estão aqui trabalhando, nesta noite, para registrar este momento tão importante, que é a história da nossa associação, a história do oeste de Santa Catarina.

Cumprimento também o prefeito da cidade de Chapecó, nosso colega João Rodrigues, os deputados federais Celso Maldaner, Valdir Colatto, que também prestigiam a nossa festa de hoje que a associação está comemorando.

Cumprimentamos o secretário do desenvolvimento regional, Luciano Buligon, representando o nosso governador Luiz Henrique da Silveira;

Saudamos o presidente da Câmara Municipal de Vereadores;

Queremos cumprimentar todos os nossos colegas prefeitos e fazer uma saudação muito especial a todos os ex-presidentes da nossa associação que ao longo dos 40 anos construíram essa história que orgulha cada um de nós;

Cumprimentamos também os presidentes das Câmaras municipais, os vereadores, os vice-prefeitos, os secretários municipais, os servidores dos governos estadual e federal;

Saudamos a imprensa de Chapecó e da região, que não só na noite de hoje, mas em todos os dias, ajuda-nos a divulgar as boas ações, os trabalhos da nossa associação e contribui muito para o desenvolvimento da nossa região, bem como a TVAL que faz a cobertura deste evento;

Queremos saudar também todos os servidores da nossa associação, Amosc, que no dia-a-dia fazem o desenvolvimento do trabalho técnico e o auxílio a todas as nossas administrações municipais.

Gostaria de agradecer a todos os colegas prefeitos pela honra de estar presidindo a Amosc num momento tão importante da nossa associação e da nossa história, cumprimentando-os pela passagem dos 40 anos de sua fundação. Sabemos que com a honra do cargo também vem o aumento da responsabilidade. Queremos procurar, durante o ano todo, enquanto estivermos com a incumbência de presidi-la, fazê-lo da melhor maneira possível para honrar a todos, principalmente os colegas prefeitos, ex-presidentes da nossa associação.

Quero dizer aos senhores de às senhoras da nossa alegria de poder contar com todos, aqui, nesta noite, prestigiando esta sessão solene da Assembléia Legislativa de homenagem à associação, que alavancou o desenvolvimento do grande oeste de Santa Catarina e não somente dos 20 municípios que compõem hoje a nossa associação. A Amosc quando surgiu compreendia todo o território do oeste de Santa Catarina. Hoje, algumas outras associações foram fundaram, desmembrando-se da Amosc, mas ela continua sendo um ponto de apoio, de desenvolvimento e planejamento para todos.

A Amosc, na sua história, tem revelado muitos talentos no seu quadro de profissionais. Quero lembrar que o Celso Vedana, que por longo tempo foi secretário executivo da Amosc, hoje é secretário executivo da Federação Catarinense de Municípios. Ele teve o seu trabalho reconhecido na Amosc, sendo convidado para secretariar os trabalhos da Federação.

Também a nossa ex-secretária, Márcia Damo, pelo seu talento e bravura frente a nossa associação, teve o reconhecimento de seu trabalho, sendo convidada a trabalhar no planejamento do governo do estado e agora no Ministério da Integração Nacional, através da secretaria para programas regionais. Isso nos orgulha, porque são talentos que nasceram nessa associação, a exemplo de tantos outros.

Hoje, o nosso atual secretário, Paulo, juntamente com outros servidores, presta trabalho no dia-a-dia e aproxima o município da associação, ajudando-nos no desenvolvimento das nossas ações municipais, dos nossos trabalhos diários com a nossa população, que é onde enfrentamos nossas dificuldades, porque quando surge um problema lá nos nossos municípios é a prefeitura que o cidadão procura, porque a prefeitura nada mais é do que a casa do povo. E ali é que se deve procurar a solução para os problemas. E a Amosc tem sido essa ferramenta importante no planejamento e no desenvolvimento de todos os nossos municípios e da nossa grande região.

Quero cumprimentar também o reitor da nossa UnoChapecó, professor Odilon Polli, e em seu nome quero cumprimentar todos os educadores da nossa região, que fazem parte também desse grande processo de desenvolvimento. Certamente a educação é a principal semente para colhermos bons frutos no futuro.

Quero agradecer especialmente a todos os que fizeram essa história bonita de desenvolvimento da Amosc, na pessoa dos ex-presidentes, e em seus nomes agradeço a todos os ex-prefeitos que participaram da Amosc, a todos os técnicos e a todas as lideranças que fizeram essa grande diferença, aos ex-presidentes, deputados Pedro Baldissera, Herneus de Nadal, ao deputado federal Celso Maldaner, enfim, a todos que passaram por essa experiência e deixaram sua valiosa contribuição para o fortalecimento e engrandecimento da nossa associação.

Quero dizer que somos gratos e que temos a incumbência de continuar esse trabalho. Essa é a nossa grande responsabilidade: fazer com que, quem sabe nos próximos 40 anos, possamos estar festejando mais e mais conquistas para a nossa região.

A nossa associação produziu um histórico das principais realizações, a linha do tempo dos 40 anos de desenvolvimento das associações, e aqui estão realizadas as grandes lutas e conquistas que alcançamos ao longo dessa história de 40 anos. Tomara que possamos caminhar assim, juntos, fortalecidos, através do cooperativismo e, dessa maneira, fortalecidos através do associativismo, para poder continuar a trazer mais e mais benefícios para a nossa região, como um maior crescimento e consequentemente uma maior e melhor qualidade de vida para a nossa população.

Por fim, quero agradecer a todos aqueles que fizeram essa história bonita da Amosc, a associação que serve de referência para a nossa região, para o nosso estado, para o nosso país e até mesmo para outros países, porque seguidamente recebemos missões de administradores de outros países e regiões que vêm copiar o nosso exemplo. E isso é um marco do trabalho realizado por todos.

Quero agradecer, mais uma vez, especialmente na pessoa dos deputados aqui presentes, a todas as Casas Legislativas de nosso estado.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI -

Com a palavra o secretário Luciano Buligon, falando não só em nome da Secretaria de Desenvolvimento Regional, mas também aqui representando o governador do estado, Luiz Henrique da Silveira.

O SR. LUCIANO BULIGON - Sr. presidente, deputado Pedro Uczai, que preside esta sessão solene, srs. deputados Sérgio Grandó, Dirceu Dresch, Jandir Bellini, ex-vereador de Chapecó, que não perdeu suas raízes, Narcizo Parisotto, Herneus de Nadal, Valdir Colatto, Celso Maldaner, sr. prefeito de Chapecó, sr. prefeito presidente da Amosc, demais prefeitos, sr. presidente da Câmara de Vereadores, Nilson Macieski, vereadores e vereadoras aqui presentes, sr. reitor recém-empossado Odilon Polli, da UnoChapecó, dias atrás, numa reunião do Conselho de Educação, na UnoChapecó, afirmei que na nossa região, prefeito Sadi De Marco, todas as instituições são feitas de lutas e que dão muito mais do que as duas mãos. Coincidentemente a nossa Cooperativa Alfa fez 40 anos ainda no ano passado. E também o fortalecimento do cooperativismo demonstra isso na nossa região. Cito que a nossa universidade, criada através de uma fundação pública municipal, é construída a várias mãos e por isso tem o *slogan* hoje: UnoChapecó, a nossa universidade. Cito, por que não dizer, o nosso verdão do oeste, a Associação Chapecoense de Futebol, que não tem dono, que não é um clube fechado, que é por assim dizer uma associação. E não poderia deixar de dizer, neste momento, que a associação dos municípios é um dos melhores exemplos que temos no oeste, como a construção de instituições comprometidas com o desenvolvimento regional, porque está perto do cidadão, afinal de contas, antes de morar no estado ele mora no município. E quando digo isso, digo aos vereadores, aos prefeitos, eis que sabem bem que quando morre uma pessoa, quando se tem um aniversário, é na porta do prefeito, é na porta do vereador que batemos.

A associação dos municípios misturou muito bem a técnica com a política, sempre levou nos seus presidentes o reconhecimento daqueles partidos que mais têm representação e vem dando uma aula de democracia, abrindo espaços para os demais partidos. Isso é mistura política e técnica que deu certo.

Foi citada aqui a ascensão da servidora e colaboradora da Amosc, sra. Márcia Regina Sartori Damo, que hoje ascendeu à secretaria nacional, vinculada ao Ministério de Integração Nacional, que espalha pelo Brasil a fora o reconhecimento da instituição, da Associação dos Municípios do Oeste. Também foi citado o sr. Celso e tantos outros que estão em determinados municípios desenvolvendo os municípios.

Daí é que o estado de Santa Catarina, em nome do governador Luiz Henrique, traz um abraço afetuoso. Falei agora há pouco com ele, antes de vir para cá, e ele disse para que eu viesse até aqui e transmitisse um abraço a todos vocês.

Gostaria de dizer que o nosso estado, 35 anos depois de fundada a Amosc, de fundada as associações de municípios, reconheceu e também instituiu a descentralização como reconhecimento do desenvolvimento regional e do desenvolvimento sustentável perto do cidadão.

Muito obrigado, um abraço a todos, especialmente à Amosc e à Assembléia Legislativa.

(Palmas)  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Convido para fazer uso da palavra o exmo. sr. João Rodrigues, prefeito municipal de Chapecó. É o último pronunciamento desta sessão solene.

O SR. JOÃO RODRIGUES - Já que todos estão confortáveis, acomodados e que não temos muita pressa, já que hoje é sexta-feira, permitam-me saudar o deputado Pedro Uczai, que preside esta sessão, e em seu nome saudar também os caros amigos e colegas deputado Herneus de Nadal, deputado Narcizo Parisotto, nosso deputado de Chapecó, deputado Jandir Bellini, ex-prefeito de Itajaí, deputado federal Celso Maldaner, representando o Congresso Nacional, deputado Valdir Colatto, deputado estadual Sérgio Grandó, deputado estadual Dirceu Dresch, o nosso reitor da UnoChapecó Odilon Polli, o Nilson Macieski, presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó, o Luciano José Buligon, representante do governo do estado de Santa Catarina, o nosso presidente da Amosc, prefeito Delci Antônio Valentini. Quero saudar todos os srs. vereadores, os secretários municipais, os colaboradores da nossa associação de municípios.

O nosso glorioso Sadi de Marco foi o primeiro presidente da nossa associação. E em 1968 fiquei aqui ouvindo a sua narrativa, quando o senhor, juntamente com outros prefeitos, uniam-se para defender os interesses da região. Inclusive, parte dessa platéia nem estava neste mundo, e eu estava recém-chegando, dando o primeiro grito, como outros tantos aqui na mesa que também estavam dando as primeiras pernas neste nosso mundo de tantos desencontros.

Aqui ouvi a sua manifestação, a sua história, tão logo me tornei prefeito. Sadi de Marco foi o primeiro e único prefeito cassado de Chapecó, e muita gente não entendia por que teria sido cassado. Mas hoje compreendi, na sua manifestação, o porquê. Se com a sua experiência nos dias de hoje, com essa sua determinação, com esse português correto, com suas palavras profundas, fez com que todos nós parássemos para prestar atenção, imagine como não foi em 1968, um jovem prefeito, quando estávamos sob o regime militar. Imaginem, portanto, as suas manifestações eloquentes. Imaginem como era o sentimento de quem incluía este país.



Que pena que o senhor não cumprira todo o seu mandato, mas sintia-se feliz por ter sido injustiçado e por não ter sido cassado por ter tido as mãos sujas, enquanto passou pelo poder público municipal.

Então, a nossa homenagem a um injustiçado do passado. Todos nós prefeitos municipais queremos, efetivamente, também, fazer isso em tempo, já que no meu mandato como prefeito e hoje, por iniciativa da Amosc e da Assembléia Legislativa, o senhor volta mais uma vez para ser reconhecido como prefeito eleito, empossado, mas que não pode concluir o seu projeto.

Senhoras e senhores, foi muito bem dito pelo Luciano José Buligon e pelo nosso presidente que essa associação há 40 anos surgiu por uma razão, qual seja, unir municípios em torno de objetivos, conquistar o espaço, obras e posteriormente elaborar projetos para a grande região. E muitas existem graças à união dos prefeitos. E é exatamente isso que estamos fazendo nos dias atuais, unidos novamente em busca de conquistas para a nossa terra, conforme disse o deputado Pedro Uczai, ou seja, que agora estamos todos unidos lutando para a conquista da nossa universidade federal, que não é nenhum favor, mas uma necessidade e, aliás, um direito do nosso povo.

A luta de 40 anos atrás também é a mesma, Delci Antônio Valentini e meu caro Celso Maldaner. É a luta para que a partilha dos recursos da federação seja mais justa,

porque nós prefeitos ficamos com a menor fatia, aliás, nós povo ficamos com uma migalha, e o governo central fica com a metade do bolo. No entanto, os menores, que somos nós, ficamos com os maiores problemas, como a saúde, que é responsabilidade nossa, a infra-estrutura, a educação, tudo. Mas quando um cidadão, pai de família, adoece, com problemas graves, de câncer, já não seria mais com o prefeito; no entanto, é na porta do prefeito que se bate. Quando o povo se sente inseguro, quando um pai de família perde a vida dentro de casa, nas mãos de um bandido, é o município que tem que encontrar alguma forma de fazer com que a sua gente se sintam mais segura. Não culpando os governos, não culpando as instituições governamentais, mas somos nós que temos que encontrar aquilo que nos falta. Se a partilha fosse mais justa, ficassemos nós, não digo com a metade, mas com pelo menos a metade a mais daquilo que temos - se ficando muito pouco já fizemos muito -, imaginem o que todos nós prefeitos dessa região não faríamos a mais pelo nosso povo, pela nossa gente.

Permitam-me, como prefeito de Chapecó, agradecer o meu caro Sadi de Marco, pela sua iniciativa, eis que temos uma associação forte, um exemplo para Santa Catarina e para o país, que por sorte tem a sua sede aqui, no município de Chapecó, que ajudou a nossa cidade a se desenvolver e a crescer cada vez mais.

Um abraço do tamanho deste país verde e branco, da Chapecoense, que estamos já pensando de que jeito iremos para Tóquio, mas vamos dar um jeito.

Um abraço a todos vocês.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - A Presidência desta sessão, em meu nome, em nome do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia, em nome dos meus colegas aqui, deputados estaduais presentes, deputado Herneus de Nadal, deputado Narcizo Parisotto, deputado Jandir Bellini, deputado Sérgio Grando, deputado Dirceu Dresch, quer agradecer a presença de todas as autoridades, a presença de vocês que participaram desta homenagem justa e merecida à nossa Amosc, pelos seus 40 anos de história.

Antes de encerrar a presente sessão convocamos outra, solene, para o dia 18 de fevereiro, às 19h, e imediatamente ao final desta sessão solene iremos convidar todos para um coquetel de homenagem à Amosc pelos seus 40 anos. Vamos confraternizar.

Obrigado pela presença de todos. Parabéns à Amosc nos seus 40 anos. E em posição de respeito vamos ouvir o Hino de Santa Catarina.

Parabéns, Amosc, em nome do Poder Parlamentar catarinense.

Está encerrada a sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

#### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SAÚDE PARA DISCUTIR SOBRE O RELATÓRIO TRIMESTRAL DO SUS, REALIZADA NO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2007, ÀS 9H, NO PLENARINHO DESTA CASA

O SR. PRESIDENTE (deputado Genésio Goulart) - Bom-dia a todos.

Queridos amigos e amigas aqui presentes, muito obrigado pela participação de vocês; sejam bem-vindos todos os membros da Secretaria da Saúde a esta audiência pública sobre o relatório trimestral do SUS.

Gostaria de passar a palavra à nossa querida amiga Carmen Zanotto, diretora-geral da Secretaria de Estado da Saúde, para a condução dos seus trabalhos.

A SRA. CARMEN ZANOTTO - Obrigada, deputado Genésio. No dia de hoje nós vamos fazer uma apresentação um pouquinho diferente, dividindo as atribuições, conforme foi combinado na última prestação de contas.

Então, obedecendo a Lei 8.689, no seu artigo 12, o Decreto Federal nº 1.651, vamos prestar contas do segundo e terceiro trimestres da Secretaria de Estado da Saúde. Do nosso orçamento da Fonte 100, que é um orçamento de R\$ 758 milhões, até o terceiro trimestre já temos empenhados R\$ 583 milhões, que significam 76%; liquidado R\$ 501 milhões.

O orçamento das demais fontes que são recursos do Tesouro Nacional, Fundo Nacional de Saúde, e a 240, que é receita própria, temos um orçamento superestimado ainda de R\$ 638 milhões; executado, até o terceiro trimestre, R\$ 283 milhões, apenas 44%; e liquidado R\$ 235 milhões. Como esses são recursos que vêm da Fonte da União para o orçamento de 2008, já estamos revendo os valores, porque ele sempre fica superestimado.

Dos recursos recebidos para o Estado, que é gestor pleno do sistema estadual, que compete aos 273 municípios, recebemos no PAB fixo, que é o Piso de Atenção Básica, mais a média e alta complexidade, no segundo trimestre, R\$ 65 milhões; medicamentos, terapia renal substitutiva, Samu e o Centro de Odontologia Especializada, deu mais R\$ 6 milhões; perfazendo o total, no trimestre, de R\$ 71 milhões. Isso é da gestão plena.

Nesse trimestre nós tivemos em medicamentos excepcionais R\$ 8 milhões e 253 mil, repetindo a mesma questão na TRS, no CEO e no Samu. No terceiro trimestre os números são muito parecidos, porque são valores pactuados em nível federal. Tivemos na gestão plena do sistema municipal R\$ 71 milhões e 509; e na gestão plena estadual R\$ 73 milhões e 803. Tivemos um milhão aproximadamente menor na política de assistência farmacêutica, foram R\$ 7 milhões e 300 mil.

A gente prometeu dizer o que fazemos com esse recurso. Então, na parte ambulatorial tivemos um investimento de produção de serviços, dividido entre a rede privada e o serviço público, que é o piso de atenção, produção ambulatorial no Estado de Santa Catarina, que são todos aqueles procedimentos feitos em nível ambulatorial, que compreendem no segundo trimestre R\$ 53 milhões e no terceiro trimestre R\$ 51 milhões e 464 - observando que no terceiro trimestre não conseguimos consolidar o mês de setembro, por falta de dados no Datasus.

Então, estamos assim: procedimentos médicos e/ou outros profissionais de nível superior, tivemos um valor expressivo de R\$ 11 milhões e foram 1 milhão e 962 procedimentos; 67 mil cirurgias ambulatoriais e 2 milhões e 227 procedimentos; procedimentos de traumaortopedia, R\$ 15.290.486 mil; ações especializadas em odontologia, patologia clínica, anatomia patológica; e fomos assim dividindo. A radioterapia, por exemplo, tivemos 67 mil e 449 procedimentos, que envolveu R\$ 1 milhão e 195 mil; a quimioterapia, nós tivemos 16 mil e 616 procedimentos, que envolveu R\$ 7 milhões e 356 mil no segundo trimestre.

Um outro exemplo bastante importante é a hemoterapia, que é o sangue. Santa Catarina tem a maior Hemorrede pública do Estado. Apenas Blumenau tem o serviço ainda privado conveniado ao SUS, Concórdia e os demais já são praticamente ou da Universidade Federal, ou do nosso Hemosc e Cepon. Cento e quarenta e oito mil procedimentos foram realizados, que envolveram nesse período R\$ 3 milhões. O terceiro trimestre é muito semelhante, faltando apenas a competência setembro.

Na área hospitalar, tivemos envolvido, no segundo trimestre, R\$ 63 milhões e 354 mil e foram feitos 92 mil e 339 internamentos; no terceiro trimestre, R\$ 73 milhões e 281 mil, que envolveu 92 mil e 143 internamentos hospitalares. Que internamentos são esses? Nas clínicas básicas, clínica cirúrgica, obstetrícia, clínica médica, cuidados prolongados, pediatria, psiquiatria, Hospital-Dia, foram 85 mil e 865 internamentos, num total de R\$ 46 milhões e 988 mil.

Na parte da média complexidade, que são as doenças do sono, cirurgias de câncer, radioterapia cirúrgica, quimioterapia, internados, iodoterapia, que é o tratamento do câncer da tireóide (esse procedimento só tinha fora do Estado, agora a gente tem no Estado), foram feitos 531 procedimentos, envolveu R\$ 1 milhão e 788 mil; neurocirurgias 1 mil e 430, R\$ 2 milhões e 706; e mais os procedimentos de Aids, 558, R\$ 330 mil. Então na média complexidade, assim como separamos o SUS, são R\$ 6 milhões e 526 mil.

Na alta complexidade, que envolve cirurgia cardiovascular, cirurgia vascular, cirurgia intervencionista, eletrofisiologia e cirurgia endovascular, foram feitos 2 mil e 992 procedimentos, envolvendo R\$ 9 milhões e 839 mil.

Então o total do segundo semestre, 92 mil e 339 procedimentos de internamentos hospitalares, R\$ 63 milhões e 353 mil. No terceiro trimestre, os procedimentos já disponíveis no Datasus envolvem 89 mil e 805 procedimentos, R\$ 71 milhões e 605 - sempre seguindo muito essa lógica. Agora com essa nova apresentação, dá sempre para a gente comparar os meses anteriores com o mês atual.

Na política de assistência farmacêutica nós tivemos, no segundo trimestre, pagamento da farmácia básica aos 293 municípios, lembrando que é R\$ 1,00 per capita aos municípios de Santa Catarina, com exceção dos 56 municípios do baixo IDS, pois conforme lei aprovada por esta Casa esse conjunto de municípios recebem R\$ 3,00 per capita.

Então, os valores são idênticos no segundo e no terceiro trimestre, R\$ 1 milhão e 570 mil, que até o terceiro trimestre, somando o primeiro, o segundo e o terceiro, são R\$ 4 milhões e 712 mil. A saúde mental envolveu R\$ 250 mil no segundo trimestre, R\$ 318 mil no terceiro trimestre, até o terceiro trimestre R\$ 1 milhão e 170 mil.

Em medicamentos estratégicos, que são aqueles medicamentos dos programas especiais, como ranceniase, tuberculose e outros, R\$ 63 mil e 148 no segundo trimestre e R\$ 33 mil e 935 no terceiro trimestre, até o momento R\$ 170 mil.

Nos medicamentos excepcionais, a gente já colocou lá na frente quanto que nós recebemos da União desses dois trimestres, R\$ 7 milhões e 575. E o nosso custo para dispensar esse medicamento, no segundo trimestre, foi de R\$ 19 milhões e 100 mil. Então a contrapartida do Estado em alguns meses passa a ser superior, e muito superior, a 50%, que era o pactuado em função do preço de aquisição que o Estado tem e o número de pacientes que ele disponibiliza.

Pacientes novos e medicamentos excepcionais no segundo trimestre, 3 mil e 299; no terceiro trimestre, recebemos da União R\$ 8 milhões e 253 mil e o nosso custo foi de R\$ 21 milhões e 238 mil; incluídos no terceiro trimestre mais 3 mil e 914 pacientes. Então, pacientes novos do programa de medicamento excepcionais até o terceiro trimestre já somam 10 mil e 263 pacientes. Temos um total de 35 mil e 113 pacientes que vieram e continuam sendo atendidos, porque o seu tratamento é prolongado.

As ações judiciais que a gente já discutiu nesta Casa é uma grande preocupação, porque estão desvirtuando efetivamente o nosso orçamento em termos de... A gente faz a locação na previsão do orçamento no exercício anterior. No segundo trimestre nós gastamos R\$ 11 milhões, e tivemos novos pacientes e ações judiciais, 646. No terceiro trimestre, R\$ 11 milhões e 433 mil, e 780 pacientes. Até o terceiro trimestre estamos com R\$ 32 milhões e 999 mil em ações judiciais; 3 milhões e 917 pacientes sendo atendidos em ações judiciais.

Quando a gente compara com o medicamento e o volume de pacientes do programa de medicamentos excepcionais, que é um programa reconhecido com protocolos clínicos do Ministério da Saúde, fica muito claro que gastamos muito mais com um volume menor de pacientes do que aqueles definidos pelo protocolo clínico do Ministério. E os protocolos são construídos baseados na política nacional e na definição da medicina baseada em evidências.

Conforme combinado, vou passar a palavra ao Luís Antônio, que é o nosso diretor da Vigilância Epidemiológica e que vai falar o que foi feito nesse período com os recursos da PPI da Vigilância Epidemiológica e com os recursos do Fundo Estadual de Saúde em ações de vigilância epidemiológica.

#### **O SR. LUÍS ANTÔNIO SILVA - Bom-dia.**

Em relação às atividades de vigilância em saúde, há uma grande concentração do ponto de vista da intervenção do Poder Público no Estado na responsabilidade da vigilância e do controle das infecções contagiosas, e mais recentemente também essa área assumiu a responsabilidade de trabalhar a questão das doenças não-transmissíveis, do ponto de vista do seu diagnóstico, o desenho desse perfil epidemiológico e a configuração de como esses agravos se manifestam no Estado Santa Catarina.

De um modo geral a Vigilância em Saúde tem trabalhado os aspectos das quatro grandes áreas, que são essencialmente a promoção da saúde como um aspecto geral, a proteção, a prevenção e o controle em si relacionado com a questão dos agravos.

Em relação ao segundo trimestre, nós tivemos uma concentração principalmente na qualificação de recursos humanos. Esse é o maior objetivo do ponto de vista de dotar os sistemas municipais, os próprios sistemas regionais e o sistema estadual, da qualificação técnica para a intervenção. Como nessa área geralmente em alguns momentos a situação está tranqüila e de repente, do nada, passa a não estar tranqüila, basicamente o segundo e o terceiro trimestres foram em função de algumas situações, que são consideradas nesse momento como possibilidade de risco de aumento substancial do número de casos, ou seja, da incidência dessas doenças ou de alguns agravos que até o momento não estão ainda circulando em território catarinense, mas que podem acontecer a qualquer momento, como a questão da dengue, por exemplo.

Nós temos uma perspectiva da entrada do vírus da dengue no Estado de Santa Catarina. Neste momento isso ainda não aconteceu. As ações de vigilância e controle têm dado uma resposta extremamente importante do ponto de vista dessa possibilidade de extensão, e a gente tem apostado muito na questão específica do controle e vigilância do mosquito *Aedes aegypti*, que é o mosquito transmissor da doença. Inclusive isso implicou na capacitação de um número relativamente importante de agentes da dengue espalhados no Estado.

Outro aspecto do ponto de vista da estruturação do serviço foi a realização do Seminário Catarinense de Vigilância Epidemiológica, em que tivemos basicamente todos os 293 municípios do Estado representados, justamente para discutir a estruturação e a organização do serviço.

Outro aspecto que diz respeito é um volume muito grande de elaboração e confecção de material educativo e informativo. Esse material tem sido uma das estratégias principais do ponto de vista de levar informação para a população catarinense, de como se proteger, de como se prevenir das infecções contagiosas.

Nesse período, principalmente no segundo e terceiro trimestres, tivemos a realização de três grandes campanhas nacionais, e por consequência campanhas estaduais. A primeira foi a campanha de vacinação contra a gripe para idosos, ou seja, para a população acima de 60 anos de idade, em que o Estado atingiu a mais alta cobertura de 87,19%. O pactuado com o Ministério da Saúde e a cobertura preconizada é de apenas 70%. As outras campanhas de vacinação foram as duas etapas nacionais da campanha da Polio, em que o Estado também ficou na expectativa do percentual mínimo estimulado acima de 90% para essas campanhas.

Outro aspecto diz respeito à distribuição importante de insumos e imunobiológicos, que é responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde para o fornecimento e distribuição primeiramente para as gerências regionais, e essas gerências regionais têm a responsabilidade de distribuir para os 293 municípios.

Aqui eu gostaria de apresentar um dado especificamente importante - pena que não estamos conseguindo visualizar. Mas até o terceiro trimestre, acumulado na verdade, já foram distribuídos quase 10 milhões (*sic*), mais ou menos 980 mil preservativos para o Estado de Santa Catarina. Essa é uma perspectiva que a gente tinha no planejamento das ações de 2007, de que a gente chegasse próximo a 11 milhões, 11 milhões e 500 mil preservativos distribuídos. Provavelmente com a consecução do quarto trimestre, que deve estar se encerrando agora no mês de dezembro, vamos conseguir alcançar essa meta, esse objetivo.

Outro aspecto importante diz respeito à ampliação e ao acesso de pacientes em tratamento, principalmente de hepatite virais (a questão da Hepatite C e Hepatite B). Foi feito um pacto recente entre o Estado e o Ministério do ponto de vista da garantia, principalmente dos medicamentos especiais e exclusivos para a questão do tratamento da Hepatite C. Diga-se de passagem, o Estado estava sofrendo muita ação judicial para responder essa demanda que até então era uma responsabilidade do próprio Ministério da Saúde e que agora de certa forma está encaminhada.

Outro aspecto diz respeito ao aumento do número de distribuição de medicamentos anti-retrovirais no Estado de Santa Catarina. Nós fechamos o mês de dezembro de 2006 com 7 mil e 820 pacientes em tratamento no Estado em uso de anti-retroviral; e até o terceiro trimestre de 2007, cumulativo, nós já estamos com 8 mil e 100 pacientes em uso de anti-retrovirais no Estado de Santa Catarina.

Além dessa distribuição de anti-retrovirais, há uma responsabilidade do Estado de Santa Catarina em fornecer as chamadas medicações para as infecções oportunistas e as infecções de DST. Até o presente momento, o Estado já forneceu 164 mil unidades, ou seja, comprimidos ou ampolas, especificamente para essa cobertura de infecções oportunistas e de infecções por DSTs de modo geral.

A Diretoria, basicamente a Vigilância em Saúde como um todo, conta com o seu teto financeiro específico. É um recurso financeiro pactuado na gestão do SUS, na Comissão Tripartite Nacional, em que cada Estado recebe um *per capita* em função do seu contingente de população, do seu tamanho do território e, principalmente, aquilo que a gente chama de alguns incentivos no sentido de poder manter e financiar essas atividades.

Outro aspecto importante como ação de saúde pública de um pacto extremamente importante diz respeito à queda da transmissão vertical no Estado de Santa Catarina. Em 2003, quando se começou a trabalhar a transmissão vertical, nós tínhamos aproximadamente em torno de noventa crianças/ano no Estado de Santa Catarina que soropositivavam em relação ao HIV em função de terem nascido de mães portadoras do vírus.

Num trabalho intenso nesses últimos quatro anos, conseguimos chegar a uma média, hoje anualmente, ainda, infelizmente, por razões, por não recomendação médica no momento do parto, por esquecimento ou por algumas coisas... Nós caímos de noventa casos aproximados para 16, 18 casos no ano de 2006. Essa é a ação mais efetiva que há em termos de saúde pública, e para que a gente conseguisse realmente ter esse impacto, foram realizadas duas ações importantíssimas: o aumento substancial da distribuição do teste rápido para identificação do HIV e o aumento considerado de maternidades e hospitais no Estado de Santa Catarina - saímos de oito hospitais/maternidades que faziam a aplicação do teste rápido no momento do parto para 52 maternidades/hospitais atualmente no Estado de Santa Catarina.

Aumentamos também consideravelmente a aquisição e distribuição da chamada fórmula infantil do leite específico próprio para crianças que nascem de mães portadoras do vírus HIV.

Então, todas essas crianças diagnosticadas como criança de risco em acompanhamento ficam recebendo esse leite, essa fórmula infantil por um tempo extremamente importante para não soropositivarem. É possível, sim, mulheres portadoras de HIV terem maternidade normal, programarem, ficarem grávidas, fazer todo o acompanhamento da gestação na rede de serviços e ter filhos naturalmente saudáveis.

De modo geral, os outros são áreas e ações técnicas do ponto de vista de supervisões, de atividades de acompanhamento e assessoria aos municípios catarinenses no sentido de dotar o sistema de vigilância naquilo que a gente diz sempre, em um sistema extremamente ativo e que tenha capacidade de intervir de forma rápida, imediata quando solicitado ou quando algum evento ou algum fenômeno, de certa forma de magnitude diferenciada, venha a recair sobre a população de Santa Catarina.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Muito obrigada, Luiz Antônio. Passo a palavra ao presidente, deputado Genésio Goulart.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Genésio Goulart)** - Só quero registrar a presença dos meus colegas, os deputados Serafim Venzon e Kennedy Nunes, membros da Comissão de Saúde.

Passo a palavra novamente à senhora Carmen Zanotto, para dar continuidade à prestação de contas.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Então, conforme a ordem de apresentação, com a palavra o João Daniel, que é o nosso diretor do Lacen.

**O SR. JOÃO DANIEL FILHO** - Bom-dia, senhores deputados, diretora Carmen e demais presentes.

Nós vamos abordar aqui a questão do Laboratório Central de Saúde Pública, conhecido como Lacen, mas antes de adentrar nas questões da função do Laboratório, o que ele faz, precisamos conhecê-lo um pouquinho.

Na verdade, o que é o Laboratório Central de Saúde Pública, o Lacen? O Lacen não é um laboratório comum, que faz exames da rede básica de patologia clínica. O Lacen tem uma característica muito específica: auxilia no diagnóstico de doenças, principalmente nas doenças de notificação compulsória, dá suporte e assessoria nas questões e nas ações de vigilância epidemiológica e nas ações de vigilância sanitária. Existe até uma portaria do Ministério que estabelece quais os agravos que são de notificação compulsória, que tem função na realização desses exames de agravos. Dentre esses agravos, podemos destacar alguns exames importantes, como os de leptospirose, meningite, doença de Chagas, coqueluche, carga viral, sarampo, dengue, surtos de toxinfecção alimentar, análises de alimentos e medicamentos. São esses os principais exames que o Lacen realiza para auxiliar na questão do diagnóstico.

Além dessa questão de diagnóstico, ele trabalha também numa cobertura plena e total no Estado de Santa Catarina, que é a questão da análise neonatal, conhecida como Teste do Pezinho. Todos os exames do Estado de Santa Catarina são canalizados para Florianópolis, para o Lacen, que tem a função, a responsabilidade de fornecer todo o insumo para os municípios, que é o fornecimento de uma lanceta, uma agulhinha e um cartão. O município faz a coleta desse material e envia ao Lacen para realizar esses exames. Cada cartãozinho desses, decorrer cinco exames do Teste do Pezinho, que são exames de natureza genética que quando diagnosticado precocemente, quando feito esse exame precocemente, tem um significado, uma importância do ponto de vista social e do ponto de vista da saúde pública.

São exames muito caros em relação aos insumos, mas têm um resultado muito positivo quando diagnosticado precocemente - em média, senhores deputados, nascem seis mil crianças/mês em Santa Catarina, e eu diria que o Lacen faz uma cobertura de 99,9% dessas crianças, praticamente 100% de cobertura em todo o Estado.

Eu queria abrir um parêntese aqui: além de o Lacen funcionar na Capital... Aliás, em cada Estado da Federação existe um Lacen, por determinação do Ministério da Saúde, mas em Santa Catarina, com a política de descentralização, que está disseminando assim de uma forma muito positiva, temos também Laboratórios Centrais de Saúde Pública espalhados em alguns municípios, que, embora ainda funcionem com uma capacidade instalada ainda pequena em relação ao Laboratório Central localizado em Florianópolis, atendem também uma demanda significativa, ou seja, os exames são feitos na própria região, o que faz com que o resultado da análise saia mais rapidamente.

Para os senhores terem uma idéia, realizamos no segundo trimestre 197 mil exames no Laboratório Central de Saúde Pública, uma média/mês de setenta mil exames são realizados por mês no Lacen.

Para realizar esses exames, duzentos mil exames/mês, fizemos um investimento - a secretária já deu em linhas gerais o quanto investiu, o quanto de custeio/investimento no setor Saúde -, mas especificamente no Lacen foram investidos em custeio R\$ 2.800 milhões no primeiro trimestre e foram investidos R\$ 200 em termos de melhoria das instalações físicas e aquisição de equipamentos para aprimorar a metodologia e, conseqüentemente, o resultado da análise. Essa tem sido a média no segundo e no terceiro trimestre.

Esses são os exames de natureza de biologia médica, como se chama, que são os exames relacionados às ações de Vigilância Epidemiológica, mas também temos os exames de natureza e de ações relacionadas às ações de Vigilância Sanitária, que é aquilo que falei anteriormente: o Lacen dá suporte às ações das duas vigilâncias. As vigilâncias atuam no local e, por conseqüência, as análises chegam ao Laboratório, ao Lacen.

Nós realizamos no Lacen análise de água para consumo humano. Só no segundo trimestre, foram realizados sete mil análises. Fazemos também análises de produtos, alimentos e medicamentos, na ordem de mil e poucos exames por trimestre.

Senhor presidente, em linhas gerais, era isso que gostaria de colocar com relação às ações do Lacen neste segundo e terceiro trimestres deste ano.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Genésio Goulart)** - Muito obrigado pelas colocações, com certeza muito importantes para nós que acompanhamos.

A gente precisa saber exatamente dessas informações maravilhosas, o que a Secretaria da Saúde vem fazendo pelo povo catarinense.

Passo a palavra novamente à querida amiga Carmen Zanotto.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Dando continuidade, peço à doutora Raquel Ribeiro Bittencourt, diretora da Vigilância Sanitária, que faça a apresentação da Vigilância Sanitária.

**A SRA. RAQUEL RIBEIRO BITTENCOURT** - Bom-dia, deputado Genésio, deputado Serafim Venzon, deputado Kennedy Nunes, secretária Carmen e colegas da Secretaria, a Vigilância Sanitária é definida pela lei que estrutura o SUS, a Lei Orgânica da Saúde, como um conjunto de ações capazes de diminuir, eliminar ou prevenir os riscos à saúde que têm origem nos diversos produtos, serviços, ambientes em que circulamos, enfim, tem tudo a ver com o modo de vida e com os nossos hábitos de consumo, e à medida que esses hábitos de consumo vão se sofisticando, vamos trazendo mais riscos implícitos à nossa saúde.

Desse modo, toda a normatização, a regulação que a Vigilância Sanitária coloca para normatizar serviços e produtos tem como embasamento essa prevenção do risco. Se ele for conhecido, controlar o máximo possível; se há uma presunção do risco, evitar que se torne um agravo à saúde.

Então, essa é a motivação da Vigilância: a proteção da saúde coletiva e individual. E ela tem origem muito remota. Não com o nome de Vigilância Sanitária, mas a partir do momento em que a humanidade começou a viver em vilas, em cidades, a necessidade de proteção começou a ser evidente nos cuidados com os que vinham (*ininteligível*), que deveriam deixar as suas roupas sujas fora para não transmitir doenças, bem como no cuidado com a água e com o alimento. Havia rituais que hoje sabemos que tinham a preocupação em cuidar da prevenção do risco.

E a Vigilância Sanitária hoje, no Brasil, vive um momento de organização, principalmente após a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em 1999, que organiza todo o sistema de vigilância, que é um subsistema do Sistema Único de Saúde, e vem avançando num processo de descentralização, sendo que o Estado de Santa Catarina, cujo nível central, a Diretoria de Vigilância Sanitária, tem ainda várias responsabilidades que até quatro anos, cinco anos eram exclusivamente do nível federal.

Essa descentralização se dava até o mês de junho de 2007 com base no Termo de Ajustes e Metas da Anvisa. Eram pactuadas metas entre os Estados e a Agência Nacional e entre o Estado e os municípios capazes de assumir ações de vigilância sanitária - e abro aqui um parêntese para dizer que dos 5.600 municípios deste país a grande maioria não tem estrutura para dar conta das ações de vigilância sanitária, e isso se repete desde as regiões mais distantes, Norte e Nordeste, quanto aqui na região Sul. É um processo que, historicamente, a descentralização teve mais recursos financeiros, suporte e equipes estruturadas em nível estadual. Por isso mesmo, no segundo e no terceiro trimestres (não vou me deter em todos os números, certamente vai ficar aqui disponível essa apresentação), a Diretoria executou uma parte dessas metas, uma vez que eram compartilhadas até o mês de junho com 22 municípios que tinham estrutura para ações de complexidade maior, ou seja, que exigiam equipe técnica com nível superior e preparo para as inspeções necessárias.

Inspecionamos serviços de saúde, indústrias produtoras de medicamentos, de produtos para a saúde, de cosméticos, hospitais, de modo geral, comércio de alimentos, indústrias de alimentos. São números que se repetem ao longo dos dois trimestres. Ao analisar mais detidamente, os senhores verão que em alguns nós não fizemos inspeção no segundo e no terceiro trimestres, como em fábricas de cosméticos, porque quando não há inspeção em campo é porque estão circulando documentos que precisam estar em ordem para que se dê a inspeção, que demanda licença, autorização federal de funcionamento e registro de produtos.

Avançamos no processo de descentralização, principalmente na análise de projetos arquitetônicos. No final do ano de 2005 tínhamos um nó no fluxo desses projetos, um acúmulo de mais de 350 projetos na incumbência de dois técnicos da Diretoria de Vigilância. Tanto a equipe foi incrementada - de dois técnicos estamos em cinco -, quanto fizemos a capacitação para engenheiros e arquitetos regionais, a fim de darem conta de projetos os mais comuns, que são de postos de saúde e de atividades e serviços de saúde, menos complexos do que os serviços hospitalares.

Dos recursos movimentados, a Agência Nacional trabalha com valores *per captos* que são descentralizados aos Estados. Até junho de 2007 eram quinze centavos por habitante/ano destinados aos Estados; e partir de junho, vigorando o pacto pela saúde, o pacto pelo SUS, nós passamos a receber vinte centavos por habitante/ano. É um valor interessante uma vez que hoje o mais caro, em vigilância sanitária, é o custeio da ação.

É muito importante que o processo de descentralização avance e que os municípios se estruturam e deem conta das suas inspeções, porque quando a inspeção precisa de deslocamento da equipe do nível central ela se torna muito cara. As taxas de vigilância sanitária a princípio têm por função o custeio dessas ações. Mas se olharmos o alvará de uma farmácia de manipulação é R\$ 150,00. Ao deslocarmos uma equipe daqui para Itajaí, por exemplo, para trabalhar durante três dias, este alvará não paga nem o custo do combustível. Então temos capacitado e estimulado muitos municípios para que assumam, dentro da sua capacidade técnica, as ações de vigilância sanitária.

Temos investido muito na questão de informação e informática desenvolvendo um sistema, que é o nosso sistema "Faros" (?) - farol em grego, se não me engano. O sistema já está em processo de implantação, totalmente gratuito aos municípios. Poderemos ter uma base de dados para tomada de decisão, a intervenção sobre o risco sanitário, o mapeamento de regiões onde se concentram determinadas atividades econômicas que podem vir a ter riscos ambientais, a saúde individual ou a saúde do trabalhador. Todas as ações de vigilância visam conter todos esses riscos ou um desses riscos predominantemente.

Nesse momento também estamos investindo na aquisição de um computador para cada município, a fim de que o sistema de informação possa ser utilizado amplamente. Todos esses números estão descritos aqui.

Eu finalizo falando sobre uma informação curiosa: a Vigilância é a área da Saúde que, com a preocupação de evitar que o risco à saúde se torne real e venha provocar um agravo coletivo e individual, ela tem uma atuação muito forte no sistema econômico. Nós dizemos que temos dois pilares: um no Sistema Único de Saúde e o outro no sistema produtivo em si. E aí começam as complicações, porque trabalhamos sempre em áreas de autoconflito. No momento em que identificamos que determinado produto precisa ser retirado de circulação e a atividade de uma empresa ser impedida total ou parcialmente, nós chamamos para discussão conflitos que devem ser administrados sempre no âmbito da legislação, do equilíbrio e do bom senso. E assim a Vigilância tem se pautado.

Destá forma, para título de informação, passam pela Vigilância Sanitária 25% do Produto Interno Bruto do País. E nós podemos fazer a mesma proporção para o Estado de Santa Catarina, um Estado fortemente industrializado.

Deixo aqui, para conhecimento, a Cartilha de Vigilância Sanitária. Ela foi escrita justamente para quem não conhece o objeto da Vigilância, numa linguagem bem agradável - é um diálogo entre um estagiário e um técnico. Na página 24, nós contamos a adequação do Mercado Público de Florianópolis, que é bem curiosa: hoje o mercado é ponto turístico, mas ele já passou por interdição. E aqui nós resgatamos um pouco da história da saúde pública do Estado de Santa Catarina. Não vou me deter no número de cadastros e inspeções para não tornar maçante, mas eles estão aqui disponíveis.

Deputado, eu vou deixar esta coleção aqui para, por gentileza, a Comissão distribuir.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Genésio Goulart)** - É claro.

**A SRA. RAQUEL RIBEIRO BITTENCOURT** - Nós nos colocamos à disposição para qualquer outra informação.

Aqui está. (É feita a entrega do material à Comissão.)

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Genésio Goulart)** - Obrigada, doutora Raquel, pelas suas palavras.

Depois, nós vamos encaminhar essa cartilha, que será muito bom para nós.

Devolvo a palavra para a senhora Carminha.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Obrigada. Só complementando as informações, nós também tivemos as aplicações, os principais investimentos no segundo e no terceiro trimestre dentro da própria estrutura da Secretaria de Estado da Saúde. Na parte de manutenção de equipamentos, nós tivemos um gasto no segundo de R\$ 607 mil; obras e benfeitorias, R\$ 301 mil; e material permanente, que é aquisição de equipamentos para as unidades próprias da Secretaria, R\$ 1.229 milhões. No terceiro trimestre isso já foi maior. Na renovação e manutenção de equipamento, R\$ 612 mil; obras e benfeitorias, R\$ 606 mil; e material permanente, R\$ 1.982 milhões.

Também faz parte da apreciação de contas um relato sobre as auditorias do Sistema de Saúde. No segundo trimestre, nós tivemos 80 processos novos; no terceiro, 135. Processos concluídos e arquivados, no segundo trimestre, 51; no terceiro trimestre, 91. Processos encaminhados ao Ministério Público: em função de um acordo que existe de todos os processos que são feitos pela Diretoria de Planejamento e Regulação, quando necessários eles são encaminhados ou ao Ministério Público ou aos órgãos de classe. No segundo trimestre três foram para o Ministério Público, e no terceiro trimestre, cinco. Nos órgãos nós não tivemos nenhum processo encaminhado no segundo trimestre, e no terceiro trimestre, dois processos. Notificações emitidas foram cinco no segundo trimestre e três no terceiro trimestre.

Quanto ao ressarcimento, que é quando a auditoria observa alguma situação irregular aquela unidade auditada deve ressarcir as cotas do Sistema Único de Saúde por algum lançamento equivocado no sistema em especial de AIH que não justifica o lançamento, no segundo trimestre foram R\$ 49.239,20 e no terceiro trimestre foram R\$ 56.353,20.

Nós estamos implementando ainda mais a nossa ouvidoria da Saúde através do telefone 0800482800. Junto ao Ministério da Saúde, nós estamos discutindo e unificando para 2008 as auditorias da Secretaria da Saúde e agregando, também, a ouvidoria da Vigilância Sanitária. Estamos chamando de Ouvidoria da Saúde.

Também quero colocar à disposição, mais uma vez, a página da Saúde: [www.saude.sc.gov.br](http://www.saude.sc.gov.br), na qual temos, além das notícias de saúde que são renovadas diariamente, todas as ações, todos os programas de saúde. Quando se acessa a agenda, a gente sabe a agenda de todos os órgãos da Secretaria de Estado da Saúde, desde processos seletivos, até seminários, enfim, todas as informações, inclusive os processos licitatórios estão à disposição.

Com isso, a gente encerra a apresentação formal. Eu quero aqui, em meu nome e em nome do secretário Dado, cumprimentar o deputado Kennedy Nunes, o deputado Serafim Venzon, o deputado Genésio, presidente da Comissão de Saúde.

Quero agradecer aos nossos superintendentes, o Winston e o Ramon, aos nossos diretores, a Raquel, o Antônio, o João Daniel e as suas equipes. E nós nos colocamos à disposição para os questionamentos da Comissão de Saúde.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Genésio Goulart)** - Deixo, então, a palavra livre aos nossos queridos deputados.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes.

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Bom-dia a todos.

Eu só queria perguntar para a Carminha sobre os valores que foram gastos (não sei se tem deste ano), sobre os processos judiciais, aqueles tratamentos e medicamentos. Se a senhora puder me dar os valores, e, também, falar como a Secretaria tem se preparado para isso, se já há uma previsão. Porque parece que está aumentando cada vez mais, e isso é uma preocupação nossa, porque são determinações judiciais que o gestor tem que cumprir. Como é que vocês estão se virando nessa questão de ter ou não previsão, ou se ainda está dentro de uma previsão, ou se já extrapolou?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Deputado, do Orçamento de 2007, nós já tivemos que fazer várias alterações orçamentárias para contemplarmos as ações judiciais. Do de 2008, já fizemos uma previsão maior e estamos colocando em torno de R\$ 445 milhões - É isto, Ramon? - no Orçamento que veio a esta Casa para 2008, o que é muito danoso. Pela seguinte questão: temos os dados do que a Secretaria de Estado da Saúde e o Fundo Estadual de Saúde estão gastando com ações judiciais.

Mas a gente não tem medo de dizer que o conjunto de municípios também está gastando um valor expressivo de recursos em ações judiciais que são demandadas também aos municípios. Nos segundo trimestre, nós tivemos R\$ 11.734.000,23 em ações judiciais; pacientes novos, nesse período, 646; total de pacientes no segundo trimestre, 3.220. No terceiro trimestre, nós fomos já para mais R\$ 11.433.552,26; pacientes novos, 780. Então, até o terceiro trimestre, nós gastamos R\$ 32.994.611,80.

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Para atender quantos?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Para atendermos 3.917 pacientes.

Daí, se a gente vai comparar com medicamento excepcional, aquele que tem protocolos clínicos, aquele que tem diretrizes terapêuticas, que são as portarias ministeriais que temos que atender, nós temos 35.113 pacientes. Recebemos do Ministério R\$ 29.059.419,06. Gastamos, para fazer o atendimento R\$ 56.858.857,61. Então, a gente vê que a proporção do... o custo de um paciente de ação judicial é muitas vezes maior do que o custo do paciente onde tem protocolos clínicos.

Nós temos pacientes no Estado que a dispensação do medicamento para ele custa em torno de R\$ 30 mil/mês, sem nenhum problema. Ele tem prescrição, é o único medicamento reconhecido no mundo para o atendimento, ele faz parte do protocolo. Se ele não recebe, ele corre risco. O que nos assusta é quando temos medicamentos similares definidos por protocolos clínicos e vem uma ação judicial dizendo que é para usar outro medicamento. O medicamento está prescrito, padronizado...

O caso mais comum mesmo, que usamos até como caso folclórico, é o Viagra, medicamento para disfunção erétil que está registrado na Anvisa para essa função, para ser comercializado no Brasil. E temos ações judiciais que é para a questão pulmonar. Aí há outros medicamentos reconhecidos para isso, e a gente acaba tendo que atender porque existe um estudo clínico no Canadá que mostrou que aquele paciente que estava usando esse medicamento respondeu para uma outra doença.

Então, essas questões daquilo que não existe, a medicina baseada em evidência, ou grupos de pesquisas que vêm para o Brasil, que é o caso daquelas três crianças, que nós temos cinco Estados brasileiros que foram escolhidos para um grupo de pesquisa, a empresa foi embora na segunda fase do grupo de pesquisa e o custo da ação judicial, a cada seis meses, é de R\$ 560 mil por criança. Por criança!

*(O senhor deputado Kennedy Nunes se manifesta fora do microfone: "Nós temos três aqui?")*

Três aqui em Santa Catarina. Duas já ganharam ação judicial e há cinco casos.

*(O senhor deputado Kennedy Nunes se manifesta fora do microfone. Inaudível)*

Três já. É claro que as outras duas, com certeza, virão. Por quê? Porque os pais... gerou uma expectativa nessa pesquisa. Então, o que a gente fez com esses casos? Não adianta o Estado fazer uma disputa de forças com a família, e só dentro do Estado recorrendo da ação judicial. Nós levamos o caso ao Conselho Nacional de Ética e Pesquisa, até porque o Conselho Nacional e o Brasil têm uma excelente legislação com relação à pesquisa em seres humanos, é uma das melhores legislações do mundo, para discutir até como esse laboratório vai se portar perante as demais pesquisas que ele venha a fazer no Brasil, porque ele foi embora na fase dois. Então, é preocupante, senhor deputado.

Se compararmos o que deverá acontecer até o quarto trimestre deste ano, é tudo aquilo que o Estado conseguiu investir, durante o ano e alguns meses, na melhoria dos hospitais filantrópicos conveniados ao SUS, na construção de postos de saúde para os municípios, ao valor correspondente de ação judicial.

Inclusive, hoje a gente recebeu na Secretaria uma minuta: o que nós vamos gastar de ações judiciais corresponde a mais de um ano de investimento na rede básica de saúde, ou na construção de um posto de saúde, ou no equipamento para o posto, ou na troca da viatura, da sua ambulância, ou na troca do carro do PSF, ou nos hospitais filantrópicos conveniados ao SUS. Estamos gastando, de ações judiciais neste ano, o equivalente a um ano e três, quatro, meses, no mínimo, de convênios realizados e pagos. Portanto, a capacidade de investimento vai reduzindo conforme vai aumentando o volume.

Então, a nível nacional, nós já tivemos vários encontros nacionais. Até com o atual ministro da Defesa, o ministro Nelson Jobim, quando ele era ministro da Justiça, naquele momento ele já colocava que a nossa Constituição é muito ampla. No artigo 196 diz que saúde é um direito de todos, dever do Estado. Mas não colocam um ponto ali, continua a frase dizendo: mediante políticas públicas e os recursos financeiros.

No entendimento dos gestores do SUS, quando o Ministério lança portarias padronizando medicamentos para o tratamento da Aids, que é o melhor exemplo do mundo, para o tratamento da hanseníase, para o tratamento da tuberculose, que é exemplo também a nível mundial, é porque tem comprovação científica. Então, quer dizer, o protocolo clínico teria que deixar de ser uma recomendação para os protocolos do Ministério e passar a ser o que efetivamente o Sistema Único de Saúde vai cumprir. Enquanto isso não for melhor definido, nós ficamos - gestores estaduais/municipais e o próprio Ministério da Saúde - desprotegidos, porque ele é recomendativo. Ele não está dizendo aos profissionais médicos que prescrevem aos usuários do Sistema Único da Saúde que aqueles são os medicamentos que serão disponibilizados. E sim recomendamos que estes são os medicamentos: para hepatite C, interferon.

Então, como não é determinante, ele só recomenda, nós temos essa fragilidade da lei.

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Essa é uma preocupação minha porque a tendência é aumentar, né?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - A tendência é, deputado.

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - A tendência é os municípios procurarem na Justiça o que está faltando na rede.

Quero fazer outra pergunta, aproveitando a presença de vocês aqui.

Estamos tendo lá na região de Joinville, inclusive houve uma audiência pública e vamos ter agora no dia 13 de dezembro, senhor presidente, uma audiência pública da Comissão, proposta por este deputado, para discutirmos a questão da tal OS Tocar(?), do Hospital Materno-Infantil, que eu acho que é um embrião para outras unidades hospitalares públicas do Estado. Vocês já têm discutido isso na Secretaria?

Porque lá em Joinville nós estamos bastante... sem saber absolutamente nada. Só se diz que tem um contrato já feito, que vai ser apresentado nos próximos dias a entidade que vai tocar, mas não se sabe realmente como vai ser feito. Ou seja, nós estamos propondo essa audiência para ver se o pessoal da Secretaria Regional ou quem cuida lá abra alguma coisa para que nós não venhamos ser pegos de surpresa. A senhora tem alguma coisa para dizer?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Tenho sim. As organizações sociais foram tema desta Casa por um longo período, a partir de 2004, na tentativa de o Estado buscar uma forma de conseguir ampliar os serviços de saúde sem ficar limitado, hoje, à questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, que te contingência o volume de profissionais. O exemplo que nós tínhamos é uma lei federal e trouxemos a lei federal adequando ao Estado de Santa Catarina. Fizemos todas as operações, inclusive por orientação do Ministério Público - a última alteração aconteceu no primeiro semestre de 2006.

De Joinville, o que nós temos com muita clareza? Foram publicadas as entidades que têm intenção de se qualificar com organização social para a gestão do hospital. Então, o que estamos tendo lá, deputado, é a visita de algumas instituições que já têm experiência, porque obrigatoriamente têm que ter experiência na área hospitalar, para após a qualificação fazer a seleção de projetos.

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Foi publicado onde?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Diário Catarinense, os jornais de circulação de... Eu não vou saber precisar a data, mas faz aproximadamente uns trinta dias. Fico lhe devendo a data, mando-lhe cópia disto na tarde de hoje.

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Obrigado, vou esperar isso.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Após as instituições visitarem o serviço, a gente desenhou os serviços que precisam ser desenvolvidos no hospital materno-infantil, a área do hospital e o que já temos de equipamentos instalados. As instituições se qualificam e, depois da qualificação delas, tem a seleção de projetos, que também é pública.

Neste final de semana houve um seminário no Estado de São Paulo em que o resultado dessa forma de gestão... Porque ela não é apenas a entrega de uma instituição, muito pelo contrário, existe um contrato de metas através do qual a instituição tem que cumprir um número de consultas, um número de cirurgias, enfim, dentro dessa vocação do hospital, [cumprir] aquilo tudo que os serviços de saúde do Estado, do município e da região precisam que aquela casa de saúde disponibilize dentro dos procedimentos existentes na tabela do SUS.

Gostaria de registrar que na última reunião que nós tivemos houve uma discussão com relação à tabela do Sistema Único de Saúde, que foi reajustada, não todos os procedimentos, mas houve um reajuste médio de 10% na tabela do SUS...

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - E o resultado em São Paulo?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - O resultado em São Paulo... Como existem metas, tem o valor global que a unidade vai receber, e para receber esse valor global baseado na tabela do Sistema Único de Saúde... Por exemplo, a consulta era R\$ 7,50 e veio para R\$ 10,00, e do total de consultas especializadas, a soma de consultas, de cirurgias, de todos os procedimentos realizados no hospital faz o teto daquela unidade hospitalar.

Então, em vez de receber...

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Ele passa a ser um prestador de serviço, então?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Isso, mas não só baseado na AIH (Autorização de Internamento Hospitalar) ou no SIA.

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Mas os outros serviços também.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Também.

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Porque o que temos em Joinville hoje é o sistema pleno de saúde, não é?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - É isso aí. Tanto é que Joinville é um dos nossos vinte municípios plenos do sistema.

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Então, ele passa a ser um prestador de serviços.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Isso. Mas com metas.

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Mas ele pode vender leite para o privado?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Não, é assim: Joinville...

É que Santa Catarina tem uma característica, e vou dar um exemplo. A capacidade instalada desde que a demanda SUS esteja atendida é uma discussão muito clara que a gente tem, só pode prestar serviço para plano de saúde ou particular desde que a demanda pactuada do Sistema Único de Saúde esteja 100% atendida.

Só para clarear um pouquinho, vou dar o exemplo do Hemosc, já que existe a discussão de que a gente o está privatizando.

Nós temos a maior rede pública de sangue do Estado de Santa Catarina. O Hemosc vem sendo administrado pela Fahece desde 1993, o que nós tivemos que fazer foi uma adequação de lei em função do instrumento - era um convênio, e ali estipulava "no mínimo por dez anos". Então, ele tinha uma fragilidade jurídica muito grande, por isso a gente fez a adequação da lei.

Todos que entram em qualquer banco de sangue do Estado de Santa Catarina não têm plano de saúde, vão lá para doar sangue, são cidadãos normais. Esse sangue não é faturado para um plano de saúde. Depois de esse sangue ser processado, ele pode ser usado tanto para a transfusão em um paciente do SUS como em um paciente privado. O que acontece quando esse sangue é usado para uma cirurgia privada? A unidade hospitalar tem que ressarcir os custos operacionais da bolsa e dos exames que foram feitos para aquele sangue estar disponível, porque sangue e hemoderivados não podem, em hipótese alguma, ser comercializados. Então, cobra-se dos planos de saúde e do particular, quando eles utilizam o sangue da nossa Hemorrede, o ressarcimento do custo operacional.

Portanto, ele jamais pode deixar de ser público, até por que nenhum de nós vai fazer uma doação ou para o SUS ou para o plano. Nós fazemos doação voluntária de sangue, e isso não é comercializável.

Então, está na construção dos documentos que estamos concluindo a questão da garantia do Sistema Único de Saúde, de 100% da demanda do SUS. No Cepon, se a radioterapia ou os médicos que fazem atendimento na quimioterapia, após o pactuado... E o que é o pactuado? A portaria ministerial diz que para tantos mil habitantes tem que se ter tantas quimioterapias, tantas radioterapias, tantas biópsias, tantas tomografias, tantas ultra-sonografias e assim sucessivamente, e se após o pactuado (e é o conjunto de municípios e o Estado junto com a União que dizem qual é a pactuação para aquele serviço) tiver a capacidade instalada, poderá atender, porque o equipamento está lá. Quanto mais você girar com esse equipamento...

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Essa demanda do SUS vem de onde?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Vem do conjunto de municípios.

Por exemplo, agora fechamos a rede estadual de alta complexidade em cirurgia cardíaca. Historicamente, os nossos pacientes eram atendidos ou no Paraná ou no Rio Grande do Sul; agora o nosso plano fechou isso e o Ministério da Saúde já pactuou para nós o correspondente aos nossos 5,8 milhões catarinenses. Quem diz quantas tomografias e quantas ressonâncias? São parâmetros ministeriais. Nós temos portarias que dizem que tantas consultas podem gerar um determinado número de exames de laboratório, de tomografias, de ultra-sons.

Então, há o Estado e o conjunto de municípios plenos, que são só vinte no Estado de Santa Catarina, e entre esses vinte está o município de Joinville, que foi um dos primeiros que aderiu. Os primeiros municípios que aderiram foram Joinville, Blumenau e Jaraguá do Sul, em 1994; os demais dezessete aderiram em 1996, como Lages, Concórdia. E nesses vinte municípios plenos eles têm que seguir a mesma lógica que nós, da Secretaria central, usamos com os 273 municípios.

Essas pactuações se dão assim: por exemplo, se São Francisco do Sul, que tem o seu *per capita*, vai referenciar o paciente dele para Joinville, o recurso tem que seguir o paciente. Então, se vou mandar dez pacientes para Joinville, para internamento, tenho que mandar não dez AIHs físicas, mas pactuar o dinheiro para o município de Joinville.

Até na última CIB, em Criciúma, na sexta-feira...

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Eu poderia fazer um comentário?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - À vontade, deputado.

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Primeiramente, queria cumprimentar a secretária e todos os diretores que estão aqui fazendo a apresentação e dizer que o trabalho da Secretaria não é apenas esse, vocês vieram apresentar o resultado daquilo que toda a Secretaria faz, que é grande, mas na saúde a gente tende a observar o que está faltando. É mais ou menos como a dona de casa, que faz, faz, limpa, limpa e o cara só percebe a parte que ficou suja, não percebe tudo que ficou limpo. É por isso que facilmente a gente cai nesse erro: nós aqui também.

Então, queremos saudar a Secretaria pelo conjunto de ações que faz, mas neste momento temos que buscar uma solução, pois nessa questão do referenciamento, vejo uma questão grave.

Brusque é uma cidade de gestão plena, assim como Joinville e Jaraguá.

Agora, por exemplo, Guarimirim, imagino que pela proximidade desse município com Schroeder e Corupá, deve ter referenciamento para Jaraguá, só que na hora que vai com AIH de Schroeder, não entra em Jaraguá. Se o paciente entrar com processo judicial, até usa, mas normalmente não é isso o que acontece na prática. Ele ouve um "não" e procura outro caminho.

Assim acontece em Brusque. O doente da Guabiruba, por exemplo, não vem pedir autorização da AIH dele em Brusque, ele vai a Guabiruba, ouve um "não" e acaba por isso. Daí, do ponto de vista prático, dá a impressão... E Joinville também. Já ouvi o prefeito de Joinville reclamar de gente de São Bento pedindo internação para Joinville. Claro, ele está referenciado. Ou não? São Bento do Sul está referenciado para Joinville, então, o doente de São Bento lá em Joinville está na casa dele, mas do ponto de vista prático ele é um estranho. E quem reclamou foi o próprio prefeito!

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Em Joinville até houve uma caça às bruxas, fazendo com que a prefeitura investigasse microônibus vindo da região para ser atendido no Hospital São José, que é referenciado (ou seja, o paciente de outro município está lá porque mandaram), e colocando que o povo de Joinville não é atendido porque esse povo estranho vai para lá. Só que o hospital fatura e ganha com eles.

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VEZON** - Ele ganha de lá.

Então, vejam só, nós entregamos o tacape para o inimigo, entendem? A idéia do referenciamento é dar ao paciente um direito, mas não, nós entregamos o cacete do outro lado para espancá-lo. E a outro lugar ele não pode ir, ainda tem esse detalhe.

Como médico, eu atendi em Brusque paciente com endereço falso porque era de Joinville, por exemplo. Doente de Joinville faz todos os procedimentos em Joinville, ou não faz? Mas o doente não foi atendido em Joinville porque o médico não atendia; logo, por alguma razão, ele fez 150 quilômetros para ser atendido em Brusque, e para eu atendê-lo lá, só ele contando uma mentira e dizer que era de Brusque, quando era de Joinville.

Mas estou citando aqui Joinville porque é uma gestão plena, e estou trazendo aqui uma questão prática: o referenciamento, que deveria ser uma coisa boa para o doente, na prática ele limita.

O referenciamento do Vale do Rio Tijucas é para onde? Para Florianópolis, certo?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - E Itajaí agora, na Cardiologia.

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VEZON** - E Itajaí na Cardiologia.

Então, o doente de Tijucas que vai a Brusque, em princípio não é atendido. E em Brusque ele não é atendido porque o referenciamento não é para lá, em Florianópolis também não porque aqui é terra estranha para ele.

Alguns casos funcionam, mas um grande número... Precisamos encontrar um jeito para buscar essa solução. Na prática, é muito, só que se a gente olhar os casos que foram atendidos, também é bastante. Um grande número de casos ficou resolvido por esse sistema, mas existe um grande número que não ficou, e esses são os que vêm a sujeira da casa. E como vamos resolver isso? É um questionamento que coloco.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Acho que gente deu um grande passo na última sexta-feira. O que tinha de discussão em termos de Estado? Que o recurso do município pleno ou do Estado era imexível. Como a gente fez revisões de tetos financeiros do SIA/AIH, que é o Sistema de Informações Ambulatoriais, corrigindo o custo médio da AIH a cada seis ou doze meses, na última CIB agora o que ficou pactuado? Que ou aquele recurso vai ser gasto para internamentos hospitalares ou ele vai sair do município ou do Estado, independentemente. Porque temos o recurso que fica, como apresentamos antes, no Fundo Estadual de Saúde, que é para os 273 municípios plenos de atenção básica, e temos o recurso financeiro que vai direto aos vinte municípios plenos do Sistema.

Então, entendemos que o que foi pactuado na CIB na sexta-feira foi um grande avanço para o Sistema Único de Saúde. Esse assunto praticamente não podia vir para a mesa, a gente só ouvia o seguinte... E isso desde que eu fui secretária municipal de Saúde em Lages, de 1996 a 2000. A gente aderiu à gestão semiplena, como era na época, né, pela NOB de 1993.

E dinheiro de plena não se discute; ele pode estar ali sobrando que não se mexe! O que aconteceu nessa última sexta-feira? Ou aquele recurso financeiro que está ali se traduz em atendimento ou vai ser remanejado, não importa se sai do Fundo Estadual de Saúde e vai para os fundos municipais ou se sai de algum fundo municipal e vem para o Fundo Estadual, para pactuar com os outros, exatamente para não ter mais esse fechamento de portas. Porque quando o gestor municipal pactuou, ele pactuou AIH, pactuou o físico e o financeiro, ou para o Estado, independentemente de ser... A região de Tubarão, por exemplo, onde se localiza o Hospital Nossa Senhora da Conceição, pactuou recurso financeiro para os atendimentos feitos naquele município. Agora, então, o município de Tubarão, através da secretária, responsável pelo Fundo Estadual de Saúde, ou vai dar conta daquilo que foi pactuado ou aquele recurso poderá ser remanejado para Araranguá, por exemplo, ou Criciúma. Poderá ser remanejado para o Estado, e vice-versa.

Na alta complexidade, deputado, a única coisa que resolveu foi o termo de compromisso e de garantia de acesso à Ortopedia e x consultas especializadas, x cirurgias de alta complexidade e assim sucessivamente na Cardiologia. Porque me interessa fazer o ato cirúrgico cardíaco, mas para o *holter* se paga pouco, e o paciente do SUS precisa do *holter*, ou precisa do eletrocardiograma. "Não, não faço teste de esteira, não faço a consulta especializada antes ou após a cirurgia." Então, agora virou tudo um pacote.

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Na prática, sem interpor, a gente queria achar uma alternativa. Por exemplo, se eu mandar um doente para ser operado do coração em Curitiba... E em Santa Catarina ainda estamos com dificuldade de acontecer. Não sei, certamente não é da Secretaria, mas nós precisamos ajustar.

Se eu der R\$ 150,00 na mão do doente em Santa Catarina, ele chega em Curitiba e é operado na semana posterior. Por quê?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - O senhor sabe por quê?

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Por quê?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Porque o nosso dinheiro está no Paraná. Nós já recebemos um dinheiro novo para a Cardiologia, mas a nossa série histórica ficou no Paraná. Existe inclusive um telefone celular que está sendo auditado pela equipe do Ministério da Saúde, juntamente com a Secretária do Estado da Saúde, e por quê? Os cirurgiões cardíacos chamam os pacientes porque eles ganham por produtividade, e como nossa população está deixando de ir para o Paraná...

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Indo para o Paraná?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Não, deixando de ir. Por exemplo, da região de Itajaí, é mais fácil muitas vezes eu ir ao Paraná do que vir a Florianópolis.

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Mas não pela distância, é mais longe lá, mas porque aqui ele é empurrado. E por que é empurrado?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Porque quem chama o paciente é o profissional que vai fazer o ato cirúrgico e vai receber para aquilo.

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Mas aqui ele é empurrado, aqui eles não ganham, por que lá eles ganham?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Como que aqui eles não ganham?

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Sim, eles não chamam o doente, então eu imagino que...

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Não, não, deputado! O nosso médico aqui ganha, sim! Todos ganham pelo procedimento, exceto na rede pública estadual agora que não tem mais...

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Eu estou aqui a favor de vocês, e quero achar uma saída. Eu, em Brusque, mando doente para Curitiba e operam, aqui não operam!

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Deputado, nos nossos hospitais a gente está discutindo inclusive coisas...

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Aqui eu fico desmascarado, fico com o doente quinze, vinte dias. O doente vai e volta, vai e volta e não resolve! Com R\$ 150,00...

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Não, todos os médicos da rede privada filantrópica prestadora de serviços do SUS recebem pró-labore. Se pouco ou bastante, é outra discussão. A tabela do SUS é uma tabela discutida em nível nacional, mas eles recebem. Nos nossos hospitais, em função do termo de recomendação do Ministério Público, que está sendo pauta muito forte na Secretária de Estado da Saúde, tinha uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado e da CGU dizendo que nós pagávamos salários mais a produtividade. Então se ele fizesse R\$ 50,00 de produtividade, recebia, e se fizesse R\$ 17 mil, que era o extremo, também recebia além do seu salário.

No que Santa Catarina era, historicamente, nesses quarenta anos, diferente dos outros Estados? Quem tem salário, não tem produtividade. E salário de quem é servidor público, diferentemente do médico que trabalha lá no hospital Marieta, em Itajaí. Ele recebe para trabalhar por hora na emergência e na UTI, o restante é o pró-labore dele.

Então nós, a partir do projeto de lei encaminhado a esta Casa, criamos uma gratificação de produtividade, que foi a divisão que o senhor nos ajudou a fazer, a divisão do pró-labore. Uns ganhavam R\$ 50,00 e outros ganhavam até R\$ 17 mil - e é importante registrar que um pequeníssimo grupo ganhava R\$ 17 mil; eram extremos, os R\$ 50,00 era um extremo e os R\$ 17 mil eram outro extremo, e aí a gente somou todo esse recurso financeiro e transformou em gratificação de produtividade, que está dentro do contracheque agora do mês.

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Mas agora aqueles que ganhavam R\$ 17 mil não querem mais operar!

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Se o senhor fizer dez cirurgias ou cinco cirurgias...

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Ganha a mesma coisa.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - A mesma coisa, R\$ 3.600,00. São R\$ 1.200,00 ou mais, conforme a sua vida funcional, mais a gratificação, que no mínimo dá R\$ 3.600,00. E o que estamos discutindo com as entidades médicas? Nós tínhamos essa preocupação de desassistência. Então nós estamos processando todos os meses e verificando onde está tendo queda na produtividade, porque senão não poderíamos nem implementar a lei, já que a lei fala - e o senhor deve lembrar - que sai de 60 para 100 pontos.

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Eu vi agora, no domingo, talvez vocês tenham visto, a denúncia que saiu no jornal da noite sobre a questão do Hospital São José. E também já tinha comentado com o secretário Dado esse problema prático (*sic*) que decorreu disso. Quer dizer, na hora que nós repartimos o pró-labore com todos, aqueles que operavam pouco ficaram contentes, mas aqueles que operavam muito... Ah, agora mexeram no bolso!

Então, agora precisamos achar uma saída, porque na prática o que aconteceu? O doente passou a ser menos atendido, porque aquele que não operava continuou não operando e aquele que operava, deixou de operar, ou seja, na prática aumentou o tamanho da fila lá fora.

Nós participamos do Congresso Catarinense de Urologia neste final de semana e vimos que são poucos os cálculos renais operados através de incisão cirúrgica, são feitos por vídeo, por percutânea... Inclusive esta, por exemplo, nem existe na tabela do SUS. E na oportunidade comentávamos como iríamos fazer para atender os pobres, já que cálculo renal dá em 85% dos pobres, pois 85% da população é mais pobre mesmo, não tem condições de pagar e é dependente do SUS.

Só tem uma saída para resolvermos a questão por enquanto: entrar com um processo judicial, mas daí vai aumentar aquela cota lá, porque como não tem na tabela, se ele operar tem que colocar como uma ureterolitotomia, uma pielolitotomia, em que o cirurgião ganharia R\$ 100,00 ou R\$ 120,00 para fazer o procedimento e dividir em quatro, porque tem o câmara, o cirurgião, etc. Então, na prática... O deputado Dado me colocava que poderíamos buscar um... Nós temos que encontrar uma maneira, porque senão nós vamos... Existe a sensação de que a saúde, apesar de todos os esforços que estamos fazendo, apesar do grande número de atendimento, está piorando.

**O SR. LUÍS ANTÔNIO SILVA** - Eu só gostaria de complementar, deputado, fazendo duas colocações importantes em relação a essa questão.

Existe um jogo de interesses extremamente grande, primeiro do ponto de vista de gestão na estrutura e na garantia do acesso, e segundo pelo interesse de corporações mesmo. Essa é a história do SUS e a gente não pode negar isso! E nós temos que buscar alternativas para, aos poucos, tentar amenizar e melhorar essa situação.

Outro aspecto diz respeito à questão do teto financeiro do Estado de Santa Catarina, que historicamente sempre foi muito desproporcional à verdadeira necessidade da nossa população. Só para se ter uma idéia, o teto do município de Curitiba ou do município de Porto Alegre, hoje, está praticamente em torno de 70% a 80% do teto que todo o Estado de Santa Catarina recebe. Historicamente, esse recurso da nossa população que foi atendida lá por *n* situações, por não ter tecnologia, por não ter serviço no Estado, e que agora está começando a ampliar, está lá. Então a gente tem que brigar nesse sentido. E essa reposição é uma reposição muito lenta, a gente não consegue repor de imediato, tanto é que os esforços da Secretaria da Saúde na pactuação com o Ministério têm sido nesse sentido, ou seja, de chegarmos exatamente naquela necessidade que os seis milhões de catarinenses precisam, dentro de todos os parâmetros, dentro das normas e dos atos legais do ponto de vista da estrutura da saúde. Esse é um aspecto.

Outro aspecto diz respeito à questão do dinheiro que está... Eu, como depositário fiel daquele recurso... Por exemplo, o município de plena ou o Estado de Santa Catarina, e o princípio básico, infelizmente, ainda é o seguinte: primeiro eu atendo a minha população e, se sobrar, eu atendo a referência. É histórico! É assim aqui e em outros Estados da Federação.

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Todos esses vinte municípios que são referência, se perguntar para eles, ninguém mais acha que o dinheiro é da região, eles acham que é só dele.

**O SR. LUÍS ANTÔNIO SILVA** - É, mas... Tanto é que essa questão da redistribuição, hoje, está muito baseada na questão do *per capita*. Hoje já dá para se identificar claramente quantas cirurgias, quantas internações, quantos exames de alta complexidade são colocados para cada município.

Um outro aspecto, e pode melhorar bastante isso aí, é a questão das centrais de regulação, que é uma outra perspectiva para que a gente possa implementar a organização dos serviços regionais do ponto de vista do controle do acesso mesmo. Por exemplo, as dez ultrasonografias de Guabiruba, se pactuadas com Brusque, que sejam efetivamente garantidas naquele período do mês, porque às vezes ele pactua dez ultrasonografias, usa uma e o restante do dinheiro se perde. Do ponto de vista da gestão, ele poderia usar aquelas nove que sobram no teto financeiro de Brusque para fazer outros procedimentos ou outros atendimentos.

Então eu acho que é um aperfeiçoamento da gestão e tem que se caminhar nesse sentido. Agora, o que pesa em Santa Catarina, infelizmente (é uma percepção muito minha, mas eu tenho defendido isso nos trinta anos do Sistema Único de Saúde), é uma concepção arcaica do ponto de vista do direito à saúde e do ponto de vista daquilo que eu atendo prioritariamente. A gente tem algumas coisas que parecem incríveis que aconteçam na organização do SUS hoje, como o atravessamento dos pacientes particulares ou de planos de saúde, que são atendidos prioritariamente em consultório com essa denominação e que saem na frente do ponto de vista do acesso ao SUS quando precisam, por exemplo, de uma cirurgia ou de um exame de alta complexidade. Por mais que você tenha implementado ou melhorado o sistema de auditoria, isso ainda é muito latente. O volume de produções que se tinha anteriormente, por exemplo, para se ganhar R\$ 17 mil, era muito baseado nisso; necessariamente, esses R\$ 17 mil de produtividade não representam e não indicam que sejam todos pacientes do Sistema Único de Saúde, mas, sim, pacientes que são acumulados.

A sua preocupação é extremamente importante e acho que esse papel cabe ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina.

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - A gente teria que tentar buscar uma alternativa...

**O SR. LUÍS ANTÔNIO SILVA** - Com certeza! Com certeza!

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Digamos assim: existe a litotripsia por onda extracorpórea, que me parece que a Secretaria paga por procedimento.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Isso.

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Bem, me dizia o pessoal que faz a percutânea de cálculo que por um valor parecido com esse ou um pouquinho mais, daria para fazer todas as percutâneas! Será que nós não conseguimos...

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Como é que a gente consegue? Por que houve reajuste na cardiologia do País? Lamentavelmente foi por causa da questão norte e nordeste. O Estado de Santa Catarina não é a realidade norte e nordeste; Santa Catarina tem briga para abertura de serviço de alta complexidade em cardiologia. Brigas: o que significa isso? A nossa rede já está pronta, o número de serviços instalados seria suficiente, porque o paciente ganha, pois quanto mais o cirurgião opera - por isso a portaria ministerial é clara -, mais mão ele tem.

Uma vez eu questionei uma autoridade que foi a São Paulo fazer uma cirurgia no InCor. Eu disse: "Por que o senhor foi para lá?" Para eu saber! E ela me respondeu assim: "Carmen, porque aqui, enquanto a gente faz 24 por mês, lá eles fazem 24 por dia." Então imaginem a mão desse cirurgião, ele já viu tudo! Não é porque aqui é pior do que lá. Não! Mas a mão do cirurgião... Na prática soma. Quanto mais mão o cirurgião tem, melhor! Quanto mais ele opera, mais casos estranhos ele pode ter na sua história profissional.

Aqui em Santa Catarina, na alta complexidade, nós já estamos com a rede pronta. Agora temos mais dois serviços instalados: Tubarão colocou o serviço, inaugurou há menos de trinta dias, e Lages também colocou o serviço. E agora? Nós vamos dividir o dinheiro de Rio do Sul, de Blumenau, de Itajaí, de Florianópolis, de Criciúma e de Xanxerê? Por quê? Porque o dinheiro é *per capita*, é para os 5,8 milhões de catarinenses.

Então nós vamos ter vários serviços com pouco volume em vez de ter poucos serviços com muito volume, exatamente nessa lógica de que o prestador gerou a demanda - estou falando da minha cidade, com todo respeito, assim como estou falando do Hospital Nossa Senhora da Conceição -, mas temos dois hospitais agora com serviços de cardiologia prontos. O que vamos fazer? O Estado já está estudando, porque a demanda virá; o paciente vai estar internado no hospital e virá a pergunta: por que não opera pelo SUS, se o hospital é filantrópico, conveniado ao SUS? Ah, pode fazer para particular e pode fazer para a Unimed, e nós? Temos que viajar para Rio do Sul ou para Criciúma, no caso de Tubarão?

Então, tecnicamente nós cumprimos a portaria ministerial desenhando a rede e dizendo onde seriam instalados os serviços - e quando a gente diz nós, é sempre Estado e municípios.

Ainda para complementar, é preciso dizer que a demanda (*ininteligível*) tem uma situação. Hoje o nosso teto de procedimento não está estourado, a não ser numa região, onde pedimos para os médicos justificarem porque naquela região tinha mais cálculo. Tem que ter uma explicação científica, eu não posso tratar uma única região...

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Doutora, mas do ponto de vista prático, digamos, a questão da percutânea, por exemplo...

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Doutor, as entidades têm que discutir o assunto com o Ministério, a Associação Brasileira: por que houve reajuste da tabela de cardiologia?

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Não, não, mas não tem nem na tabela!

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Da inclusão, inclusão! O Ministério faz a inclusão...

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Com quem nós temos que conversar, que discutir?

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - O Ministério da Saúde é quem faz a inclusão de tabela.

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Mas o Ministério fica onde, digamos assim...

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Em Brasília. Quem faz reajuste de tabela e inclusão de procedimento na tabela é só o Ministério da Saúde. Nós não temos autoridade para fazer isso, porque é uma tabela nacional.

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Mas do ponto de vista prático, nós não teríamos como fazer uma mentirinha de Santo Agostinho para resolver isso? Porque é muita, muita gente. Eu tenho uns cinquenta cálculos...

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Doutor, qual é a justificativa que a Sociedade Brasileira de Urologia tem que dar? Dizer quanto custa um procedimento a céu aberto, quanto custa um procedimento menos invasivo, tem que justificar isso e relatar os casos, comprovar cientificamente para o Ministério, que periodicamente faz revisão de tabela, faz inclusão de procedimentos ou exclusão de outros que não estão sendo mais necessários. Como isso se dará? Através da Sociedade Brasileira de Urologia via Ministério da Saúde.

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Mas, doutora, do ponto de vista prático, não interessa ao cirurgião, não interessa ao médico... Os médicos nunca ganharam tanto dinheiro quanto agora, pelo fato, digamos assim, de não estar na tabela a litotripsia percutânea, não estar na tabela a videocirurgia... É ali que eles fazem... É a faca e o queijo...

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Mas é justo, doutor (*ininteligível*), R\$ 7 mil, R\$ 8 mil?

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Senhor presidente, eu acho que a discussão é muito interessante, mas gostaria de propor aqui...

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Não, mas eu queria levar esse...

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Que pudéssemos fazer uma audiência pública com o Ministério da Saúde, com quem faz, até porque o pessoal da Secretaria veio hoje aqui fazer a prestação de contas e nós temos tantos outros projetos a serem encaminhados a fim de limpá-los a pauta até o final do ano.



Este é um assunto muito interessante, deputado Venzon, e acho que vale a pena para o início da próxima legislatura, do próximo ano legislativo fazermos uma audiência pública trazendo não só o pessoal da Secretaria da Saúde, mas também o pessoal do Ministério...

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Para estudar a inclusão desses procedimentos mais recentes, os procedimentos por vídeo...

**O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Devem ter procedimentos que não estão incluídos e que devem ser incluídos, mas acho que a discussão deveria ser feita num colégio, e é isso o que estou propondo, num colégio mais amplo, mais específico e junto com o Ministério da Saúde, até porque nós temos que relatar esses projetos e eu tenho outra reunião.

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - É tão importante, deputado Kennedy, que se hoje o Ministério da Previdência fizer uma colestectomia, cortando, digamos assim, o doente fica três meses ganhando da Previdência, mas se ele fizer por vídeo não sai nada da Previdência, porque em quinze dias ele já volta ao trabalho com um atestado simples para a empresa.

Tem mais uma provocação que eu queria... Se nós vamos estudar para frente, eu queria ver como é que nós podemos... Porque isso acaba em nós aqui, isso é o que eu quero dizer. O problema da saúde acaba em nós, somos nós que temos que resolver agora.

Então, existe uma noção por parte dos prefeitos, que sabem que têm que gastar 15% do seu orçamento com a saúde, mas lá no interior do Estado... Por exemplo, fui à festa de aniversário da Guabiruba e lá mostraram tudo o que tinham feito, ou seja, que recentemente haviam comprado um trator e três microônibus para trazer os doentes para Florianópolis, e contando isso como um grande feito da prefeitura. E por que não atendem lá? Não atendem lá porque o valor do procedimento pago, do ponto de vista prático nós sabemos, lamentavelmente, no interior é ainda menor, porque aqui em Florianópolis, quando ele é atendido por um médico, por uma equipe formada por funcionários do Estado, ele ganha o pró-labore do procedimento e ainda ganha aquele (*ininteligível*) que nós discutíamos, pelo menos antes era assim.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** - Agora não é mais, desde...

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Só que agora nós corremos o risco de ter piorado! O doente não é atendido aqui porque o médico não ganha nada mais, e lá ele não é atendido porque o médico só ganha aquele pró-labore, sem mais... Ou seja, na prática ele não é atendido porque só ganha R\$ 50,00 para fazer uma cirurgia de hérnia, por exemplo, uma cirurgia *x*, e com menos 30%, ele faz a conta, sobram R\$ 30,00 (*sic*). Bom, por esse valor ele não vai fazer. E quanto é se for particular? Particular é pouco, R\$ 1,2 mil, R\$ 1,3 mil, não é um valor exorbitante.

Bom, mas aí eu fiz uma pergunta aos secretários: será que a prefeitura não poderia complementar a tabela do SUS?

**A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus)** - Então nós ficamos nesta pergunta. O deputado-médico está dando um banho de experiência...

**O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Não, em absoluto! Estou sendo chato por isso!

**A SRA. PRESIDENTE (deputada Odete de Jesus)** - Nesta Comissão o deputado tem sido nosso aliado nas questões da saúde, e graças a Deus ele está aqui conosco nesta legislatura, mas vai ficar um ponto de interrogação. A doutora Carmen virá aqui, nós vamos fazer o convite para uma outra audiência pública no início da próxima legislatura. V.Exa. tem aqui uma aliada, pois sou uma pessoa apaixonada pelas questões da saúde.

Queremos agradecer pela presença da doutora Carmen, do senhor Rubens, do Norberto, do Luis Antônio Silva, do Ramon da Silva, da Dulce Castro Quevedo, do Winston Luiz, da Igara Noceti e Vieira, do Gilberto Alves, do João Daniel e da doutora Raquel, que ontem também esteve conosco na audiência pública que realizamos, e que foi um sucesso, sobre adulteração de leite. Enfim, quero agradecer pela presença de todos os senhores.

A proposta do deputado Kennedy Nunes foi espetacular, quero me fazer presente nessa audiência pública, e a doutora Carmen já está convocada para vir aqui. Vamos também trazer o Ministério da Saúde e assim por diante.

Esta audiência foi muito boa, muito útil, a presença dos senhores foi espetacular para a apresentação do relatório do SUS, e não teríamos tido tanto brilho se V.Exas. não estivessem aqui.

Eu estou reapresentando o meu presidente desta Comissão, deputado Genésio Goulart, que teve um compromisso e pediu que esta humilde e simples deputada presidisse esta audiência da Comissão. Parabéns, doutora Carmen, bastante sucesso, e muito nos orgulha ter uma mulher lá no comando ajudando, contribuindo, orientando, cobrando e assim por diante.

Muito obrigada a todos.

(*Está encerrada a audiência pública.*)

**DEPUTADO GENÉSIO GOULART**

**PRESIDENTE**

\*\*\* X X X \*\*\*

## AVISO DE LICITAÇÃO

### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 001/2008, destinado à **AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA ALESC**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo propostas e documentação deverão ser entregues no Setor de protocolo da Coordenadoria de Licitações até as 10:00 horas do dia 06 de março de 2008.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala n.º 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)).

Florianópolis, 22 de fevereiro de 2008.

LONARTE SPERLING VELOSO

COORDENADOR

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATO

### EXTRATO Nº 015/2008

REFERENTE: Protocolo de Intenções CL nº 001/2008, de 31/12/2007.

1º PARTE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

2º PARTE: SENADO FEDERAL

OBJETO: estabelecer a cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre o SENADO/ILB e a ALESC/EL.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações vigentes, e dos Atos da Comissão Diretora do Senado Federal nºs 24/98 e 29/03 e Autorização Administrativa.

PRAZO: 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de publicação, podendo ser alterado ou prorrogado, mediante Termo Aditivo, a critério dos participantes.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2007.

Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC

Agaciel da Silva Maia - Diretor-Geral do SENADO FEDERAL

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO

### OFÍCIO Nº 007/08

ABIP

**Associação Beneficente dos Inativos e Pensionistas de Joinville**

Joinville, 24 de janeiro de 2008.

Ao

ILMO SRº JULIO CÉSAR GARCIA

M. D. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE S.C

Prezado Senhor,

A ABIP - Associação Beneficente dos Inativos e Pensionistas de Joinville.

Nossa Associação surgiu para agrupar, orientar e dar assistência ao Aposentado e ao Idoso carente, população essa de cuja renda em sua maioria atinge somente um salário mínimo, que buscam seus direitos com Ações Previdenciárias, Médio/ambulatorial, Farmacêutico, Orientação ao Laser, Cursos de Culinária, Artesanato, Alfabetização, Palestras em diversas áreas (Cultura, Nutrição, Educação, Esporte, Motivação etc) e Entretenimento, hoje atendemos mais de 3000 associados e 41 Grupos de Terceira Idade correspondendo a 2000 integrantes onde 1500 Idosos não são associados.

Vimos através deste apresentar nosso Relatório Financeiro do exercício 2007 e Plano de Trabalho 2008, para seu governo.

Sem mais, agradecemos desde já e expressamos nosso apreço e desejo de sucesso.

Cordialmente,

**Horácio de Oliveira Ramos - Presidente**

ABIP - Associação Beneficente dos Inativos e Pensionistas de

Joinville

Lido no Expediente

Sessão de 20/02/08

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PORTARIAS</b>
------------------

**PORTARIA Nº 074, de 20/02/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **EDESIO INERCI MARCELINO**, matrícula nº 5289, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/08 (Deputado Edson Piriquito).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 075, de 20/02/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **EDESIO INERCI MARCELINO**, matrícula nº 5289, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/08 (Deputado Edson Piriquito).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 076, de 20/02/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **AGUIDA APARECIDA REIS**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/02/08 (Deputado Edson Piriquito).  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 077, de 20/02/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 2450/07,

RESOLVE: *nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,*

CONCEDER a **GERVASIO PAULI**, matrícula nº 1562, *Licença-Prêmio* referente ao quinquênio compreendido entre 03/08/02 A 02/08/07.  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 078, de 20/02/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

Atribuir aos servidores abaixo relacionados, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, no valor correspondente ao índice estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, conforme discriminado:

Nome Servidor	Matr	Processo nº	Nível	Vigência
Sergio Francisco Ambrosi	1986	2373/07	Mestrado	04/12/07
Marileia Marcon Correa	1369	2460/07	Especialização	13/12/07
Antônio H. C. Bulcão Vianna	1877	2462/07	Especialização	13/12/07
Carlos Alberto de Lima Souza	2186	2464/07	Especialização	13/12/07
Nadiesda Ghizzo Schmidt	2187	2466/07	Especialização	13/12/07
José Lucio Buchele	0295	2469/07	Especialização	13/12/07
Vera Lucia Pacheco	0658	2470/07	Especialização	13/12/07
Silvio Nestor de Souza	1411	2496/07	Especialização	18/12/07

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

**PORTARIA Nº 079, de 20/02/2008** - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **LIANA VALESCA FURTADO T. BIANCHI**, matrícula nº 1386, por 60 (sessenta) dias, a partir de 01/02/08.

**PORTARIA Nº 080, de 20/02/2008** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **LUIZ HENRIQUE B. DE MELLO**, matrícula nº 2188, por 60 (sessenta) dias, a partir de 04/02/08.

**PORTARIA Nº 081, de 20/02/2008** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **PAULO DA SILVA PACHECO**, matrícula nº 1596, por 60 (sessenta) dias, a partir de 06/02/08.

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

**PORTARIA Nº 082, de 20/02/2008** - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **LOURIVAL BAPTISTOTI**, matrícula nº 1900, por 20 (vinte) dias, a partir de 06/02/08.

**PORTARIA Nº 083, de 20/02/2008** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA SALETE DE BEM URBAN**, matrícula nº 0599, por 20 (vinte) dias, a partir de 08/02/08.

**PORTARIA Nº 084, de 20/02/2008** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ZANY ESTAELE LEITE**, matrícula nº 0784, por 20 (vinte) dias, a partir de 08/02/08.  
Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

**PORTARIA Nº 085, de 20/02/2008** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO**, matrícula nº 1608, por 90 (noventa) dias, a partir de 08/02/08.

**PORTARIA Nº 086, de 20/02/2008** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA DO CARMO LOPES DOS REIS**, matrícula nº 1888, por 05 (cinco) dias, a partir de 11/02/08.

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

**PORTARIA Nº 087, de 20/02/2008** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **LICIAMARA F. LAUS CAMPOS**, matrícula nº 1917, por 30 (trinta) dias, a partir de 12/02/08.

**PORTARIA Nº 088, de 20/02/2008** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ADEMAR FRANCISCO KOERICH**, matrícula nº 0356, por 30 (trinta) dias, a partir de 29/01/08.

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 089, de 20/02/2008**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Estela Maris Rossini	1510	3%	36%	28/12/07	0057/08
Almir José Pilon	3474	3%	6%	06/01/08	0060/08
José Geraldo da Silva	1467	3%	36%	01/01/08	0061/08
Marcelo Domingues	1921	3%	36%	02/01/08	0063/08
Renato Hercílio Bertoldi	0936	3%	36%	15/01/08	0065/08
João Maria Motta	3699	3%	6%	03/01/08	0088/08
Mabel Santos da Silva	1801	3%	30%	31/01/08	0089/08
Ricardo Cascaes Sabino	0935	3%	36%	15/01/08	0090/08

Neroci da Silva Raupp  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI**

**PROJETO DE LEI Nº 027/08**

Dispõe sobre multa por dano ambiental.

Art. 1º É vedado jogar, colocar, deixar ou praticar qualquer outro ato que implique o depósito de lixo na via ou logradouro públicos.

§ 1º Considera-se lixo, para os fins desta Lei, todo e qualquer resíduo sólido, orgânico ou inorgânico, de origem doméstica, comercial, industrial, hospitalar ou especial, resultante das atividades diárias do homem em sociedade.

§ 2º Caracteriza dano ambiental a conduta prevista no *caput* deste artigo.

§ 3º Não se aplica o disposto no *caput* na hipótese de colocação do lixo em recipiente próprio para a coleta pública.

Art. 2º Os infratores estarão sujeitos a multa de R\$ 100,00 (cem reais) ou, na impossibilidade do pagamento em espécie, deverá fazê-lo com quantidade equivalente de lixo reciclável, conforme o grau de lesão, ficando a cargo da Polícia Ambiental a autuação.

§ 1º A autoridade administrativa poderá aumentar a multa até cinco vezes do valor máximo fixado, se verificar que o montante for desproporcional ao dano causado.

§ 2º A multa será aplicada sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis e não haverá, em hipótese alguma, qualquer compensação.

§ 3º Caberá à Fundação do Meio Ambiente ou o órgão municipal conveniente, definir os locais para o recolhimento do lixo reciclável.

Art. 3º O Executivo, através da Polícia Ambiental e da Fundação do Meio Ambiente, fica autorizado a celebrar convênios de cooperação técnica com os municípios, visando à execução da presente Lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias a contar de sua vigência.

Art. 5º As quantias arrecadadas em virtude do presente projeto deverão ser destinadas ao Fundo Estadual do Meio Ambiente.

Art. 6º Cabe, após a autuação, recurso de defesa junto ao Conselho Estadual do Meio Ambiente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Professor Grandó

Lido no Expediente  
Sessão de 20/02/08

**JUSTIFICATIVA**

O meio ambiente equilibrado tem sido a grande preocupação deste século. Em que pese a existência de leis de proteção, vivemos um quadro que merece reflexão quanto aos destinos da humanidade. Vale dizer, qual é o mundo que queremos deixar para nossos filhos.

Recentes notícias divulgadas na mídia mundial dão conta de que o aquecimento global, responsável por inúmeras catástrofes, é efeito direto do dano ambiental. Segundo informações, se os danos fossem estagnados hoje, a natureza levaria mais ou menos cinquenta anos para se recuperar.

Dessa forma, a questão ambiental deve merecer efetiva proteção por parte de todos, principalmente das autoridades. Devemos criar mecanismos legais e educar a população visando à proteção do meio ambiente.

O legislador constituinte sinalizou claramente neste sentido: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações." (CF, art. 225)

A proposição tem esse escopo, portanto, em face da relevância da matéria, espero contar com o apoio de meus nobres Pares.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 028/08**

Declara de Utilidade Pública o Instituto Rã-bugio para Conservação da Biodiversidade, com sede no município de Jaraguá do Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Rã-bugio para Conservação da Biodiversidade, com sede no município de Jaraguá do Sul.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;  
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;  
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em  
Deputado Moacir Sopelsa

Lido no Expediente  
Sessão de 20/02/08

**JUSTIFICATIVA**

Encaminho para apreciação dos nobres Pares projeto de lei que declara de utilidade pública estadual o Instituto Rã-bugio para Conservação da Biodiversidade, com sede no município de Jaraguá do Sul.

Trata-se de uma associação sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, que tem por objetivo promover a manutenção da diversidade biológica, considerada em termos genéticos, de espécies, populações e ecossistêmicos; incentivar, criar e ou manter unidades de conservação, contribuindo para a proteção do patrimônio natural e diversidade biológica; formular, coordenar e executar estudos e projetos orientados para a produção e difusão de informações e tecnologias alternativas que promovam um desenvolvimento socialmente justo, ecologicamente adequado e economicamente viável

A missão do Rã-bugio é promover educação ambiental para a defesa dos remanescentes da mata atlântica, visando a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos.

Assim, para que a referida entidade possa dar continuidade ao trabalho social que vem desenvolvendo, faz-se necessário o reconhecimento de sua utilidade pública estadual.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 029/08**

Declara de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapema, com sede no município de Itapema/SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapema, com sede no Município de Itapema.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;  
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;  
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Jandir Bellini

Lido no Expediente  
Sessão de 20/02/08

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, atuando desde o ano de 1991, que além de órgão representativo de classe, vem promovendo ações para o desenvolvimento econômico e social da região, tendo participado ativamente em ações em prol da geração de emprego e renda.

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapema, colabora e participa de eventos, em prol da geração de emprego e renda através do desenvolvimento de cursos de qualificação profissional e encaminhamento de profissionais ao mercado de trabalho.

A Câmara também desenvolve atividades de caráter social através de ações sociais de caráter geral.

Neste sentido, proponho aos Senhores Deputados, a aprovação da presente Declaração de Utilidade Pública por entender ser medida justa para com a Entidade.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 030/08**

Declara de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Regional da Costa Esmeralda e Balneário Camboriú, com sede no município de Itapema/SC.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Regional da Costa Esmeralda e Balneário Camboriú, com sede no município de Itapema.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jandir Bellini

Lido no Expediente

Sessão de 20/02/08

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, atuando desde o ano de 2005, que como órgão representativo de classe, vem promovendo ações para o desenvolvimento econômico e social da região, tendo participado ativamente em ações de identificação de problemas no desenvolvimento setorial e regional, promovendo a união de entidades de classes em projetos socioeconômicos.

A Agência de Desenvolvimento Regional da Costa Esmeralda e Balneário Camboriú, colabora e participa de eventos, em prol do desenvolvimento e geração de emprego e renda.

Neste sentido, proponho aos Senhores Deputados, a aprovação da presente Declaração de Utilidade Pública por entender ser medida justa para com a Entidade.

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 046/07****EMENDA MODIFICATIVA Nº**

Modifica o inciso do Art. 1º da Lei Complementar 046/07.

O inciso I do Art. 1º da Lei Complementar 046/07 passam a ter a seguinte redação:

**Art. 1º** Ficam elevadas as seguintes Promotorias de Justiça e os cargos de Promotor de Justiça respectivos:

I - as das Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages e Tubarão, da entrância final para entrância especial; sala das Sessões, em

**Deputado JOARES PONTICELLI**

**Deputado GENÉSIO GOULART**

**Deputado JULIO GARCIA**

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 28/11/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 28/11/07

**JUSTIFICATIVA**

A emenda que apresentamos apenas acrescenta o município de Tubarão aos demais, transformando-o de entrância final em entrância especial, atendendo antiga reivindicação da comunidade e suas lideranças.

**Deputado JOARES PONTICELLI**

**Deputado GENÉSIO GOULART**

**Deputado JULIO GARCIA**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 046/2007**

Dispõe sobre a elevação de Promotorias de Justiça e a reclassificação, criação e extinção de cargos na carreira do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam elevadas as seguintes Promotorias de Justiça e os cargos de Promotor de Justiça respectivos:

I - as das Comarcas de Joinville, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Lages e Tubarão, da entrância final para entrância especial;

II - as das Comarcas de São José, Palhoça, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul, da entrância intermediária para entrância final; e

III - a da Comarca de Gaspar, da entrância inicial para entrância intermediária.

Art. 2º Aos atuais ocupantes dos cargos de Promotor de Justiça lotados nas Promotorias de Justiça elevadas, na forma do artigo anterior, são garantidas a posição na carreira do Ministério Público e a permanência em sua atual lotação até futura movimentação funcional, respeitando-se, ainda, o direito de opção previsto no art. 141 da Lei Complementar nº 197, de 13 de julho de 2000.

Parágrafo único. Os cargos de Promotor de Justiça vagos até a data da publicação desta Lei Complementar serão preenchidos em conformidade com a classificação anterior das comarcas, na forma da Lei Complementar nº 167, de 29 de julho de 1998.

Art. 3º Ficam criadas na estrutura de primeiro grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 20 (vinte) Promotorias de Justiça de entrância especial e 3 (três) Promotorias de Justiça de entrância inicial, distribuídas nas comarcas indicadas e com denominação constante do Anexo I, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 4º Ficam criados na estrutura de primeiro grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 20 (vinte) cargos de Promotor de Justiça de entrância especial, e 3 (três) cargos de Promotor de Justiça de entrância inicial, lotados um para cada Promotoria de Justiça criada no artigo anterior, com nomenclatura ordinal a elas correspondentes.

Art. 5º Fica criada a 18ª Circunscrição do Ministério Público do Estado de Santa Catarina com sede na Capital.

Art. 6º Ficam criados no Quadro de Primeiro Grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 6 (seis) cargos de Promotor de Justiça Substituto, com lotação na 18ª Circunscrição do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e denominação constante do Anexo II, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 7º Ficam criados na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com lotação vinculada às novas Promotorias de Justiça, 23 (vinte e três) cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, com a classificação, os requisitos e as vedações previstos no art. 1º da Lei Complementar nº 276, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 8º São extintos do Quadro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 6 (seis) cargos de Promotor de Justiça Substituto, do Núcleo Especial da Procuradoria Geral de Justiça, quando das respectivas vacâncias, readequando-se a nomenclatura ordinal dos cargos remanescentes, conforme a ocorrência das extinções.

Art. 9º As instalações das Promotorias de Justiça e o provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar, cuja iniciativa fica reservada, em caráter exclusivo ao Procurador Geral de Justiça, dependerão da existência de suporte orçamentário e financeiro para atender aos respectivos custos de instalação e manutenção.

Art. 10. As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 28 de novembro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

**ANEXO I**

Promotorias de Justiça criadas por esta Lei Complementar:

**Comarca da Capital**

31ª Promotoria de Justiça;  
32ª Promotoria de Justiça;  
33ª Promotoria de Justiça;  
34ª Promotoria de Justiça; e  
35ª Promotoria de Justiça.

**Comarca de Joinville**

18ª Promotoria de Justiça;  
19ª Promotoria de Justiça;  
20ª Promotoria de Justiça; e  
21ª Promotoria de Justiça.

**Comarca de Blumenau**

15ª Promotoria de Justiça;  
16ª Promotoria de Justiça; e  
17ª Promotoria de Justiça.

**Comarca de Criciúma**

13ª Promotoria de Justiça;  
14ª Promotoria de Justiça; e  
15ª Promotoria de Justiça.

**Comarca de Chapecó**

11ª Promotoria de Justiça; e  
12ª Promotoria de Justiça.

**Comarca de Itajaí**

12ª Promotoria de Justiça; e  
13ª Promotoria de Justiça.

**Comarca de Lages**

14ª Promotoria de Justiça.

**Comarca de Balneário Piçarras**

2ª Promotoria de Justiça.

**Comarca de Camboriú**

2ª Promotoria de Justiça.

**Comarca de Porto Belo**

2ª Promotoria de Justiça.

**ANEXO II**

Cargos de Promotor de Justiça Substitutos criados por esta Lei Complementar:

**18ª Circunscrição do Ministério Público - Capital**

1º Promotor de Justiça Substituto;  
2º Promotor de Justiça Substituto;  
3º Promotor de Justiça Substituto;  
4º Promotor de Justiça Substituto;  
5º Promotor de Justiça Substituto; e  
6º Promotor de Justiça Substituto.

\*\*\* X X X \*\*\*